



**SISTEMA DE MONITORAMENTO & AVALIAÇÃO
DOS PROGRAMAS *ESPORTE E LAZER DA CIDADE*
E *SEGUNDO TEMPO* DO MINISTÉRIO DE ESPORTE**

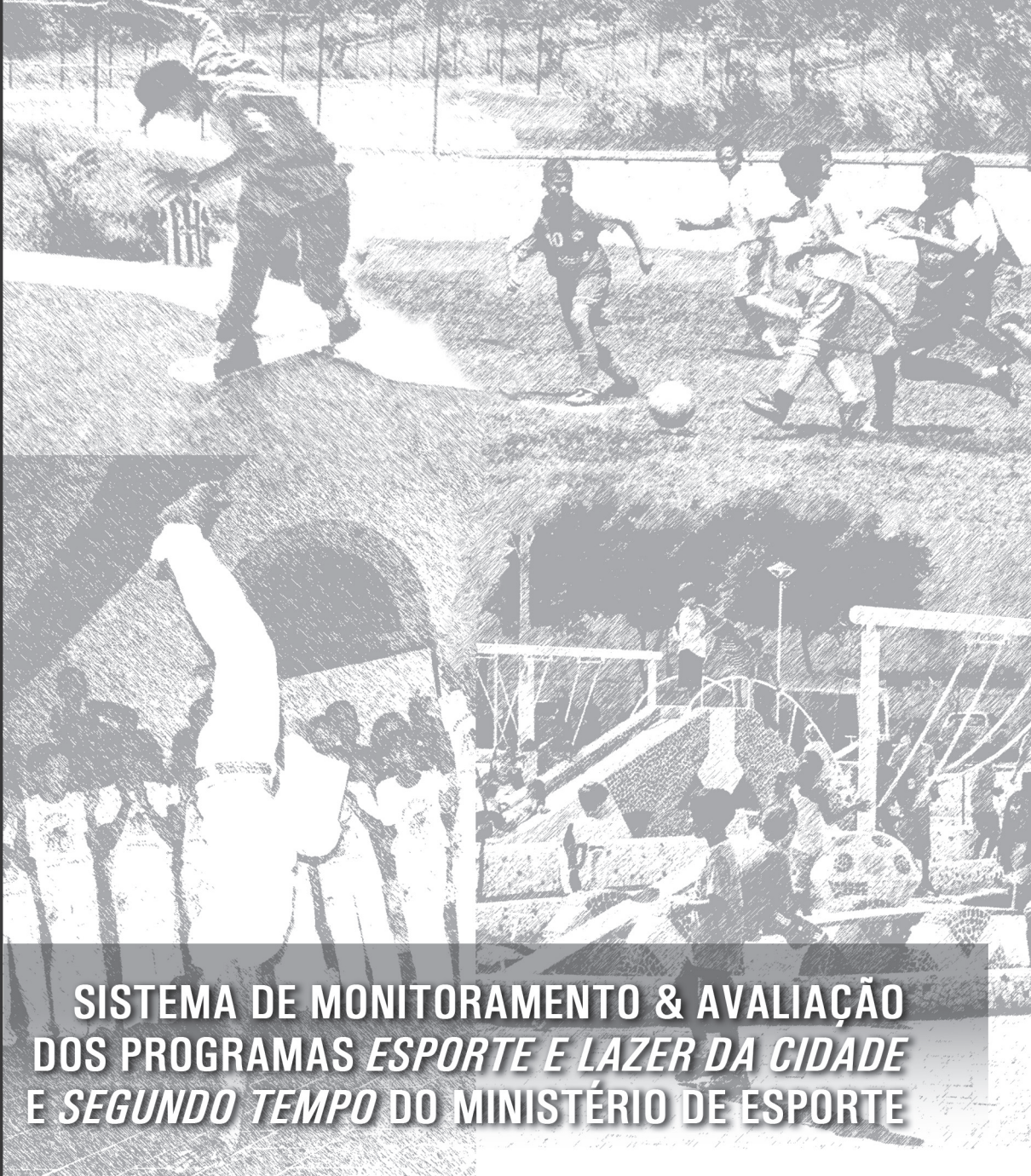
**Eustáquia Salvadora de Sousa
Vânia Noronha
Carla Andréa Ribeiro
Daniel Marangon Duffles Teixeira
Duval Magalhães Fernandes
Maria Aparecida Dias Venâncio**

**SISTEMA DE MONITORAMENTO & AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS
ESPORTE E LAZER DA CIDADE E SEGUNDO TEMPO
DO MINISTÉRIO DE ESPORTE**



Ministério
do Esporte





**SISTEMA DE MONITORAMENTO & AVALIAÇÃO
DOS PROGRAMAS *ESPORTE E LAZER DA CIDADE*
E *SEGUNDO TEMPO* DO MINISTÉRIO DE ESPORTE**

Eustáquia Salvadora de Sousa
Vânia Noronha
Carla Andréa Ribeiro
Daniel Marangon Duffles Teixeira
Duval Magalhães Fernandes
Maria Aparecida Dias Venâncio

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Esporte

Orlando Silva de Jesus Júnior

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte

Cláudia Regina Bonalume

Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Secretário Nacional de Esporte Educacional

Fábio Roberto Hansen

Diretora do Departamento de Esporte Escolar e de Identidade Cultural

Gianna Lepre Perim

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Grão-Chanceler da PUC Minas: Dom Walmor

Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-Reitora: Patrícia Bernardes

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-reitor de Pesquisa: João Francisco de Abreu

Instituto de Ciências Biológicas

Diretor: Raul de Barros Neto

Educação Física

Coordenadora do curso e do Centro de Estudos em Educação Física, Esporte e Lazer (CEFFEL)

Profa. Eustáquia Salvadora de Sousa

Pesquisa e redação

Profa. Ms. Carla Andréa Ribeiro

Prof. Ms. Daniel Marangon Duffles Teixeira

Prof. Pós-Doc. Duval Magalhães Fernandes

Profa. Dra. Eustáquia Salvadora de Sousa

Mestda. Maria Aparecida Dias Venâncio

Profa. Dra. Vânia Noronha

Pesquisa Nacional de Campo

CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda

**Assistente de pesquisa
Mestranda em Geografia e Tratamento Especial da Informação**

Luciana Martins Anício

Estagiários do curso de graduação em Educação Física

Gabriel Pereira Gonçalves

Rebeka de Aguiar Venâncio

Vanessa Aparecida dos Santos

Apoio Administrativo no Complexo Esportivo

Andréia da Conceição Vieira

Revisão

Maria de Lurdes Costa de Queiroz

Projeto gráfico diagramação e capa

Saitec Editoração – Eduardo Costa de Queiroz

Impressão

Gráfica e Editora O LUTADOR

Criação de Mídia Digital Anexa

Digital Soluções e Sistemas – Lucas Ronesle

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam.

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

- S621 Sistema de monitoramento & avaliação dos programas *Esporte e Lazer da Cidade* e *Segundo Tempo* do Ministério do Esporte / Eustáquia Salvadora de Sousa... [et al.]. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. 184p. : il. ISBN: 978-85-63105-01-1
1. Esportes - Avaliação. 2. Lazer. 3. Programa *Esporte e Lazer da Cidade*. 4. Programa *Segundo Tempo*. I. Souza, Eustáquia Salvadora de.

CDU: 796

APRESENTAÇÃO

Uma das inovações do desenvolvimento de políticas sociais é a crescente importância atribuída às avaliações de seus programas que atuam como defensores de direitos em busca de transformações que a sociedade demanda e merece.

Esse é o foco da pesquisa relatada neste livro, fruto de um dos esforços fomentados por este Ministério, por meio da Rede CEDES, rede de pesquisa coordenada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Esporte e Lazer.

O objetivo inovador dos pesquisadores em construir, por meio de processo avaliativo, sistemas de avaliação para nossos programas *Esporte e Lazer da Cidade* e *Segundo Tempo* comunga com nosso empenho de busca pela qualidade do trabalho que realizamos nesta gestão.

A metodologia utilizada pelo estudo deu voz a todos os segmentos implicados nos Programas – gestores, pesquisadores, educadores, agentes sociais e público atendido de todas as regiões do País –, permitindo um balanço amplo desta gestão que tem como marca o compromisso com resultados sérios e reais.

A competência e seriedade da equipe interdisciplinar de pesquisadores do Centro de Estudos em Educação Física, Esporte e Lazer (CEEFE), da PUC Minas, que realizaram esta investigação, mostram a importância de avaliações construídas pelo trabalho de estudiosos de diferentes campos do conhecimento quando atuam juntos na resolução dos mesmos problemas. Mostram, também, a importância de parcerias bem-sucedidas do Ministério do Esporte com as Instituições de Ensino Superior integrantes da Rede CEDES, na tarefa de avaliação da Política Nacional de Esporte.

O envolvimento dos secretários nacionais e equipes de Rejane Penna Rodrigues, da Secretaria Nacional de Esporte e Lazer, e de Júlio César Monzú Filgueira e Fábio Roberto Hansen, da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, foi importante para abrir espaços à realização deste estudo que, há cerca de dois anos, se debruça sobre o desafio em questão. Sintetiza, assim, esforço de ampliar nossos Programas, o que é indispensável para que possamos entender melhor como nossas ações de inclusão social são desenvolvidas com a população e apropriadas por ela.

Esperamos que os resultados *quanti* e *quali* alcançados e as questões levantadas nesta pesquisa possam nos ajudar a estreitar nossos diálogos com os públicos beneficiados de nossas ações e qualificar a reflexão-ação de nossa prática política no Esporte e no Lazer.

É, pois, com grande satisfação que colocamos à disposição da sociedade brasileira este estudo pioneiro dos nossos Programas sociais, esperando que ele seja o primeiro de uma série de outras investigações de grande porte que possam contribuir na busca da qualidade cada vez maior da Política Nacional de Esporte.

Orlando Silva de Jesus Júnior

Ministro de Estado do Esporte

APRESENTAÇÃO DO REITOR DA PUC Minas

A importância da avaliação das ações do Poder Público

Esta publicação traz em si, mais do que rigor e arrojo acadêmicos, uma intencionalidade muito nobre: a constituição de um sistema de monitoramento e avaliação de programas de esporte e lazer do governo federal voltado para a população. Nobre porque a proposição de um sistema avaliativo pressupõe um monitoramento crítico que não somente tenha critérios de mensuração do atingimento dos objetivos inicialmente definidos, mas que permita ajustes e avanços no sentido de qualificar cada vez mais o atendimento aos públicos beneficiados. Isso é zelar pela cidadania. É zelar para que o Poder Público vá ao encontro das suas mais fundamentais premissas, atribuições e obrigações.

Para a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), o convênio que une nossas ações ao Ministério do Esporte reveste-se, também por isso, de vital importância ao tocar, de modo tão relevante, a vida da comunidade. Avaliar e monitorar a execução de políticas públicas requer sistemas e modelos que consigam, de modo ágil e eficiente, fornecer ao Estado as informações necessárias para que se tenha clareza da efetividade dessas mesmas ações para as comunidades atendidas. E só assim é possível, com maior segurança, trilhar o sinuoso caminho da oferta, pelo Poder Público, de serviços à população.

Em sintonia com o Ministério do Esporte, a PUC Minas entende o lazer e o esporte como direitos da sociedade e, portanto, deveres do Estado e da própria sociedade. A expectativa é de que os programas desenvolvidos nesse campo contribuam para a inclusão daquelas famílias menos privilegiadas, oferecendo-lhes oportunidades de uma vida mais saudável e prazerosa. Por isso mesmo, constituir processos que permitam avaliar tais programas é contribuir para que os grupos beneficiados sejam verdadeiramente contemplados em termos da inclusão.

É mais do que justo, enfim, parabenizar os professores do “Grupo de Estudos em Educação Física, Esportes e Lazer” do Curso de Educação Física da PUC Minas e os demais parceiros que se dedicaram à empreitada que esta publicação ora apresenta. Nosso desejo é de que as proposições aqui contidas resultem em eficazes práticas de acompanhamento dos programas constituídos com base em políticas públicas voltadas para a construção de um Brasil mais saudável e mais cidadão.

Prof. Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Reitor da PUC Minas
Bispo Auxiliar de Belo Horizonte

LISTA DE FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

Lista de Figuras

Figura 1 – Relação entre programabilidade e interação com usuários – Tipologia.....	48
Figura 2 – Ciclo de planejamento, gestão monitoramento e avaliação.....	52
Figura 3 – Estrutura do Sistema de Monitoramento e Avaliação dos programas.....	75
Figura 4 – Abrangência dos instrumentos validados.....	77
Figura 5 – Sistema de informação e processo decisório.....	79

Lista de Quadros

Quadro 1 – Oficinas de apresentação da pesquisa – PELC.....	59
Quadro 2 – Componentes avaliativos do Sistema de M&A do PELC.....	61
Quadro 3 – Componentes avaliativos do Sistema de M&A do Programa <i>Segundo Tempo</i>	64
Quadro 4 – Indicadores do PELC.....	70
Quadro 5 – Indicadores do Programa <i>Segundo Tempo</i>	72
Quadro 6 – Relevância dos instrumentos na constituição das fontes de informação do Sistema de M&A dos programas, segundo os eixos organizadores de seus componentes avaliativos.....	78
Quadro 7 – Núcleos e cidades da amostra de beneficiados do Programa <i>Segundo Tempo</i>	82
Quadro 8 – Núcleos e cidades da amostra de beneficiados do PELC.....	84

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição da população e da amostra de beneficiados dos projetos do Programa <i>Segundo Tempo</i>	81
Gráfico 2 – Distribuição da população e da amostra de beneficiados dos projetos do PELC.....	83
Gráfico 3 – Faixa etária dos beneficiados do PELC.....	88
Gráfico 4 – Escolaridade dos beneficiados do PELC.....	91
Gráfico 5 – Renda familiar dos beneficiados do PELC.....	93
Gráfico 6 – Identificação da existência e utilização de equipamentos de esporte e lazer.....	97
Gráfico 7 – Motivos para participar do PELC.....	100
Gráfico 8 – Percepção do objetivo do PELC.....	101
Gráfico 9 – O que é lazer para o beneficiado.....	103

Gráfico 10 – Fatores que dificultam a realização de atividades de lazer – Somatório das 1ª e 2ª opções.....	104
Gráfico 11 – Principal benefício percebido pelo beneficiado.....	105
Gráfico 12 – Percepção do beneficiado às mudanças do dia adia atribuídas ao PELC.....	107
Gráfico 13 – Conhecimento das regras de funcionamento e organização dos núcleos.....	108
Gráfico 14 – Participação na gestão e controle social.....	111
Gráfico 15 – Ação coletiva após o fim do convênio.....	112
Gráfico 16 – Atitude individual com o fim do convênio.....	113
Gráfico 17 – Avaliação da organização, funcionamento e infraestrutura.....	115
Gráfico 18 – Nota atribuída ao PELC.....	116
Gráfico 19 – Faixa etária dos beneficiados do Programa <i>Segundo Tempo</i>	117
Gráfico 20 – Escolaridade dos beneficiados do Programa <i>Segundo Tempo</i>	118
Gráfico 21 – Renda familiar dos beneficiados do Programa <i>Segundo Tempo</i>	120
Gráfico 22 – Critérios para acesso ao Programa <i>Segundo Tempo</i>	121
Gráfico 23 – Tempo de participação.....	122
Gráfico 24 – Frequência em dias na semana.....	123
Gráfico 25 – Horas diárias de atividades.....	124
Gráfico 26 – Motivo dos beneficiados para participação.....	125
Gráfico 27 – Modalidades esportivas identificadas (somatório das 1ª e 2ª opções).....	126
Gráfico 28 – Atividades complementares – não esportivas.....	128
Gráfico 29 – Frequência com que o lanche é servido.....	132
Gráfico 30 – Avaliação da qualidade do lanche.....	133
Gráfico 31 – Composição do lanche.....	134
Gráfico 32 – Avaliação do espaço, infraestrutura, material e funcionamento.....	136
Gráfico 33 – Percepção de mudanças ocorridas e atribuídas ao Programa.....	138
Gráfico 34 – Principal benefício atribuído ao <i>Segundo Tempo</i>	139
Gráfico 35 – Existência e a indicação de algo não contemplado no Programa.....	140
Gráfico 36 – Avaliação do beneficiado.....	141

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Faixa etária dos beneficiados do PELC.....	87
Tabela 2 – Escolaridade dos beneficiados do PELC.....	91
Tabela 3 – Renda familiar dos beneficiados do PELC.....	92
Tabela 4 – Identificação da existência e utilização de equipamentos de lazer e esporte.....	95
Tabela 5 – Atividades identificadas pelos beneficiados.....	98
Tabela 6 – Tempo de participação no programa.....	99

Tabela 7 – Motivos para participar do PELC.....	99
Tabela 8 – Percepção do objetivo do PELC.....	101
Tabela 9 – O que é lazer para o beneficiado.....	103
Tabela 10 – Fatores que dificultam a realização de atividades de lazer – Somatório das respostas.....	104
Tabela 11 – Principal benefício percebido pelo beneficiado.....	105
Tabela 12 – Percepção do beneficiado às mudanças do dia a dia atribuídas ao PELC.....	106
Tabela 13 – O beneficiado pratica, hoje, alguma atividade de lazer que não praticava antes de participar das atividades do PELC?.....	107
Tabela 14 – Conhecimento das regras de funcionamento e organização dos núcleos.....	109
Tabela 15 – Participação na gestão e controle social.....	110
Tabela 16 – Ação coletiva após o fim do convênio.....	111
Tabela 17 – Atitude individual com o fim do convênio.....	112
Tabela 18 – Avaliação da organização, funcionamento e infraestrutura.....	114
Tabela 19 – Nota atribuída ao PELC.....	115
Tabela 20 – Faixa etária dos beneficiados do Programa <i>Segundo Tempo</i>	117
Tabela 21 – Escolaridade dos beneficiados do Programa <i>Segundo Tempo</i>	118
Tabela 22 – Renda familiar dos beneficiados do Programa <i>Segundo Tempo</i>	119
Tabela 23 – Critérios identificados para acesso Programa <i>Segundo Tempo</i>	120
Tabela 24 – Tempo de participação.....	121
Tabela 25 – Frequência em dias na semana.....	122
Tabela 26 – Horas diárias de atividades.....	123
Tabela 27 – Principal motivo para participação.....	124
Tabela 28 – Modalidades esportivas identificadas – somatório das 1ª e 2ª opções.....	125
Tabela 29 – Atividades complementares – modalidades não esportivas.....	127
Tabela 30 – Local de realização das atividades.....	128
Tabela 31 – Frequência com que o lanche é servido.....	132
Tabela 32 – Avaliação da qualidade do lanche.....	133
Tabela 33 – Composição do lanche.....	134
Tabela 34 – Avaliação do espaço, infraestrutura, material e funcionamento.....	135
Tabela 35 – Percepção de mudanças ocorridas e atribuídas ao Programa.....	137
Tabela 36 – Principal benefício atribuído ao <i>Segundo Tempo</i>	139
Tabela 37 – Existência e a indicação de algo não contemplado no Programa.....	140
Tabela 38 – Nota de avaliação do Programa <i>Segundo Tempo</i>	141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – APRESENTANDO A PESQUISA.....	17
1.1 Objetos da pesquisa.....	17
1.1.1 Programa <i>Esporte e Lazer da Cidade</i> (PELC).....	17
1.1.2 Programa <i>Segundo Tempo</i>	23
1.2 Contexto da pesquisa: o lazer e o esporte como direitos sociais.....	26
1.3 Objetivos.....	31
CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	33
2.1 Os fundamentos históricos do lazer e implicações para políticas públicas.....	33
2.2 O esporte educacional como política social.....	39
2.3 Políticas públicas para o lazer e o esporte.....	43
2.4 A avaliação de políticas públicas.....	49
2.4.1 Enfoques avaliativos.....	50
2.4.2 Indicadores e sistemas de indicadores.....	52
2.5 Metodologia para a concepção e a elaboração de Sistema de Monitoramento e Avaliação (Sistema M&A).....	53
2.5.1 Passo a passo do processo de elaboração do Sistema M&A.....	54
2.5.2 Metodologia participativa.....	56
CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	59
3.1 As fases da pesquisa.....	59
CAPÍTULO 4 – OS RESULTADOS DA PESQUISA NACIONAL.....	87
4.1 Programa <i>Esporte e Lazer da Cidade</i> (PELC).....	87
4.2 Programa <i>Segundo Tempo</i>	116

CAPÍTULO 5 – GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO DE PESQUISA DOS PROGRAMAS <i>ESPORTE E LAZER DA CIDADE</i> E <i>SEGUNDO TEMPO</i> : APRENDIZADOS E DESAFIOS.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	159
APÊNDICE.....	167
1 <i>SURVEY</i> COM O BENEFICIADO/RESPONSÁVEL DO PELC.....	167
2 <i>SURVEY</i> COM O BENEFICIADO/RESPONSÁVEL DO PROGRAMA <i>SEGUNDO TEMPO</i>	175
SOBRE OS AUTORES.....	183

INTRODUÇÃO

Neste livro, apresenta-se pesquisa avaliativa¹ realizada em dois programas nacionais geridos pelo Ministério do Esporte², a saber: o Programa *Esporte e Lazer da Cidade* (PELC), implementado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL) e o Programa *Segundo Tempo* (Programa *Segundo Tempo*), Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED) com o objetivo de criar seus respectivos Sistemas de Monitoramento & Avaliação (M&A).

Trata-se da pesquisa induzida pelo Edital de Chamada Pública do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES – 01/2008/ME/SNDEL/REDE CEDES, para projetos de pesquisa. A pesquisa avaliativa se enquadrou no tema 7, cujo objeto de estudo é a “Avaliação de políticas públicas e programas de esporte e lazer mantidos pelo Governo Federal (*Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade e Pintando a Cidadania*)”. Foi realizada no período de 2008 a 2010, sendo desenvolvida pelo Centro de Estudos em Esportes e Lazer (CEEFEL) do Curso de Graduação em Educação Física da PUC Minas, com a participação de professores do Programa de Pós-graduação em Geografia – *Tratamento da Informação Espacial e do Instituto de Educação Continuada* (IEC).

A pesquisa surgiu da “necessidade de definição de normas e procedimentos de fiscalização sistemática, coordenada, eficiente e responsável com atualização permanente” (EWERTON, 2007, p. 219) dos referidos programas, com o objetivo de superar limites do setor de esporte e lazer que, ao longo da história, conviveu com “dotações orçamentárias pífiás e indefinidas, falta de vinculação dos gastos com esporte e lazer, descontinuidades das ações, dentre outras (EWERTON, 2007, p. 218). O que se espera é que projetos sociais dessa natureza (esporte e lazer) se configurem como Política de Estado que garanta os direitos dos cidadãos, portanto, dever do Estado, e não apenas como política de governo, concebida e executada por uma gestão governamental relacionada com planos de governo de partidos políticos específicos e com tempo definido para a sua duração (EWERTON, 2007).

1 Pesquisa intitulada *Avaliação dos programas ‘Esporte e Lazer da Cidade’ e ‘Segundo Tempo’: elaboração de método avaliativo*, sob a coordenação da Profa. Dra. Eustáquia Salvadora de Souza – PUC Minas – e realizada por professores integrantes do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos de Educação Física, Esporte e Lazer (CEEFEL) da PUC Minas. A pesquisa foi financiada pelo Ministério do Esporte do Brasil.

2 O Ministério do Esporte foi criado em 2003, pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva. É composto pelo Gabinete do Ministro, Chefia de Gabinete, Consultoria Jurídica (CONJUR), Secretaria Executiva, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL), Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED) e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR).

Assim, Ewerton (2007) afirma a necessidade de implementar uma política de acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação dos programas pautados pelos princípios da administração pública do planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências e controle, bem como nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem abrir mão da economicidade.

Com tais propósitos, foi então realizada a pesquisa contida neste livro. No capítulo 1, apresentamos o objeto da pesquisa descrevendo sobre os objetivos, princípios, organização e funcionamento do programa *Esporte e Lazer da Cidade* (PELC) e do programa *Segundo Tempo*; discutimos o contexto da pesquisa que tem como eixo central o lazer e os direitos sociais do cidadão brasileiro; e, por fim, apresentamos os objetivos da pesquisa. No capítulo 2 apresentamos as opções teóricas dos pesquisadores que conduziram o processo de pesquisa, enveredando pelas discussões no campo do lazer, do esporte educacional, das políticas públicas, da avaliação e da metodologia.

Consideramos que uma das grandes contribuições desta pesquisa foi seu processo metodológico, por isso, no capítulo 3, descrevemos e discutimos, passo a passo, o caminho percorrido, bem como as análises possíveis realizadas em cada etapa, as decisões tomadas e os instrumentos elaborados.

No capítulo 4, debruçamo-nos sobre os resultados possibilitados pela aplicação da pesquisa nacional, proveniente de *survey* com os beneficiados dos dois programas, por entendermos que essa metodologia favorece maior visibilidade deles.

Por ser uma pesquisa inovadora no campo da sistematização, avaliação e monitoramento de políticas públicas, consideramos fundamental discutir, ainda, seu gerenciamento. É esse o objetivo com o capítulo 5.

Nas considerações finais, com base em todo o processo da pesquisa e também em seus resultados, desde o piloto até a nacional, apresentamos alguns desafios para os gestores do Programa, na expectativa de que possam contribuir ainda mais com a qualidade deles.

Capítulo 1

APRESENTANDO A PESQUISA

1.1 OBJETO DA PESQUISA

Compõem o objeto dessa pesquisa os programas *Esporte e Lazer da Cidade* (PELC) e *Segundo Tempo*, do Ministério do Esporte, que serão apresentados a seguir.

1.1.1 Programa *Esporte e Lazer da Cidade* (PELC)

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte (SNDEL-ME) criada em 2003, é um espaço político institucional importante no trato das políticas públicas sociais de esporte recreativo e de lazer. Busca articular as ações governamentais com redes de interações, lideradas pelo Governo Federal, visando à melhoria da qualidade de vida da população brasileira e a garantia de seus direitos. Um dos principais desafios enfrentados pela SNDEL é o da superação de modelos tradicionais de políticas públicas destinadas ao esporte e ao lazer em nosso país, objetivando o desenvolvimento de ações educativas que conduzam os sujeitos a processos autônomos em relação a essas práticas. Desse modo, seus departamentos de “Lazer e de Ciência e Tecnologia do Esporte” e de “Políticas Sociais de Esporte” desenvolvem programas e projetos, assumindo “uma política pública comprometida com a democratização do acesso às políticas públicas de esporte e lazer, às diferentes regiões brasileiras e à inclusão social por meio dessas áreas, sempre priorizando as minorias e os segmentos sociais em desvantagem socioeducativoeconômica” (BONALUME, 2008, p. 62).

Com tais propósitos foi criado, também em 2003, o Programa *Esporte e Lazer da Cidade* (PELC) que visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, que reforçam as condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas. Conforme o o Ministério do Esporte, seus objetivos centrais são “ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social”³. O objetivo é atender três eixos centrais:

3 <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>

- 1. Funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer** nas diversas regiões do Brasil, com o objetivo de garantir o direito ao acesso de qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, com expectativa de viabilizar e garantir o seu acesso à população brasileira, em todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais).
- 2. Funcionamento da Rede CEDES** – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer nas Instituições de Ensino Superior – por meio do estímulo e fomento à produção e difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, voltados para a qualificação das políticas públicas de esporte recreativo e do lazer, em nove núcleos temáticos (entre eles o da “Avaliação dos Programas do Ministério do Esporte”). Pretende-se com a Rede CEDES ampliar a produção e a difusão do conhecimento científico e tecnológico voltadas para a gestão da área, a qualificação e a formação continuada dos gestores dessas políticas públicas (RODRIGUES, 2007). Nesse sentido, a SNDEL desenvolve várias ações, sendo que nos últimos anos foram organizados: um catálogo de Publicações da Rede CEDES (SNDEL, 2010); o Repositório *on line*, que pode ser acessado pela homepage <http://www.cedes.ufsc.br>, coordenado pelo Grupo LaboMídia da Universidade Federal de Santa Catarina; o *Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social*, em sua segunda versão em 2010; a implementação do Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME); além da realização dos *Jogos dos Povos Indígenas*, com sua 10ª edição realizada no ano de 2009, em Paragominas/PA.
- 3. Implantação e modernização de infraestrutura para esporte recreativo e lazer**, que prevê a construção e a reforma de equipamentos. Essa ação é realizada pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte.

A SNDEL acredita que essas iniciativas são fundamentais para a definição de um modelo de gestão pública participativa e democrática defendido pelo Governo. As ações que integram o Programa têm como focos centrais a formação de agentes e gestores (municipais, estaduais, de Instituições de Ensino Superior públicas e entidades privadas sem fins lucrativos) e o intercâmbio de conhecimentos e experiências em âmbitos nacional e internacional, particularmente estabelecido com a América Latina.

Segundo Bonalume *et al.* (2008), o PELC não pretende apenas promover práticas de atividades físicas e esportivas para pessoas de todas as idades e em diferentes condições físicas de uma comunidade, e, sim, estimular a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomentar a pesquisa e a socialização do conhecimento no meio acadêmico. Desse modo, o que se espera é contribuir para

que o esporte e o lazer sejam assumidos como políticas públicas de Estado como direito de todos os cidadãos. Para o Ministério do Esporte, o papel desempenhado pelo esporte e o lazer no mundo contemporâneo não pode ser outro senão o de instância de emancipação e desenvolvimento humano.

Em termos da abrangência geográfica, o PELC tem em vista atingir todos os Estados da Federação e o Distrito Federal, por meio de atividades desenvolvidas no âmbito municipal e sob a égide estadual, com a participação também de ONGs. Para 2010, a meta de beneficiados é de 655.100 pessoas.

A organização dos eixos do PELC afirma o compromisso do Programa com o desenvolvimento de ações com qualidade na sua gestão, avaliação e qualificação das experiências e conhecimentos/informações produzidas. Com essas estratégias, o que se espera é a potencialização do “investimento que o Poder Público faz na sociedade organizada, fortalecendo parcerias, atuações em rede no sentido da promoção do esporte e lazer de inclusão social no País.” (BONALUME *et al.*, 2008, p. 67).

Ewerton e Araújo (2008) explicitam que o Programa orienta-se pelos princípios norteadores da Política Nacional de Esporte e lazer da reversão do quadro atual de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social; do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado; da universalização e inclusão social e da democratização da gestão e da participação.

Segundo o *site* oficial do programa, constituem suas diretrizes a auto-organização comunitária; o trabalho coletivo; a intergeracionalidade; o fomento e difusão da cultura local; o respeito à diversidade e a intersetorialidade. São seus objetivos:

- democratizar o acesso a políticas públicas de esporte e lazer;
- reconhecer e tratar o esporte e o lazer como direitos sociais;
- articular ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos de esporte e lazer, de forma a privilegiar a unidade conceitual do programa;
- difundir a cultura do lazer por meio do fomento a eventos de lazer construído e realizado de forma participativa com a comunidade;
- formar permanentemente os agentes sociais de esporte e lazer (professores, estudantes, educadores/comunitários, gestores e demais profissionais de áreas afins);
- fomentar e implementar instrumentos e mecanismos de controle social;
- aplicar metodologia de avaliação institucional processual às políticas públicas de esporte e lazer;
- fomentar a ressignificação de espaços esportivos e de lazer que atendam às características das políticas sociais de Esporte e Lazer implementadas e que respeitem a identidade esportiva e cultural local/regional;

- orientar a estruturação e condução de suas políticas públicas de esporte e lazer nos poderes públicos municipais e estaduais⁴ (www.esporte.gov.br/esportelazer).

O PELC funciona por meio de núcleos de esporte recreativo e de lazer, aqui entendidos como espaços de referência para a convivência social nos municípios. Em praças, quadras, salões paróquiais, campos de futebol e outros espaços definidos pelos Núcleos, são desenvolvidas manifestações esportivas e de lazer, buscando a gestão participativa e auto-organização da comunidade (EWERTON, ARÁUJO, 2008). Uma de suas modalidades é implementada para garantir o envolvimento direto de todas as idades (PELC Núcleos), incluindo pessoas com deficiência em atividades sistemáticas como: oficinas de esporte, danças, ginásticas, teatro, música, orientação à caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, além dos eventos de esporte recreativo e de lazer organizados coletivamente como: ruas de lazer, festivais, encontros temáticos, sessões de cinema e outros.

Outra possibilidade é a do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI)/PELC, destinado aos jovens entre 15 e 24 anos, egressos do sistema prisional, bem como suas famílias e comunidades, que vivem em situações de vulnerabilidade social e econômica. Situações essas reforçadoras das condições de injustiças, violências e exclusão sociais a que esses jovens estão submetidos. O Programa visa à melhoria da qualidade de vida e ao reencontro com a autoestima. São previstas atividades específicas para esse público, como oficina de *skate*, *hip hop*, música (de acordo com a cultura local), danças, grafiteagem, *parkour*, cinema, teatro e eventos de esporte recreativo e de lazer organizados coletivamente como: mostras, passeios ciclísticos, festivais, encontros temáticos, sessões de cinema e outros.⁵

Celso Toscano Paz, Assessor de Relações Institucionais do Ministério da Justiça afirma que essa proposta intersetorial, juntamente com programas voltados para a educação, é fundamental, pois o PRONASCI/PELC é “um dos programas pelos quais poderemos cooptar aquele jovem que está no mundo do crime. A partir do esporte, esse jovem pode dar um novo rumo para sua vida, fugindo da violência, da criminalidade, do tráfico de drogas” (PAZ, 2008 p. 280).

O público adulto é também contemplado nos núcleos do projeto *Vida Saudável*, buscando o envolvimento direto de pessoas acima de 45 anos, especialmente as idosas, suas famílias e comunidades, incluindo pessoas com deficiência, em

4 Disponível em: www.esporte.gov.br/esportelazer.

5 Cf. em Noronha (2009) uma proposta para o PRONASCI/PELC desenvolvida com base em pesquisa realizada na cidade de Ribeirão das Neves. Disponível no repositório on line da Rede Cedes/ME.

atividades sistemáticas como: oficinas de artesanato, danças, ginásticas, teatro, música, orientação à caminhada, capoeira, outras atividades conforme a cultura local e eventos de esporte recreativo e de lazer organizados coletivamente, tais como, encontros dançantes, temáticos, festivais, sessões de cinema e outros.

O Programa incentiva e apoia a realização de eventos interdisciplinares de esporte e de lazer, com caráter recreativo, que contemplem a ocupação do tempo e espaço de todos os beneficiados, por meio de ações transversais que envolvam temas afetos ao meio ambiente, à educação, à cultura e à saúde, dentre outros.

A seleção dos parceiros para a definição dos convênios de funcionamento dos núcleos do PELC, desde 2007, se dá por meio de Chamada Pública. Em 2010, foram aprovados 63 novos convênios, sendo 32 totalmente e 31 parcialmente, segundo *site* oficial do Programa.

A organização dos núcleos é definida considerando o número de habitantes dos municípios, sendo que nos municípios com até 50 mil habitantes o Programa prevê o funcionamento de apenas um. Para esses casos, deverão utilizar, prioritariamente, a “metodologia consorciada”, que prevê o Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer em, no mínimo, cinco municípios. As localidades em que a distância inviabiliza a metodologia consorciada são avaliadas, caso a caso. Assim, a quantidade de núcleos do PELC e do *Vida Saudável* nos municípios pode ser multiplicada de acordo com a demanda de cada local, com o indicativo de:

- 50.001 a 100.000 habitantes: até dois Núcleos PELC e /ou 3 do *Vida Saudável*;
- 100.001 a 200.000 habitantes: até quatro Núcleos;
- 200.001 a 300.000 habitantes: até seis Núcleos;
- 300.001 a 400.000 habitantes: até oito Núcleos;
- 400.001 a 800.000 habitantes: até dez Núcleos;
- acima de 800.001 habitantes: até quinze Núcleos.

O conjunto de Núcleos existente em determinado município é administrado por um *Grupo Gestor*, composto por: coordenador-geral do projeto e representantes da entidade conveniada (dirigente ou coordenador técnico); da(s) entidade(s) parceira(s); da instância de controle social; dos coordenadores de Núcleos; dos bolsistas; e da comunidade atendida. Esse Programa tem nos agentes sociais de esporte e de lazer o protagonismo para a elaboração e efetivação das ações. Reconhece como agentes: os gestores, professores de educação física, educadores populares e comunitários, demais profissionais de áreas afins ao lazer, envolvidos diretamente na execução do Programa, seja com recurso do convênio, seja como contrapartida da entidade.

A formação dos profissionais que atuam no Programa é elemento central da proposta do PELC, já que este é uma ferramenta pedagógica para o desenvolvimento de políticas locais que tratem o esporte e o lazer como direitos sociais. Entende-se que esta deve ser ministrada por um profissional com conhecimento a respeito do Programa e das especificidades de cada ação (PELC Núcleos, PRONASCI/PELC e *Vida Saudável*). Em 2010, foi firmada parceria entre o Ministério de Esporte e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para viabilizar recursos humanos capacitados para que desenvolvam tal formação.

Merece destaque outras parcerias intersetoriais do PELC, como a realizada com o Ministério da Educação e o Programa *Mais Educação* que propõe a integração entre Políticas Participativas de Esporte, Lazer e a Educação, de forma que o esporte e o lazer sejam vistos como meios e fins educativos. Além desses programas o PELC se articula com o Ministério do Turismo (Esporte, Lazer e Turismo, Programa *Viaja Mais - Melhor Idade*), com o Ministério da Cultura (Esporte, Lazer e Cultura, Programa *Mais Cultura*) e com o Ministério de Desenvolvimento Social por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

A ação intersetorial tem sido incentivada pelo Ministério do Esporte e é compreendida, nos dizeres de Menicucci (2006), como uma nova maneira de abordar os problemas sociais e a gestão de políticas públicas que, ao considerar o cidadão em sua totalidade, espera-se superar a segmentação e desarticulação dos diferentes setores governamentais. Com esta autora concordam Pinto *et al.* (2008, p. 116) ao afirmarem que “a intersectorialidade é uma das condições necessárias à efetivação dos projetos sociais” capaz de contribuir para o enfrentamento da fragmentação da estrutura e da máquina administrativa nas formas de uma gestão sinérgica entre os parceiros.

Entretanto, esses autores (MENICUCCI, 2006, PINTO *et al.*, 2008) sinalizam que a intersectorialidade traz desafios tanto para a gestão quanto para os gestores. Em relação às demandas dos participantes do PELC, a promoção de ações intersetoriais precisa levar em conta as necessidades socioculturais dos beneficiados, compreendendo como cada ação governamental pode atuar sobre elas.

Outro desafio é estabelecer parcerias que construam consensos no tratamento das ações governamentais que priorizem os programas e os projetos, bem como que compreendam que as atividades a desenvolver são desdobramentos destes, considerando as características de cada localidade. Essas ações exigem, ainda, um alinhamento da linguagem dos programas e projetos, de modo a ser entendida por todos, com clareza dos conceitos estruturantes, seus princípios e objetivos. Desse modo, as ações integradas implicam em corresponsabilidades nas tomadas de decisões que “requerem definição de competências, atribuições e responsabilidades de cada um na elaboração e gestão das políticas setoriais, buscando a superação do centralismo” (PINTO *et al.*, 2008, p. 118). Acredita-se na estrutura colegiada de gestão que se

caracteriza pela “definição de finalidades compartilhadas, estruturadas de forma interdependente e complementar” (PINTO *et al.*, 2008, p.119).

1.1.2 Programa *Segundo Tempo*

De acordo com o Manual que apresenta as Diretrizes e Orientações para o Estabelecimento de Parcerias e tendo como referência o direito constitucional ao esporte e ao lazer, conforme asseguram os arts. 6º e 217 da Constituição Federal, o Programa *Segundo Tempo*, criado em 2003, se insere no âmbito das iniciativas governamentais que priorizam o fenômeno esportivo como potencializador de elementos educativos. Esses elementos educativos podem favorecer uma reflexão crítica sobre os diferentes contextos de riscos sociais, bem como minimizar o tempo de exposição de crianças e jovens aos efeitos nocivos da violência, dos desajustes familiares, do tráfico de drogas, das carências alimentares, da falta de afeto, dentre outros tantos que convergem para deteriorar a dignidade humana (MELO e DIAS, 2009).

O Programa *Segundo Tempo* é uma das iniciativas da Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED) e seus princípios norteadores, assim como o PELC, se ancoram na política nacional de esporte e lazer da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado; da universalização e inclusão social e da democratização da gestão e da participação (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

O público-alvo do Programa são as crianças, os adolescentes e os jovens expostos a riscos sociais. Seu objetivo geral é democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de modo a promover o desenvolvimento integral desses sujeitos, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

Além disso, de acordo com seus objetivos específicos, o Programa deve:

- oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral;
- oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade;
- desenvolver valores sociais;
- contribuir com a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras;
- contribuir com a melhoria da qualidade de vida (auto estima, convívio, integração social e saúde);

- contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil) e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

Ao se considerar os resultados esperados com a implantação dos núcleos do Programa *Segundo Tempo*, os impactos diretos desejados para seus participantes são a interação com sua realidade local e a melhoria da autoestima, das capacidades e habilidades motoras, das condições de saúde e do aumento do número de envolvidos com as atividades esportivas educacionais. Espera-se ainda, a melhoria da qualificação de professores e estagiários de Educação Física, Pedagogia ou Esporte envolvidos (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

Como impacto indireto, espera-se que a implantação dos núcleos gere a diminuição no enfrentamento de riscos sociais pelos participantes; a melhoria no rendimento escolar dos sujeitos envolvidos e, conseqüentemente, a diminuição da evasão escolar; a geração de novos empregos no setor de educação física e esporte nos locais de abrangência do Programa; além da melhoria da infraestrutura esportiva no sistema de ensino público do País e nas comunidades em geral (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

Em relação à sua execução, Filgueira, Perim e Oliveira (2009) destacam que o Programa *Segundo Tempo* adota como estratégia a valorização de alianças e parcerias institucionais com governos estaduais, municipais e organizações não governamentais (ONGs) – sem fins lucrativos –, que, mediante a descentralização da execução orçamentária e financeira se tornam responsáveis pelo funcionamento de seus núcleos.

Esses núcleos podem funcionar no ambiente escolar ou em espaços públicos ou privados da comunidade. As orientações para o estabelecimento de convênios do Programa *Segundo Tempo* estabelecem que as atividades devem ser oferecidas no contraturno escolar e cada grupo de cem crianças (e/ou adolescentes e jovens) seja orientado por um coordenador e um monitor, cabendo-lhes desenvolver atividades esportivas e complementares.

Outra orientação é a de que seja ofertado aos beneficiados o mínimo de três modalidades esportivas, sendo pelo menos duas coletivas (basquetebol, futebol de campo, futsal, handebol, voleibol, dentre outras) e uma individual (ginástica rítmica/artística/olímpica, atletismo, canoagem, vela, remo, capoeira, lutas, natação, tênis de mesa, entre outras), pelo menos três vezes por semana, com duração de duas a quatro horas diárias.

Os núcleos devem incluir a oferta de atividades complementares (atividades educacionais, culturais, ambientais, dentre outras), além do lanche como um reforço alimentar.

Em relação ao espaço físico dos núcleos, o referido manual determina que deva ser adequado às atividades que forem desenvolvidas e apropriadas à quantidade de beneficiados atendidos, incluindo banheiros (no local ou nas proximidades), bebedouros (ou acesso à água), além de locais adequados para a realização das atividades complementares oferecidas e para a distribuição do lanche.

Tendo em vista a organização dos recursos humanos, o mesmo documento estabelece:

- Por convênio: um coordenador-geral (com 20 horas ou 40 horas semanais, como contrapartida do proponente), um coordenador pedagógico (com 40 horas semanais) e um coordenador setorial (com 20 horas semanais para convênios a partir de 20 núcleos ou 2.000 beneficiados).
- Por núcleo: um coordenador de núcleo (com 20 horas semanais), um monitor de atividades esportivas (com 20 horas semanais) e um monitor de atividades complementares ou agente comunitário (com 10 horas semanais como contrapartida do proponente).

As diretrizes e orientações para o estabelecimento de parcerias também definem cinco fases para a execução dos projetos, apresentadas a seguir:

A primeira fase denominada *Período de Implementação* compreende os meses iniciais destinados à estruturação do convênio de acordo com o plano de trabalho acertado. É caracterizada pela formalização do convênio, pagamento da primeira parcela dos recursos e pelos procedimentos para a implantação das ações do programa necessários para a obtenção da *autorização de início* das atividades.

A segunda fase ou *Período de Desenvolvimento Pedagógico*, com base na ordem de início, compreende o desenvolvimento efetivo das atividades didático-pedagógicas com os beneficiados. A previsão de sua duração é de quinze meses.

A terceira fase é o *Período de Recesso dos Beneficiados*, sendo uma forma de adequação do projeto ao calendário escolar. Portanto, esse período corresponde às férias escolares (de 16 de dezembro a 15 de janeiro), e a entidade pode utilizar parte desse período para a realização de atividades e reuniões relacionadas ao planejamento pedagógico.

A quarta fase é o *Período de Atendimento Concentrado/Projeto Recreio nas Férias* e diz respeito ao atendimento dos beneficiados, de forma concentrada nos períodos de recesso escolar (normalmente entre 16 de janeiro e 15 de fevereiro e 1º a 31 de julho). Nessa fase, é mantido o pagamento dos recursos humanos e o reforço alimentar, podendo haver necessidade de adequação das atividades previstas.

A quinta e última fase é o *Período de Encerramento do Projeto e Prestação de Contas* e compreende os dois últimos meses de execução das atividades. Nesse período, o proponente deve analisar a execução física financeira do projeto e a necessidade de

solicitação de aditivo de prazo de vigência; preparar os relatórios de encerramento das atividades que devem ser enviados ao Ministério do Esporte; iniciar o processo de organização do relatório financeiro de prestação de contas; elaborar o projeto de renovação de parceria; e encaminhar a solicitação de renovação a partir de 30 dias que antecedem o final da vigência do convênio.

O Ministério do Esporte terá o prazo de 90 dias, após o recebimento, para analisar a prestação de contas, sendo a sua aprovação primordial para respaldar o processo de renovação das parcerias e garantir a sua continuidade.

Outro aspecto a ser destacado no Programa *Segundo Tempo* diz respeito à capacitação dos recursos humanos envolvidos na sua execução. Segundo o Manual 2009/2010, o objetivo com essa capacitação é constituir padrões conceituais, operacionais e metodológicos minimamente homogêneos, abordando aspectos gerenciais e pedagógicos por meio da formação de multiplicadores, devendo ocorrer de forma regional e descentralizada.

Esse processo de capacitação é composto por duas fases: uma nacional e outra regional. A fase nacional envolve os coordenadores-gerais, pedagógicos e setoriais e conta com a atuação de instituições parceiras do Programa *Segundo Tempo*, com o objetivo de aprofundar os debates sobre o esporte como fator de inclusão social, discutir procedimentos de implantação, desenvolvimento e gestão do programa.

A fase regional é presencial e qualifica os coordenadores de núcleos em relação às questões pedagógicas, técnicas e de gestão necessárias ao desenvolvimento das parcerias e com foco nas atividades dos núcleos. Nessa fase, também orienta-se a capacitação dos monitores de responsabilidade dos coordenadores de cada núcleo.

Como um programa de Esporte Educacional, o *Segundo Tempo* deve ser compreendido, segundo Filgueira, Perim e Oliveira (2009), para além da forma institucionalizada do esporte, tendo com referência a aptidão física, o bem estar, a interação, a inclusão e a cidadania dos beneficiados.

Segundo os referidos autores, o Programa *Segundo Tempo* atende atualmente cerca de um milhão de crianças, adolescentes e jovens, distribuídos em 1.300 municípios de todas as regiões do país.

1.2 CONTEXTO DA PESQUISA: O LAZER E O ESPORTE COMO DIREITOS SOCIAIS

As Constituições brasileiras, desde a assinatura da Declaração dos Direitos Universais do Homem em 1948 até a última, assinada em 1988, consideram o lazer, e nele o esporte, como um desses direitos.⁶ Em nossa Carta Magna, o lazer se faz presente no Título II, Capítulo II, em seu art. 6º como um dos direitos sociais do cidadão:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (*Emenda Constitucional n. 64, de 2010*).

O lazer aparece no Título VIII, Capítulo III, Seção III, ao tratar Do Desporto, no art. 217, ainda que vinculado a apenas uma de suas possibilidades: o esporte. Trata-se do direito ao desporto e declara ser dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais que atendam aos brasileiros, observando a promoção prioritária do desporto educacional e do incentivo ao lazer, como forma de promoção social.

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

No Título VIII, Capítulo VII, art. 227, a Constituição determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, ao direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, ao respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 2010)

À medida que o esporte e o lazer são reconhecidos como direitos sociais, dever do Estado e da sociedade civil, torna-se necessário a definição de políticas sociais

6 Pinto (2006) desenvolve estudos sobre os momentos históricos da construção de políticas de lazer no Brasil, destacando quatro momentos: o primeiro, localizado no Pós-Guerra Mundial, quando ocorreu em nosso país a legalização do “tempo livre” na política assistencialista de bem-estar social; o segundo, da consolidação da política brasileira baseada no mérito, na seletividade e na ação burocrática, sendo o lazer inserido nesse contexto; o terceiro, quando o lazer conquistou espaços sociais e ganhou força nas políticas econômicas; e, por fim, a década de 1990, quando o lazer foi reconhecido como direito social e comprometeu as políticas sociais justas e democráticas para sua legitimação.

que os concretize. A expressão “política social” é aqui assumida como o conjunto de medidas e intervenções que são impulsionadas pelo Estado e que têm por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente dos grupos socialmente excluídos (PINTO, 2007; MARCELLINO, 2008).

Considerar o lazer e o esporte como direito social não é apenas uma questão legislativa, uma vez que implica demandas para sua legitimação não somente para o Estado, mas também para os sujeitos. Cabe ao Estado gerir políticas públicas contemplando ações ativas e efetivas de modo a garanti-las as sujeitos, que, por sua vez, precisam compreender o significado delas. Tornar-se um sujeito de direito é ter consciência da importância desses fenômenos na vida de cada um e também da coletividade, de modo a reivindicá-los como se faz em relação à educação, saúde, moradia, segurança, dentre outros. Se o lazer e o esporte são direitos sociais, devemos lutar para que eles existam, de fato, na vida de todos, caso contrário, continuarão sendo um privilégio dos poucos que possuem os bens econômicos, culturais e educacionais para acessá-lo.

Ao comentar sobre o direito ao lazer e ao esporte Pinto *et al.* (2010) afirmam:

a questão da garantia do direito não é tão simples como pode parecer. Isso porque ela não se limita a palavras e ideias, nem está fora das pessoas e só nas leis. O direito também não é garantido de forma automática. Ele se torna concreto na vida de todos quando as pessoas passam a cuidar das suas relações com elas mesmas, com os outros e o lugar onde vivem e realizam suas atividades cotidianas.

Castellani Filho (2006, p. 128) lembra que os estudos sobre políticas de educação física, esporte e lazer são recentes nessa área acadêmica e que estes foram impulsionados pela também recente chegada, nas instâncias governamentais, principalmente na federal, “de partidos comprometidos com o ideário de esquerda, no qual o conceito de gestão ganhou sentido bastante distinto daquele adotado pelo campo conservador”. O autor afirma que os novos modelos de gestão democrática com os orçamentos participativos e o controle social pressionaram os meio acadêmicos com eles comprometidos para fornecer aportes teóricos que viabilizassem esse outro jeito de governar.

Pensando na garantia desses direitos profissionais da área da Educação Física, dentre outros, assumem cargos políticos no Ministério de Esporte contribuindo efetivamente com “o protagonismo da articulação da ação de governo” (CASTELLANI FILHO, 2006, p. 129) e com a democratização do lazer e do esporte baseados em três princípios: a inclusão com equidade; a acessibilidade a diversificadas vivências; e a gestão política baseada na descentralização, territorialidade, intersetorialidade e integração em rede (PINTO, 2006).

Grandes dilemas passam a ser enfrentados tanto pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer quanto pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional para construir essa noção de direito na população. O primeiro deles se refere ao próprio conceito de lazer e de esporte. De que lazer e de que esportes estão falando? Não podemos negar suas formas de manifestação voltadas para promover o capitalismo como discutiremos adiante, mas queremos aqui defender esses fenômenos por eles mesmos e não “como parte de outras ações, como subsidiário de outras necessidades, como promoção social, diminuição da violência, combate ao uso de drogas, mesmo que possa contribuir para tudo isso” (MENICUCCI, 2006, p. 151).

Um segundo dilema se refere à definição de políticas públicas que superem o assistencialismo até então presente nas políticas públicas do setor. Nesse sentido, a meta a ser atingida passa a ser a da democratização das práticas e a universalização do direito ao lazer e ao esporte, mas como fazê-lo com os poucos recursos ainda destinados a estes programas e projetos? É bem provável que o caminho seja o que foi adotado pelas duas Secretarias. O PELC e o Programa *Segundo Tempo* são ainda focalizados, mas em seus princípios e diretrizes contemplam os primeiros passos para a construção social de uma política governamental ampliada, que valorize a participação de todos os atores sociais para sua efetivação.

Portanto, reconhecer o lazer como um direito exige dos sujeitos novas posturas diante a vida. Não basta reconhecer sua importância nos fins de semana, feriados prolongados ou período de férias. É preciso conquistar, no cotidiano, um tempo/espaço para a vivência de atividades culturais prazerosas e significativas, lembrando que o lazer nos oferece um amplo leque de possibilidades.

Essa tarefa deve ser fomentada pelo governo, que precisa

fazer a sua parte, elaborando e executando políticas e programas, garantindo equipamentos e atividades educativas para que as pessoas tenham acesso às oportunidades disponíveis de vivências do que é de direito. As famílias, as escolas, os clubes, a sociedade organizada, enfim, todas as instituições têm também que fazer sua parte, da mesma forma que é importante a participação de todos nestas ações (PINTO *et al.*, 2010).

Percebe-se que os desafios a enfrentar, bem como as possibilidades para o alcance de mudanças significativas, são enormes. Há ainda muito que fazer, mas, certamente, políticas públicas articuladas e intersetoriais, como as desenvolvidas pelo PELC e pelo Programa *Segundo Tempo*, devem ser consideradas.

Há que se ressaltar que uma magnitude de proposta de política pública dessa natureza não pode ser implementada sem enfrentar a discussão da intersetorialidade e da transversalidade, de certo modo, já iniciada nos dois programas.

No que tange ao esporte, consideramos ser esse fenômeno um dos conteúdos culturais do lazer (DUMAZEDIER, 1980) mais significativos em nossa sociedade, principalmente o futebol, verdadeira paixão nacional, haja vista a mobilização que já está ocorrendo com a conquista da organização e realização da Copa 2014 no País.

É inegável a existência de uma tensão entre os conceitos de esporte presentes em nosso meio. Quando o art. 217 da Constituição Federal o define como direito de cada cidadão brasileiro, ele passa a ser também referência para as práticas formais e não formais. Entretanto, o conceito possui diferenças de compreensão do seu significado que geram diferentes concepções de direito ao esporte. De que esporte falamos? De que direitos? O direito de usufruir sua prática como um bem da humanidade ou o de usufruir os produtos por ele gerado e difundido pela mídia, numa lógica exclusiva de consumo?

A Lei n. 9.615, de 1998, conhecida como “Lei Pelé”, contribui para esta discussão ao definir as suas três possibilidades de manifestações:

- esporte de rendimento: aquele que tem como referência normas e regras internacionais, a finalidade de obter resultados de alta performance, além de possibilitar a integração entre pessoas e comunidades. Tem como organizações de prática, principalmente, os clubes esportivos e como organizações de administração as federações, confederações, as ligas e os comitês olímpico e paraolímpico;
- esporte de participação: voltado para a prática do esporte como possibilidade de lazer na busca da integração social, da saúde e da qualidade de vida;
- esporte educacional: praticado dentro das organizações educativas, como as escolas e os projetos socioesportivos e que apresenta como finalidade o ensino da cultura esportiva na direção do desenvolvimento da pessoa, da construção da cidadania e da inclusão.

Dessa forma, a Constituição Federal e a Lei Pelé diferenciam as vivências do fenômeno esportivo pela população brasileira, sendo que a organização e o funcionamento de cada uma delas precisam atender às finalidades para as quais estão sendo idealizadas. Nesse sentido, a estrutura do Ministério do Esporte se alinha à legislação, ao se constituir em Secretarias que se propõem a gestar programas específicos de cada maneira de conceber o esporte.

Desenvolver políticas públicas de lazer e esporte numa sociedade como a nossa exige uma gestão eficaz, eficiente e efetiva dos seus programas e projetos. Para isso, é necessário o desenvolvimento de uma cultura voltada para o planejamento, o monitoramento e a avaliação em todos os campos de ação e intervenção (ZINGONI, 2007).

É importante que a atenção dos gestores de políticas públicas se volte para a efetividade das ações, e não apenas para a eficiência e a eficácia no cumprimento das metas. Em outras palavras, importa saber se, além de uma utilização eficiente dos recursos, as ações alcançaram resultados e contribuíram para uma mudança positiva na situação-problema enfocada pelas ações da política pública, no sentido de garantir a vivência desses direitos a todos os cidadãos brasileiros.

Considerando as necessidades dos gestores das políticas públicas, as pesquisas avaliativas, desenvolvidas no âmbito da academia passam a adotar um arcabouço que permite configurar esse instrumento como pesquisa social e, ao mesmo tempo, de gestão. Essa convergência orientou as escolhas realizadas no desenho do projeto de pesquisa em questão, considerando, principalmente, uma metodologia participativa para garantir a transferência de conhecimento gerado em seu âmbito.

1.3 OBJETIVOS

O propósito com esta pesquisa foi contribuir para a avaliação e a qualificação dos programas de esporte e lazer mantidos pelo Ministério do Esporte com o seguinte objetivo:

- elaborar sistema de monitoramento e avaliação para os programas *Esporte e Lazer da Cidade* e *Segundo Tempo*, considerando os enfoques: eficiência, eficácia quantitativa e qualitativa e efetividade/impacto com vistas a instituir um modelo de monitoramento e avaliação que incorpore os indicadores de processos e resultados que possam ser verificados num contínuo (monitoramento), e ainda, um método de avaliação em profundidade – efetividade, que possa ser aplicado periodicamente.

Para atingir esse objetivo principal, foi necessário, ainda:

- criar os indicadores e instrumentos de avaliação (questionário básico, roteiro de entrevista em profundidade, roteiro para entrevista em grupo focal);
- aplicar os instrumentos básicos como teste para validação e replicação, por meio de experiência piloto,
- aplicar os instrumentos definitivos em amostra nacional;
- analisar os resultados;
- apresentar produtos finais (relatórios e livro).

Os problemas que originaram esta pesquisa permitiram aos envolvidos uma tomada de decisão quanto ao referencial teórico, no sentido de dialogar com os programas em questão, possibilitando o desenvolvimento de seu percurso metodológico

e a realização das análises dos resultados alcançados em cada etapa. No capítulo a seguir, discutimos os conceitos que fundamentaram esse diálogo, priorizando o debate sobre o lazer, o esporte educacional, as políticas públicas e as políticas específicas destes campos de estudo, bem como, a avaliação e a metodologia.

Capítulo 2

REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA

2.1 OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO LAZER E IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

As pesquisas sobre a constituição histórica do fenômeno lazer (GOMES, 2004; PINTO *et al.*, 2008) em nossa sociedade tomam como referência o contexto europeu e afirmam que o tempo desocupado – *skolé* (Grécia)/*otium* (Roma) – era vivenciado como um momento de meditação, de contemplação, de desenvolvimento pessoal, ou seja, como privilégio de determinadas camadas da sociedade. Quando direcionado à população de modo geral, tinha a conotação de divertimento ou distração (Roma) com fins de despolitizá-la. No período medieval, os desejos do corpo eram punidos e a vivência de qualquer atividade que trouxesse prazer para a população, com exceção daquelas legitimadas pelo controle do Estado, da Aristocracia e da Igreja, eram passíveis de sentimento de culpa.

Com o nascimento da classe burguesa privilegiada também no que diz respeito à vivência do ócio, ou seja, de um tempo desocupado para se fazer o que se quer, esse privilégio de poucos passou a ser algo desejado por toda a população. Entretanto, com base em princípios cristãos, a nascente burguesia conseguiu manter seus interesses e imprimiu ao imaginário social a ideia de que a atividade do trabalho é digna e deve ser exercida por todos. Nega-se, desse modo, o ócio, ao mesmo tempo em que justifica o desenvolvimento e o progresso pela dor e sacrifício. São muitas as implicações desse modo de pensar para a sociedade ocidental, dentre elas o fato de o ócio passar a ser considerado coisa de quem não tem o que fazer, “coisa de vagabundo”, e a ociosidade, algo que não deve ser almejado pelas pessoas que visam ao bem comum. Assim, a palavra “ócio” ganha uma conotação pejorativa e é substituída em nossa língua portuguesa por lazer (GOMES, 2004).

A modernidade acentua ainda mais esta relação dos sujeitos com o trabalho e o lazer, o qual se torna subjugado ao primeiro e promove-lhe o desenvolvimento, uma vez que contribui para que o trabalhador possa compensar o desgaste provocado pelo trabalho, por meio de atividades prazerosas que o descansam e relaxem, de modo a aumentar sua produção. A lógica da sociedade capitalista, que visa à produção, ao consumo e ao lucro, apropria-se, também, do lazer e o transforma numa mercadoria, num produto como outro qualquer. Essa lógica reconhece o lazer como força econômica que gera

empregos ao ampliar a produção e o consumo de bens; favorece o desenvolvimento da indústria cultural e do entretenimento (PADILHA, 2002); transforma “os indivíduos em potenciais consumidores de mercadorias lúdico culturais” (PINTO *et al.*, 2008); e acentua as desigualdades sociais, uma vez que o acesso à produção cultural disponível não ocorre em iguais condições para os diferentes sujeitos.

Esse breve histórico nos permite afirmar que o lazer, desde suas origens, é um fenômeno político, segregador, elitista, hierarquizante, discriminatório e utilizado com fins outros que visam muito mais ao desenvolvimento da sociedade capitalista e da economia do que ao do próprio sujeito.

Em nosso país a história não foi diferente. Sabemos que quando os portugueses invadiram nossas terras as populações autóctones que aqui viviam dividiam seu tempo entre o trabalho de plantar, colher, caçar e outras atividades cotidianas que, certamente, contemplavam momentos de descanso, distração, vivências de rituais, principalmente os religiosos, com seus cantos e danças. Infelizmente poucos são os registros sobre esses povos, uma vez que a maioria deles foi dizimada.

As mudanças sociais e suas implicações para a relação das pessoas com o trabalho e o ócio/ lazer, vividas pela sociedade brasileira desde o período colonial até os dias de hoje, também carecem de pesquisas, de modo a constituir uma história desse campo do conhecimento em nosso país que seja condizente com nossa própria história, sob pena de continuarmos reproduzindo contextos e realidades com base em uma visão eurocêntrica.

Sem desmerecer os autores que introduziram o debate sobre o lazer no Brasil, podemos afirmar que sua teorização, em nosso país, registrou um considerável avanço a partir da década de 1970, impulsionada por teorias sociais críticas e pela influência do sociólogo francês Dumazedier (1980) em sua passagem por aqui. Baseados numa concepção moderna de ciências, vários autores vêm contribuindo para a construção do campo do conhecimento do lazer e a necessidade de conceituá-lo. Para Galuch e Sforini (2005) *apud* Elizalde e Gomes (2009, p. 21)

la formación de conceptos es un proceso, no es un resultado de transmisión de palabras o de definiciones que expresen la generalización comprendida en los conceptos. Por lo tanto, la formación de conceptos es el movimiento del pensamiento con oscilaciones constituidas de poco a poco, por el uso de las palabras, por combinaciones entre operaciones mentales, aislando atributos comunes entre objetos, abstrayendo determinados riesgos, simbolizando y llegando a una síntesis.

Sem dúvida, nesse processo de constituição do conceito no Brasil, Marcellino (2007, 1987, 2008) é um autor de destaque. Aluno de Dumazedier e estudioso de Gramsci, contribui com o debate ao afirmar que o lazer é

a cultura – entendida no seu sentido mais amplo, vivenciada (praticada, fruída ou conhecida) no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude. O importante, como traço definidor, é o caráter desinteressado dessa vivência. Nele não se busca outra recompensa além da satisfação provocada pela situação vivida. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática e contemplativa (MARCELLINO, 1987, p. 31).

Outra contribuição vem de Leila Pinto (2008) que, ao considerar que o lazer é a vivência privilegiada do lúdico materializada, preferencialmente no jogo, brinquedo, brincadeira e na festa, não destaca a necessidade de um tempo liberado das obrigações sociais como constituinte desse fenômeno, uma vez que “o tempo/espço/oportunidade privilegiado para vivências lúdicas pode ocorrer em qualquer situação da vida” (PINTO *et al.*, 2010). A autora afirma que “o lúdico representa as experiências prazerosas, de livre escolha dos sujeitos a partir das suas oportunidades de diversificadas práticas culturais, compartilhadas com o outro, exercitando a autonomia de todos. A ludicidade é, pois, uma conquista do sujeito no contexto de suas relações socioculturais, vivência com sentidos e significados diversos, como de (re)criação, encontro e pertencimento” (PINTO *et al.*, 2010, p. 59).

Para Christianne Gomes (2004, p. 125), o lazer é “uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/ espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo”.

Por sua vez, Fernando Mascarenhas (2003), com base numa leitura marxista, entende que o lazer é resultante das tensões entre o capital e o trabalho, perpassado por relações de hegemonia e materializado como um tempo e espaço de vivências lúdicas, onde também é possível organizar a cultura e possibilidade de transformação da realidade vivida pelos sujeitos.

A compreensão do lazer como cultura fundamenta o PELC, que tem em seus princípios o reconhecimento dos interesses dos sujeitos e da comunidade local e a valorização de suas manifestações.

Mas o mundo deste início de século tem sido palco de significativas mudanças no trabalho, no lazer, na vida social, nas relações humanas, econômicas, ambientais, demandando dos pesquisadores a elaboração de novas respostas para novos desafios. O planeta clama pela vida e pela solidariedade. O desenvolvimento científico e tecnológico possibilitou o aumento da expectativa de vida dos sujeitos, ao mesmo tempo em que vem gerando a sua própria destruição, o que nos obriga a tomar decisões sobre os conhecimentos que acumulamos de modo responsável. Tecnologias foram criadas para simplificar nossa vida, mas, curiosamente, passamos cada vez mais tempo

envolvidos com o trabalho, pois há sempre tanto produto novo e tentador no mercado a nos seduzir que trabalhamos para adquiri-los e, sem perceber, nos tornamos reféns desse círculo viciado e vicioso.

Nesse contexto, o Estado-Nação vem cada vez mais perdendo sua “capacidade de organizar a vida social e material das pessoas cedendo espaço para a globalização e a ação do mercado” (CASTRO-GÓMEZ, 2005). Passamos a viver numa sociedade de serviços, na qual, o lazer é também assim entendido, e seus estudos precisam, urgentemente, considerar as novas demandas impostas pela pós-modernidade. Não se trata de substituir o projeto de sociedade moderno por outro, mas, sim, da necessidade de considerar todas as nuances que a (con)vivência desses dois modelos impõem aos pesquisadores.

O campo do lazer, cada vez mais tem sido intensificado pela indústria cultural e a do entretenimento e se tornado um poderoso aliado do capitalismo, que utiliza estratégias eficientes, eficazes e educativas para lidar com as emoções dos sujeitos na propagação de opções de consumo em busca da felicidade.

Desse modo, torna-se imprescindível que os sujeitos consigam superar as abordagens funcionalistas atribuídas ao lazer, como denunciadas por Marcellino (1987), aquelas que o percebem apenas como distrações, divertimento e entretenimento, com vista a recuperar as forças físicas do indivíduo de modo que este possa “recarregar as baterias” como compensação das atividades com o trabalho maçante, mecânico e alienante; e, também, aquela que considera o lazer como fenômeno capaz de minimizar e até eliminar as mazelas sociais – por exemplo, o envolvimento de sujeitos com drogas. Para além dessa visão, muito presente no senso comum, precisamos entender o lazer como uma dimensão imprescindível da vida humana, tão importante quanto todas as outras. Assim como o trabalho, o lazer é condição de sobrevivência, de necessidade, de “se permitir” viver com alegria, disposição e vontade, com liberdade e desejo de criar e recriar constantemente a própria vida ludicamente.

Nesse sentido, o lazer se torna uma possibilidade para o sujeito vivenciar uma educação que objetive a apropriação de ferramentas potencializadoras para a realização de leituras críticas em relação às estratégias reprodutivistas e alienantes presentes em nossa sociedade. Uma educação das sensibilidades, com vista à sua formação integrada, que alcance a saúde, a qualidade de vida (individual) e da vida (coletiva), a felicidade, em harmonia para viver consigo mesmo, com o outro, a sociedade e o meio ambiente, de modo pleno e lúdico.

Essa compreensão do lazer impõe a necessidade de uma formação do sujeito que considere outras dimensões da vida, aquelas que nos permitam “viver livres do medo irracional do desconhecido” (GLEISER, 2010), possibilitado pela vivência lúdica e materializado no jogo, na festa (ALVES, 2008), na leitura, na arte, na música, na dança, no passeio, no encontro, dentre outros, num campo aberto às experiências.

Essa formação deve levar em conta o duplo aspecto educativo do lazer como vem sendo discutido por Marcellino (1987), que percebe tanto o seu potencial para a aquisição de conhecimentos por meio das vivências lúdicas (educação pelo lazer) quanto à necessidade de sensibilizá-las (educação para o lazer). Concordamos com esse potencial educativo do lazer, mas reconhecemos que é preciso compreender que as teorias e estratégias que o desenvolvem na sociedade capitalista educam e, como já dito, com resultados extremamente eficientes.

A responsabilidade dos profissionais do lazer recai sobre a necessidade de elaborar programas e projetos que possibilitem aos sujeitos ampliar as leituras de mundo, de modo que consigam realizar críticas à indústria cultural e à do entretenimento, principalmente a mídia. O objetivo é que compreendam o jogo que se estabelece e criem alternativas para não se deixarem ser seduzidos por seus apelos, tornando-se autônomos em relação ao uso do próprio tempo e à escolha de suas vivências.

Esse processo de educação para e pelo lazer numa perspectiva crítica e aberta às experiências exige que o sujeito se posicione diante as situações-problemas vividas no contexto globalizado. Desse modo, a participação ativa do sujeito como ator, e não mero espectador, poderá contribuir para o desenvolvimento de ações socioeducativas no lazer, minimizando o direcionamento de programações e atendendo mais diretamente aos seus próprios interesses e aos do grupo do qual faz parte, na busca da conquista de seus direitos.

É ainda Pinto (2006) quem afirma que, para a conquista do direito ao lazer, a participação exige do sujeito a construção diária de um “novo” olhar, com atitudes conscientes e éticas de todos a respeito de suas políticas. Benevides (1996) *apud* Pinto (2006, p. 19) define a concepção de participação como aquela que se realiza por meio de canais institucionalizados que garantem a intervenção direta dos beneficiários da política nas atividades de sua formulação e controle das ações implementadas.

O PELC, baseado em um de seus princípios, o da gestão compartilhada, prevê a participação da comunidade na definição de suas ações. Esse princípio é, como diz Rodrigues (2010), um processo pedagógico para o aprendizado pelo sujeito de seu direito ao lazer.⁷ Dessa forma, o que o Programa propõe é uma intervenção com temporalidade definida, de modo que a comunidade desenvolva e construa processos autônomos para o seu desenvolvimento em relação ao esporte e ao lazer, deixando de demandar ações governamentais.

No que tange às propostas de intervenção em políticas sociais, alguns autores vêm trazendo suas contribuições. Marcellino (2009), baseado em Dumazedier (1980) propõe a ação comunitária como uma alternativa operacional nas políticas de intervenção no campo do lazer que visem ao trabalho socioeducativo da comunidade,

7 Rejane Penna Rodrigues é Secretária Nacional de Esporte e Lazer (SNDEL).

de modo a sensibilizá-la para o enfrentamento dos problemas vivenciados também nessa área. O que se espera com essa proposta é que a comunidade adquira certa autonomia na realização de planejamentos, na organização e na avaliação de ações, conscientes de seus direitos e com vista à sua permanência e continuidade.

Ainda pensando nessa possibilidade de educação pelo e para o lazer, Mascarenhas (2003), com base nos estudos de Paulo Freire (1980, 1983a, 1983b, 1996, 1999), propõe um método de intervenção destinado aos grupos e/ou movimentos sociais que lhes permita apreender, crítica e criativamente, as possibilidades de vivências lúdicas, bem como perceber as contradições e determinações impostas para sua organização. Dessa forma, o autor considera que o sujeito social, político e histórico se torna um ser consciente de sua forma de estar no mundo e de sua possibilidade de construir o conhecimento com base na experiência reflexiva, organizada e participativa, desenvolvida no próprio grupo, com vista à “emancipação e à conquista de um mundo mais justo e melhor para se viver” (MASCARENHAS, 2003, p. 22).

A participação dos grupos sociais nos projetos e programas de lazer é também defendida por Melo (2005) quando propõe, além de pressupostos para uma ação comunitária com a ideia de administrar “em conjunto”, e não “para” os interessados, uma metodologia de trabalho para atingir estes fins. O autor (2006), baseado na teoria dos Estudos Culturais, propõe a animação cultural como uma intervenção pedagógica que prevê a mediação dos profissionais do lazer junto aos grupos sociais com vista a permitir compreensões aprofundadas dos sentidos e significados das manifestações culturais presentes em nossa sociedade.

Torna-se imprescindível que os capacitadores dos formadores dos agentes do PELC compreendam estas e outras propostas de intervenção para atingir o objetivo da autogestão pretendida por seus gestores.

Qualquer que seja a proposta metodológica adotada para a intervenção, a gestão das políticas públicas de lazer deverá considerar o contexto vivido neste início de século e enfrentar as mudanças por ele impostas, sem perder a coerência política construída nas propostas gerenciais. Nesse quadro complexo, a avaliação é uma condição *sine qua non* para o ajuste e redirecionamento das metas e ações.

O “Marco Lógico” é um desses instrumentos úteis para a elaboração, a análise e o gerenciamento de projetos, e sua utilização metodológica no campo do lazer foi discutida por Zingoni (2009). Trata-se de um método destinado à elaboração de projetos, mas adaptável às ações continuadas. Destina-se à construção dos principais elementos de um projeto – objetivos gerais e específicos do projeto, produtos ou resultados imediatos, atividades, indicadores, meios de verificação e premissas. O Marco Lógico baseia-se no método científico de pesquisa social, estruturando os projetos sobre uma cadeia de hipóteses sobre as relações de causa e efeito envolvidas no enfrentamento da problemática em questão (ZINGONI; RIBEIRO, 2006).

Zingoni (2009, p. 18) alerta:

A intervenção via projetos sociais pela sociedade civil pode contribuir com o Estado no seu dever de garantir o direito de lazer, mas não deve cair na armadilha de substituí-lo. Esse caso, os projetos poderiam, no máximo, criar ou integrar uma rede de serviços mínima, mas não contribuem para a resolução efetiva das demandas de lazer existentes em nossa sociedade.

Compreender essa complexidade que envolve o lazer na sociedade brasileira e no mundo e concretizá-la numa política social mais ampla é o grande desafio a ser enfrentado por todos os atores envolvidos, desde pesquisadores, gestores, trabalhadores, lideranças comunitárias e o próprio sujeito. Nesse sentido, para os limites que se propõem nesta pesquisa, em consonância com as discussões aqui realizadas, considera-se que um passo importante está sendo dado pelo PELC, a saber, a elaboração do seu próprio Sistema de Monitoramento e Avaliação.

2.2 O ESPORTE EDUCACIONAL COMO POLÍTICA SOCIAL

Refletir sobre o Programa *Segundo Tempo* exige uma busca por fundamentos que contribuam para sua compreensão, para a análise das ações realizadas nos seus núcleos e para a avaliação dos resultados obtidos com a sua implantação. Nessa direção, uma primeira questão a ser considerada é a definição de que se trata de um programa de esporte educacional que, por sua vez, é definido como aquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (BRASIL, 2010).

A existência de uma explicação para a expressão “esporte educacional” no documento de referência do Programa parece indicar mais do que uma referência à legislação: um esforço no sentido de diferenciar esse esporte e o seu ensino em relação a outras possibilidades de se compreender e de se vivenciar o fenômeno esportivo no Brasil.

Na direção de compreender as possibilidades e os limites de um programa de esporte inserido em uma política pública é preciso discutir o esporte com base na sua compreensão como um fenômeno sócio-histórico culturalmente construído, sendo possível identificar suas raízes ao longo da história da humanidade.

Segundo Giulianotti (2002), o esporte se faz presente desde os tempos mais remotos, quando era marcado pelo caráter utilitarista da atividade física; passando pela Grécia clássica e pelo Império Romano, quando era praticado em eventos que visavam ao entretenimento da população, conforme afirma Tubino (1992); chegando

à Idade Média, quando, ainda como jogo, passou a ter conotação negativa, tendo em vista a necessidade de controle religioso das atividades feitas no tempo livre, de acordo com Werneck (2000).

Entretanto, não há como pensar no esporte sem entender as rupturas possibilitadas pela modernidade européia nos jogos da Idade Média para transformá-los no esporte moderno. Foi com o surgimento da indústria, da ciência, da imprensa, com os movimentos intensos de urbanização e com a organização dos Estados Nacionais na Europa, que alguns dos jogos se transformaram em esporte. Nesse momento histórico, a Inglaterra se destacava com a força de sua economia, dominando o comércio, o transporte marítimo e o transporte ferroviário. No processo de se constituir como Estado Nacional moderno, a Inglaterra se mobilizou para controlar a violência social, substituindo-a pela violência simbólica, por meio da esportivização dos jogos.

Essa esportivização, de acordo com Stigger (2005), ocorreu pela transformação dos valores e dos sentidos que norteavam os jogos, especialmente com a criação de regras universais, de entidades responsáveis pela determinação dessas regras e da organização e do controle das competições.

Assim, aquilo que é praticado hoje de forma similar em todo o mundo e que é chamado de “esporte” teve sua origem na Inglaterra e se propagou por outros países dada a enorme influência desse país, principalmente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX.

A internacionalização, portanto, é um marco definitivo na história do esporte e só foi possível pela institucionalização das modalidades esportivas, com a criação das confederações nacionais e das federações internacionais, além do Comitê Olímpico Internacional.

Entretanto, a institucionalização do esporte moderno, de certa forma, rompeu com suas raízes populares, e as pessoas foram deixando de praticar esses jogos esportivizados, apenas acompanhando as competições como espectadores. Assim, segundo Gebara (2002), apesar de o esporte moderno ter se transformado em fenômeno de massa por meio da imprensa, sua prática não se democratizou.

Dessa forma, o esporte moderno se distanciou dos jogos antigos, pois tem como lógica a busca pelo resultado, pelo desempenho, pela eficiência, mediante a racionalização dos gestos corporais, que levou ao desenvolvimento de técnicas esportivas.

Nessa direção, com a maior importância dada ao resultado, com a ênfase na busca pela vitória e no estabelecimento de recordes, essa supervalorização do rendimento e a possibilidade de alguém ser capaz de alcançá-lo passaram a servir de referência para a seleção daqueles que praticariam o esporte.

Entretanto, para a compreensão do esporte dos dias atuais, outras referências ainda são necessárias. Segundo Tubino (1992), a compreensão do fenômeno esportivo

contemporâneo se relaciona ao seu uso como propaganda político-ideológica que tem como marco os Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936. Além disso, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o esporte se desenvolveu rumo à profissionalização, tendo como referência o processo de mercadorização que o transformou em produto e vitrine.

Entretanto, apesar de se transformar em mercadoria – e talvez por essa razão – e de fazer parte de uma indústria das mais importantes na economia de diversos países, dentre eles o Brasil, o esporte também passou a ser entendido como algo fundamental para a vida das pessoas, tanto para a sua vivência prática quanto para a fruição e contemplação.

Nessa direção, tendo em vista o desenvolvimento do esporte moderno e seu entendimento, simultaneamente, como indústria e como direito social, recorreremos às contribuições de Kunz (1994), que apresenta dois conceitos bastante discutidos no âmbito da educação física brasileira, e que convivem com uma grande tensão entre si.

Para o autor, há uma forma tradicional ou restrita de conceituar o esporte, que o liga às modalidades institucionalizadas, ao movimento olímpico, às federações e confederações. Esse conceito enfatiza-lhe o caráter competitivo com a ideia de luta contra o tempo, o espaço, o adversário, dentre outros elementos. Assim, o esporte deve ser praticado, especialmente, por quem apresenta potencial para se transformar em atleta de alto rendimento, com vista a participar das principais competições nacionais e internacionais.

Kunz (1994) apresenta, ainda, um conceito mais amplo de esporte, desvinculado das modalidades institucionalizadas e despreocupado com a seleção e promoção de novos atletas e resultados. Esse conceito amplo está mais relacionado com a noção de direito, a educação, o lazer, a cidadania, a inclusão e a qualidade de vida do praticante.

Esse segundo conceito é fruto dos movimentos que marcaram a Educação Física brasileira no campo acadêmico a partir da década de 1980, influenciados pelas ciências sociais e humanas, fundamentadas em concepções ligadas à psicologia do desenvolvimento (especialmente relacionadas com o desenvolvimento motor e à aprendizagem motora) à sociologia e à antropologia (em uma perspectiva crítica em relação ao papel social da Educação Física e do esporte na sociedade brasileira) (BRACHT, 1999).

A convivência entre os dois conceitos passou a ser marcada pela tensão, e a principal questão que se colocava entre os dois era o caráter excludente do esporte quando ensinado com base na sua concepção tradicional, relacionada mais diretamente ao rendimento e à seletividade.

A tentativa de superação do antagonismo e das contradições presentes nessas concepções vem mobilizando os pesquisadores. Uma das possibilidades é apresentada por Stigger (2001), ao propor a perspectiva multicultural para o esporte que leva em consideração os aspectos subjetivos que envolvem a participação dos sujeitos nas

práticas esportivas. Como protagonistas, eles se apropriam ativamente do esporte, de maneira heterogênea, nas diferentes realidades em que é praticado. Dessa forma, para o autor, por meio da participação, os sujeitos recriam o esporte, sendo possível atribuir-lhe diferentes significados e produzir uma variedade de manifestações.

Os conceitos de esporte da Lei n. 9.615, de 1998 (BRASIL, 1998), de certa forma, sintetizam estas tensões conceituais e se configuram como uma tentativa de superação de seu antagonismo, ao definir as manifestações esportivas em educacional, rendimento e participação.

Assim, o esporte educacional, especialmente quando ensinado fora do âmbito da aula de Educação Física, tem como referência o ensino da cultura esportiva no que se relaciona à prática das modalidades institucionalizadas, mas, ao mesmo tempo, apresenta os aspectos educativos, as preocupações com o desenvolvimento do sujeito e da sociedade, na direção da construção da cidadania e da inclusão social.

Em relação, especialmente, à presença do esporte nos projetos sociais, essa mesma tensão pode ser verificada também a partir da década de 1980, com o aumento da preocupação em oportunizar o esporte à população menos favorecida. Para Melo (2005), o fortalecimento da sociedade civil no Brasil, com o surgimento da ideia de terceiro setor, influenciou as iniciativas no âmbito do esporte, fazendo ganhar força os projetos sociais que trabalhavam com essa prática social para crianças e adolescentes em bairros pobres, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

No entanto, segundo o referido autor, a trajetória do esporte nos projetos sociais se apoiou em diferentes ideias, como a de que o simples contato com alguma modalidade esportiva fosse suficiente para afastar as crianças e adolescentes das drogas, da miséria, da violência. Segundo o referido autor, o esporte seria o melhor antídoto para coibir práticas como estas, ligadas ao crime, que funcionariam como uma espécie de “analgésico social”, sempre numa perspectiva conservadora de controle social (MELO, 2005).

Outra ideia relativa ao esporte, destacada por Melo (2005) e que estava presente nos projetos socioesportivos fundamentava-se na sua utilização para detecção e seleção de novos talentos para diversas modalidades, na dimensão do esporte de rendimento, mediante a aplicação de testes na comunidade para selecionar os mais aptos e indicá-los a centros avançados de treinamento.

Além dessas duas, outro ponto discutido pelo referido autor representa uma ruptura no discurso que legitima a presença do esporte nos projetos sociais, praticamente abandonando a ideia da seleção de talentos para o alto rendimento e adotando a ideia de promoção da cidadania, da inclusão social e da melhoria nos índices educacionais.

Assim, o Programa *Segundo Tempo* se apresenta como uma iniciativa que tenta promover, ao mesmo tempo, o acesso ao esporte como direito social; a apropriação da

cultura esportiva; o desenvolvimento pessoal e social nas comunidades atendidas pelos núcleos; e a diminuição do contato de crianças e adolescentes beneficiados com os riscos relacionados à violência, às drogas e à fragilização do ambiente familiar, muito presentes nas comunidades mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LAZER E O ESPORTE

A formulação sobre políticas públicas remete, inicialmente, à análise do conceito de público, no que tange à sua definição relacionada ao interesse público, ao bem público e ao setor público. O conceito de “público” tem como corolário o conceito de “privado”. A constituição do conceito de público ocorre na tensão existente entre o público e o privado e na relação entre a dimensão privada e a dimensão pública das pessoas e das organizações na sociedade. Esses elementos constitutivos da formulação teórica sobre o que é público são problematizados de forma distinta entre as escolas de pensamento da ciência política e da sociologia. Destacam-se, segundo Parsons (1995), o liberalismo clássico de Adam Smith; o novo liberalismo – que também é definido como liberalismo social ou de bem-estar social e que tem como principais autores Dewey nos Estados Unidos e Hobhouse e Keynes na Inglaterra – e o neoliberalismo de Hayek e Fridmam.

No liberalismo clássico, o delineamento dos conceitos de público e privado é orientado pelas forças do mercado, visando privilegiar a liberdade econômica contida na escolhas individuais, nos interesses privados e no constrangimento da atuação do Estado. Nessa concepção, o interesse público é compreendido como a facilitação dos interesses de liberdade econômica e do mercado, em detrimento do constrangimento e da regulação do Estado. A ordem desse interesse, segundo Parsons (1995, p. 4-5), é essencialmente o resultado espontâneo de escolhas privadas, e o papel do Estado é regular legalmente a convergência dos interesses públicos e privados, que ocorre naturalmente no mercado.

O bem-estar social diverge da ideia de que o mercado poderia provocar a convergência dos interesses públicos e privados de forma natural ou espontânea. A educação política ou a “inteligência organizada”, defendida por Dewey, poderia prover os meios pelos quais poderiam ser equilibradas as esferas privada e pública. A mediação entre o público e o privado passou a ocupar a agenda do Estado e a gerar uma pauta que considerava o Estado como provedor dos meios que garantiam o princípio da igualdade de direitos e da universalidade de suas ações. Portanto, a esfera pública se ampliou, bem como, conseqüentemente, a abrangência do Estado, que deixou de ser apenas regulador dos interesses e passou a prover condições para o exercício da cidadania, o que significa – nessa escola de pensamento – a institucionalização dos meios e condições de mediação racional dos interesses, ou seja, o fortalecimento institucional do Estado.

Nesse contexto, a concepção de burocracia racional legal de Weber ganhou espaço e foi implementada mediante a justificativa de que as organizações do Estado eram movidas pelo interesse público e não pelo interesse privado e que, portanto, devia-se adotar um modelo próprio para atingir esse princípio e impedir a predominância do interesse privados nas ações do Estado (patrimonialismo). Essa concepção foi colocada em xeque no período de deflação, gerado pela crise econômica da década de 1970, e as ideias liberais retomaram a discussão por meio de Hayek e Fridmam (PARSONS, 1995, p. 8).

As ideias neoliberais ou, de acordo com Parsons (1995), do “novo direito”, resgataram a concepção de que a relação entre o público e o privado era algo mais bem definido pelo mercado e pela liberdade de escolha em detrimento do Estado que operava dentro e para os interesses públicos. Os argumentos pautaram-se, principalmente, na falência da administração pública burocrática. A passagem da concepção de interesse público no liberalismo novo para o neoliberalismo foi demarcada com clareza no debate sobre os modelos de administração pública pós-burocrática. A crítica ao modelo burocrático sustenta-se na ineficiência, inoperância e lentidão do aparato do Estado diante das necessidades da população.

Essa análise reporta-se às práticas empresarias do setor privado para justificar que as ações gerenciais adotadas por esse setor eram melhores e deveriam ser adotadas pelo setor público, negando, assim, as especificidades e a natureza do interesse público. A desconstrução do aparato e do modelo de administração pública tornou-se a principal estratégia de viabilização dos ideais neoliberais, principalmente porque é considerado um consenso na teoria e na prática que o modelo burocrático não atende às atuais exigências da sociedade. No bojo dessa estratégia, encontra-se a definição de interesse público e de abrangência do Estado. Ou seja, a tensão entre o interesse público e o privado não gera contradição, e, sim, é convergente, na perspectiva do livre mercado. Nesse sentido, o Estado pode e deve intervir menos no bem estar social.

A definição de bem público e bem privado também contribuiu para melhor delinear o conceito de público e, conseqüentemente, de política pública. Um bem público é aquele que está disponível para todos – indivisível; o bem privado é aquele consumido mediante a escolha e pago – exclusivo. O serviço público e o privado sofrem a mesma distinção: o público é ofertado para quem dele necessitar e não é cobrado diretamente, e o privado é consumido e pago. Nas definições de setor público e setor privado, a distinção repousa nas organizações e instituições que gerenciam e ofertam os serviços e bens, públicos e privados. As organizações do Estado compõem o setor público e as entidades não estatais compõem o setor privado. Não obstante, Parsons (1995) salienta que não existe uma pureza entre bem, serviço e setor público e privado. O que existe em todos os modelos de Estado e a administração pública é

um espaço cinzento no qual o público e o privado interagem, tencionando o formato da política⁸ pública.

Encontra-se na literatura especializada uma grande quantidade de definições sobre política pública, segundo Roth (2002). Ao analisar as diversas concepções, ele sugere a existência de quatro elementos centrais que permitem a identificação de uma política pública: a implicação do governo, a percepção (análise) do problema, as definições de objetivos e o processo. Com base nesses elementos, Roth (2002, p. 27) produz uma síntese conceitual de política pública:

Um conjunto formado por um ou mais objetivos coletivos considerados necessários e desejados, os meios e as ações que são utilizados na implementação, pelo menos parcialmente, por uma instituição ou organização governamental com a finalidade de orientar o comportamento de atores individuais ou coletivos para modificar uma situação percebida como insatisfatória ou problemática.

Essa concepção compreende a política pública como ação reativa do Estado aos problemas, diferindo da concepção que também considera a não atuação do Estado diante de uma situação percebida como insatisfatória ou problemática como política pública. Um dos autores dessa concepção é Dye (1987), que parte do princípio da não focalização na ação de governo, mas considera também a inação de governo, ou seja, o governo escolhe não fazer. Ele compreende que a inação de governo pode ter tanto impacto quanto tem a ação; portanto, é resultante de uma escolha e deve ser considerada como política pública. Essa concepção exige um complexo conjunto de instrumentos para a análise de uma política pública. É necessário analisar o que existe como ação e o que não existe, mas deveria existir. A análise da ausência ou da negligência do Estado reforça a tese do bem-estar social, na qual os interesses públicos não são conduzidos pelo livre mercado, mas pelas contradições geradas pelo próprio mercado, e o Estado deve constituir-se em base institucional sólida e capaz de sustentar posicionamentos intervencionistas não apenas voltados para a regulação do mercado, mas também para a promoção do bem-estar social.

Para analisar a política pública como ação os seguintes elementos podem ser considerados:

- a) os objetivos coletivos que o Estado considera como desejáveis e necessários, incluindo o seu processo de definição e de formação;
- b) os meios e ações processados, total ou parcialmente, por uma instituição ou organização governamental; e

⁸ Compreendendo política como designação de propósitos e programas das autoridades públicas, que corresponde a *policy* em inglês. No inglês, existe também a palavra *polity*, que significa política no âmbito dos governos e partidos políticos; e *politics*, que designa a política como atividade de organização e luta pelo controle do poder, conforme Roth (2002, p. 25-26).

c) os resultados das ações, incluindo tanto as consequências desejadas como as imprevistas (ROTH, 2002).

Portanto, uma política pública é forjada segundo os interesses públicos em relação aos interesses privados, a natureza pública de seu objeto e seu financiamento. Esses elementos estão relacionados ao modelo de Estado e sua abrangência.

Com base nessas considerações de Roth, pode-se afirmar que no Brasil existe um processo de implantação de uma política pública esporte e lazer, observando a seguinte análise:

- Os objetivos coletivos estão dispostos nos arts. 6º, 217 e 227 da Constituição Federal, conforme apresentado. A regulamentação dos direitos reconhecidos nesse importante marco legal existe parcialmente. Observa-se que o processo de produção de agenda e regulamentação das ações ocorre por meio de conferências (municipais, estaduais e nacional) de esporte e dos conselhos de esporte (municipais, estaduais e nacional), que deliberam as prioridades e pactuam com os setores da sociedade a formatação institucional. Esses mecanismos atribuem legitimidade as escolhas e aos processos de implantação dessa política pública.
- O desenho da política pública de esporte e lazer a concebe como política setorial no campo das políticas sociais. Assim, foi criado um Ministério para se ocupar desse setor das políticas públicas sociais. A instituição de um órgão gestor na esfera federal no nível estratégico da gestão induz o processo de ampliação da institucionalização dessa política pública nas demais esferas de governo. O processo progressivo de ampliação da robustez dessa política pública de esporte e lazer também pode ser observado no aporte de recursos financeiros no orçamento público. Em 2003, era aportada nessa área a importância de R\$ 371.316.462,00 e, em 2010, foram previstos no orçamento R\$ 2.102.422.358,00, um aumento de 566,21%.⁹
- Os resultados das ações da política pública de esporte e lazer estão em processo de verificação e mensuração. Nesta pesquisa, no capítulo 4, são publicados alguns resultados observados pelos beneficiados de dois programas, que são satisfatórios, considerando os resultados esperados.

A implantação da política pública de esporte e lazer é uma opção de governo que investe na constituição dos mecanismos necessários para torná-la uma política de Estado. Nesse sentido, alguns desafios precisam ser superados, e o principal seria

⁹ Plano Plurianual do Governo Federal 2004/2007 e 2008/2011. Execução do Orçamento – Ministério do Esporte.

a cobertura das ações. Atualmente, os dois principais programas sociais de esporte e lazer são focalizadores e seletivos do público-alvo, visando à priorização da população que tem restrição de acesso – renda e demais políticas públicas. Observa-se que, nesse contexto, a focalização pode ser compreendida como uma estratégia necessária diante da cobertura parcial, pois localiza a oferta das ações onde existe a escassez de acessos. Mas vale ressaltar a importância de manter o debate sobre a focalização, considerando-a como estratégia de implantação ou como escolha para a cobertura. Ou seja, é necessário observar o processo de construção dessa política para verificar se ela é focalizadora na sua concepção ou se a utiliza como estratégia para sua implantação. Essa configuração permitirá compreendê-la no contexto da abrangência do Estado, conforme Parsons (2005). O Brasil, no campo das políticas sociais, instituiu apenas duas políticas públicas como universais – a saúde e a educação. Os demais direitos sociais reconhecidos na Constituição Federal são garantidos a quem dele necessitar.

A constituição de política pública para o esporte e o lazer inova os dispositivos clássicos da gestão pública. Para analisar essa política pública, optou-se pela literatura difundida como "Gestão Social", que critica os limites da administração burocrática e amplia os mecanismos democráticos de arranjo da agenda e dos controles sociais sobre o Estado. Nessa perspectiva, autores latino-americanos contribuem para a formulação de tipificações, apontando as inovações necessárias, permitindo sua aplicação nos diversos contextos institucionais. Dentre os autores, destaca-se Nogueira (1998) com a proposta de tipificação com base no grau de programabilidade e interação com o usuário.

Nogueira (1998) define projeto social como um conjunto de promessas e compromissos de ação orientados para um fim, mais especificamente, a previsões de comportamentos deliberados. O propósito de um projeto social é "provocar impactos sobre indivíduos ou grupos" (NOGUEIRA, 1998, p. 7). Não há um modelo-padrão para todos os projetos, e cada um irá requerer diferentes graus de mobilização de valores, atitudes e comportamentos tanto dos implementadores como dos próprios beneficiários.

Nogueira estabelece uma tipologia para classificar projetos sociais, considerando duas dimensões: a programabilidade das tarefas e a interação com os usuários. A primeira dimensão demonstra a necessidade ou não de variações na execução do projeto e as possibilidades de rotinização e formalização das atividades. A segunda refere-se à necessidade de interação do executor com o destinatário para a legitimação e o funcionamento da política.

O autor utiliza essas duas variáveis para apresentar quatro tipos de projetos sociais. O primeiro apresenta alta programabilidade e baixa interação com os usuários. Essa seria uma situação mais simples e envolveria políticas que não necessitam da mobilização de usuários para ser implementadas – por exemplo, os programas de transferência de renda, como o Programa *Bolsa Família*, saneamento básico, dentre outros. O público-alvo é considerado homogêneo e recebe tratamento semelhante,

sendo os benefícios padronizados. O modelo organizacional é burocrático e os executores da política têm baixo poder de decisão, seguindo tarefas predefinidas em uma estrutura hierarquizada (NOGUEIRA, 1998).

A segunda categoria apresenta alta programabilidade e interação intensa com os usuários. Essa modalidade está, segundo o autor, representada por programas de atenção básica à saúde, nos quais a gestão pode ser central e programada, mas os executores têm de apresentar capacidade de decisão para prestar os serviços à população.

Um terceiro tipo sugerido pelo autor refere-se aos projetos que têm baixa programabilidade e interação, também baixa, com os usuários, representados por programas de ajuda emergencial, pontuais e circunstanciais.

A quarta categoria de política representa os projetos que têm baixa programabilidade e elevada interação com os usuários. Os projetos dessa modalidade têm suas “ações desenhadas em função das necessidades ou situações particulares do receptor” (NOGUEIRA, 1998, p. 8). Os projetos sociais enquadrados nessa categoria dependem de atividades de legitimação tanto dos operadores/gestores quanto dos usuários, cuja participação é crucial para o funcionamento das ações. Além disso, esse tipo de projeto social envolve baixa formalização e rotinização das atividades, contextos técnicos pouco consolidados, alta discricionariedade (poder de decisão) do operador e descentralização das ações.

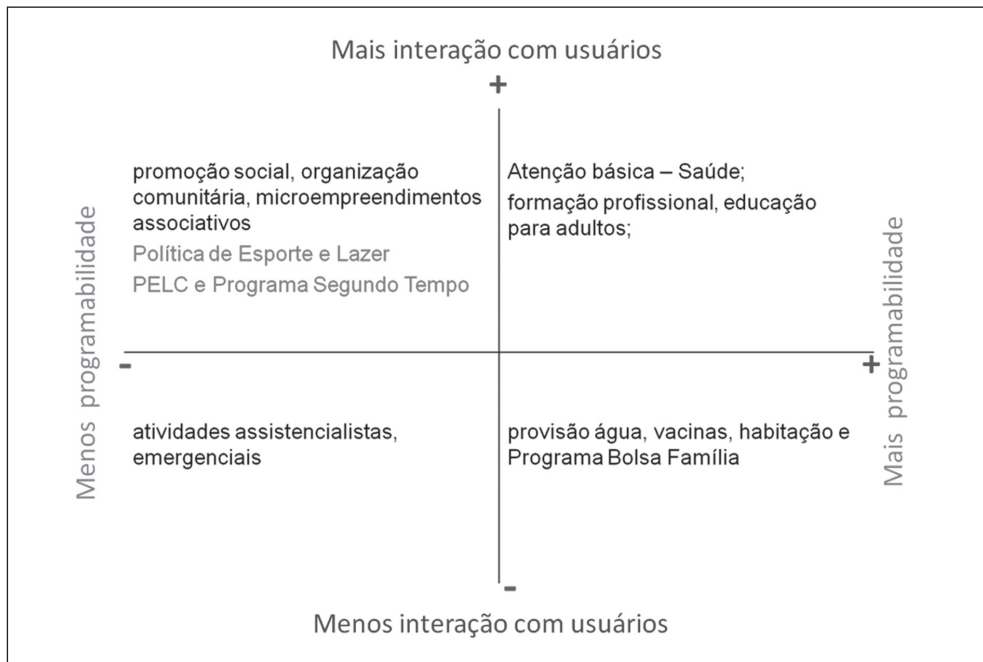


Figura 1 – Relação entre programabilidade e interação com usuários – Tipologia

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Nogueira (1998)

Considerando os quatro tipos apresentados, observa-se que o PELC e o Programa *Segundo Tempo* se enquadram no quarto tipo – baixa programabilidade e elevada interação com o usuário. Observa-se que o PELC atribui ao operador maior discricionariedade que os operadores do *Segundo Tempo*. Essa diferença pode ser atribuída à natureza dos objetos dos programas: o PELC, o lazer; e o *Segundo Tempo*, o esporte educacional.

Apresentaremos nas considerações finais alguns desafios colocados para este tipo de política pública com base nas discussões apresentadas por Nogueira (1988) e nos resultados obtidos com a pesquisa nacional.

2.4 A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O referencial teórico e metodológico do campo da avaliação ao qual se baseou esta pesquisa apontou para a necessidade da escolha de conceitos e termos que o estruturam, pois se trata de um campo multidisciplinar que ainda não constituiu seu próprio arcabouço.

Na literatura científica, percebe-se que a distinção dos termos é tratada como um recurso didático necessário e importante para a operacionalização de um modelo avaliativo e menos significativo para a distinção entre os aspectos teórico e metodológico. Nesta pesquisa, considerando a necessidade de definição dos termos para a fundamentação das decisões metodológicas e as reflexões elaboradas, optou-se em considerar que o conceito-chave do termo “avaliação” refere-se ao processo de determinação do mérito, validade ou valor de algo, que pode ser continuado, sobreposto ao termo ‘monitoramento’, ou periódico. Significa analisar elementos dos processos e dos resultados julgando-os e produzindo conhecimentos que permitem tomar decisões gerenciais e operacionais sobre o rumo de uma ação (BARREIRA, 2000).

Por acompanhamento entende-se o ato de verificação do andamento de algo que requer tomada de decisão imediata diante de alterações previstas ou não. Pode ser tomado como sinônimo de monitoramento (ZINGONI; RIBEIRO, 2006).

Por sua vez, o monitoramento é a ação contínua de verificação do processo e/ou do resultado de atividades, serviços, projetos e programas, visando ao suprimento, de forma tempestiva, das necessidades para os processos avaliativos e de decisões operacionais, gerenciais e estratégicas. Baseia-se, principalmente, em indicadores, também utilizando de outras fontes de informação. Conforme Segone (2002, p. 12),

o monitoramento estabelece até que ponto recursos, cronogramas, produtos e outras questões estão sendo processados de acordo com o planejado, de maneira que as decisões oportunas possam ser tomadas para corrigir as deficiências detectadas.

É importante ressaltar que o monitoramento e a avaliação de uma ação (serviços, produtos, projetos, programas) ou de uma política pública devem ter claro suas finalidades, para não serem compreendidos como mero processo de controle em si mesmo, ou até mesmo como legitimador de decisões já tomadas. Ou seja, devem ser considerados como instrumentos de gestão que propiciam identificar possíveis diferenças entre o resultado real e o planejado, por meio de indicadores previamente estabelecidos. O monitoramento deve funcionar como a base do processo avaliativo que realimenta o planejamento (COHEN, 2001).

Mokate (2006, p. 24) sintetiza a discussão em torno do monitoramento e da avaliação na perspectiva gerencial, ou seja, a avaliação como prática em uma gerência de característica social:

La gerencia social moderna consiste en una gerencia adaptativa de resultados, una gerencia de modificaciones de condiciones de vida, enfocada en los objetivos que motivaron su propia existencia.

Nesse paradigma, a avaliação é compreendida como instrumento de gestão e, portanto, não deve ser compreendida como um ato isolado, com um fim em si mesmo, mas inserida no planejamento das ações (AGUILAR, 1995).

2.4.1 Enfoques avaliativos

A avaliação pode estar relacionada com o processo e/ou aos resultados de uma ação ou política. O adequado é que contemple essas duas dimensões a fim de garantir a complementaridade das análises e a efetiva investigação das inter-relações entre a metodologia (processo) e os resultados alcançados (produto).

Conforme Ribeiro *et al.* (2003), a avaliação do processo é qualitativa quando os elementos em interação nem sempre produzem manifestações mensuráveis e quantitativa, quando se torna possível o estabelecimento de variáveis mensuráveis. Ela ocorre durante a formulação, implantação, implementação de uma ação e se sustenta nos princípios e diretrizes da política, metodologia da ação e orientação do processo de planejamento. A avaliação do processo ou avaliação formativa pode ser compreendida também como monitoramento e acompanhamento amíúde do processo e produção de algo.

A avaliação de resultados, ou avaliação somativa, considera elementos quantitativos e qualitativos, segundo os referenciais de expectativas em relação aos resultados e pactuados previamente, estabelecidos no processo de planejamento. Ocorre, ao final da intervenção da ação com princípio, meio e fim, ou em período predeterminado e condizente com o ciclo de planejamento e gestão, para os casos de ações continuadas.

Os enfoques avaliativos podem ser concebidos como a natureza do julgamento de algo. A literatura sobre o tema define de forma diversa os conceitos dos enfoques. Sendo assim, torna-se necessário fazer escolhas e esclarecê-las para permitir melhor compreensão dos conteúdos a elas relacionados.

Eficiência é o enfoque que permite o julgamento das correlações estabelecidas entre a ação e o seu custo, custeio e recursos despendidos. Pode-se avaliar a eficiência considerando três níveis: a) recursos disponíveis transformados em oferta de bens e serviços; b) recursos realizados/esforços empreendidos e os resultados obtidos; c) recursos realizados/esforços empreendidos e os efeitos/impacto dos resultados.

Já na eficácia, o foco está no julgamento do cumprimento de resultados esperados e pode ser dividida em quantitativa e qualitativa. A eficácia quantitativa afere o alcance quantitativo dos objetivos (resultados esperados) e metas, verificando se foram atingidos segundo o previsto. A eficácia qualitativa relaciona-se a como os objetivos foram atingidos, considerando se os instrumentos previstos para a execução foram realmente os empregados e se os meios utilizados foram coerentes e adequados para se atingir o resultado esperado.

A efetividade, por sua vez, é a verificação dos efeitos esperados dos resultados da ação. Pode ter como “recorte” o indivíduo ou o contexto social e territorial, e classificar-se como objetiva, subjetiva e substantiva. A efetividade objetiva é o critério de aferição da mudança quantitativa entre o antes e o depois da execução da ação, considerando aspectos objetivos e mensuráveis. A efetividade subjetiva se refere às mudanças comportamentais, crenças e valores. A efetividade substantiva individual ou social valida as mudanças mais qualitativas e duradouras nas condições sociais de vida dos usuários/beneficiários.

A efetividade social e/ou o impacto, conforme Zingoni e Ribeiro (2006), tem como *locus* o território ou o contexto social. Justifica-se sua importância por ser ela que afere o proveito que as populações, comunidades ou segmentos obtiveram com a ação, projeto, programa.

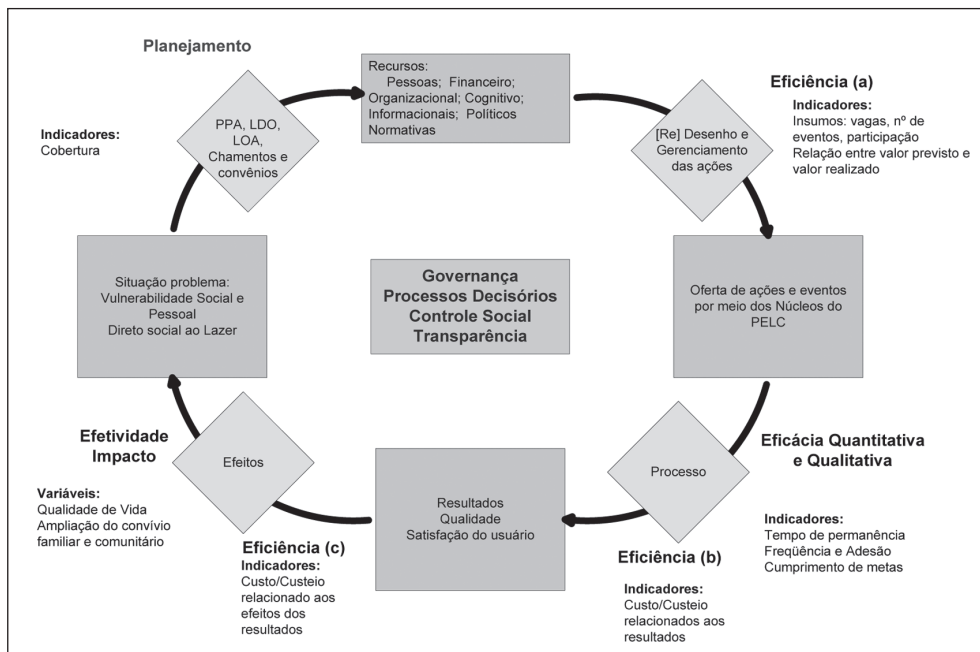


Figura 2 – Ciclo de planejamento, gestão monitoramento e avaliação (RIBEIRO, 2003).

2.4.2 Indicadores e sistema de indicadores

O indicador é um recurso de mensuração utilizado para levantar aspectos quantitativos ou qualitativos de dado fenômeno ou das etapas de planejamento e de gestão de uma ação (política pública, programa, projeto, serviços e benefícios) com vista à avaliação. Conforme Zingoni e Ribeiro (2006, p. 77) a definição e a relação do indicador com a avaliação podem ser analisadas com base na metáfora que utiliza a

doença, a temperatura corporal e a febre. A doença pode ser compreendida como objeto que será avaliado ou diagnosticado, ou também, aspecto que evidencia o desenvolvimento e a evolução de um determinado quadro. Para diagnosticar a doença é necessário verificar alguns aspectos clínicos, que se alterados representam um sintoma, como por exemplo, a temperatura corporal. Caso a temperatura corporal esteja acima de 37° Celsius temos um alteração que é classificada como febre. A temperatura corporal é um indicador que tem um parâmetro claro para o julgamento da normalidade ou não de um aspecto clínico. Portanto, os indicadores têm como função medir o grau, desenvolvimento, desempenho, performance de um determinado aspecto do projeto.

Assim, o indicador é um sinal que expressa algo de forma observável e mensurável. Não é possível compreendê-lo em si. Torna-se necessário agregar parâmetros à sua interpretação. Por fim, é preciso compreendê-lo como o principal instrumento operacional dos processos avaliativos.

Já um sistema de indicadores, como o próprio nome diz, é um conjunto de indicadores inter-relacionados de forma complementar com base nos enfoques avaliativos e na sua relação com as etapas de planejamento e de gestão da política pública ou de uma ação. Dessa forma, sua concepção e elaboração tornam-se possíveis após o desenho de Sistema de Monitoramento e Avaliação.

Por se tratar de aspectos avaliativos, é necessário que o Sistema de Indicadores seja coerente com a visão e com a concepção que a organização ou política pública tem sobre seus objetivos centrais e suas ações (serviços, produtos, projetos, programas e outros). Sendo assim, a elaboração do sistema de indicadores deve ser resultante de um processo de negociação transparente, e não impositiva, dos diferentes interesses e expectativas existentes na organização. Além disso, o processo de concepção e elaboração deve considerar as particularidades do contexto organizacional e ser capaz de estabelecer um conjunto de indicadores que captem os resultados e efeitos atribuíveis às ações.

É importante considerar, também, na elaboração dos Indicadores e do Sistema, estratégias para a sua progressiva adesão pela organização e sua apropriação por todos, no cotidiano das ações desenvolvidas. Ou seja, um processo impositivo e descolado do contexto organizacional pode comprometer sua implantação e, até mesmo, seu uso na perspectiva da produção do conhecimento.

2.5 METODOLOGIA PARA A CONCEPÇÃO E A ELABORAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (SISTEMA M&A)

O Sistema de M&A é um conjunto de elementos interligados que compõem um modelo avaliativo de forma complementar e interdependente. Isso representa a necessidade do estabelecimento *a priori* do que será avaliado, segundo quais enfoques, com base em quais indicadores e meios de verificação.

Por conseguinte, produzir um modelo avaliativo em qualquer âmbito (atividade, serviços, projetos) pressupõe definir com clareza os resultados esperados (produtos), a metodologia e suas condicionantes, as variáveis, as relações destas com os resultados, os parâmetros avaliativos e de comparações, bem como os indicadores. Essa construção pode se orientar pela aplicação de recursos metodológicos da pesquisa científica no campo das Ciências Sociais, principalmente para as pesquisas avaliativas em profundidade, que levam em conta vários enfoques e até mesmo metodologias quase-experimentais, no caso de avaliação de impacto e efetividade, assim como pode utilizar

recursos de metodologia de planejamento – exemplo, o Marco Lógico e o Planejamento Estratégico e Situacional¹⁰, nos casos de avaliações de cunho gerencial.

A compreensão clara dos conceitos e da intencionalidade do uso do M&A deve ser algo observado com cuidado pelos responsáveis pela condução do processo. Conforme comentado por Armani (2002), uma ótima elaboração de uma ação ou política não é suficiente para seu sucesso. Além de ação ou política bem elaborada é necessário um ágil e eficaz sistema do gerenciamento da execução para controlar sua implementação. Essa capacidade gerencial é facilitada quando os processos de M&A são estabelecidos com clareza, explicitadas as expectativas e acertados os significados e sentidos atribuídos aos termos empregados. Quando a ação ou política é elaborada de forma participativa, só se pode esperar que seja gerenciada do mesmo modo, assim como construído o modelo mental estruturador dos significados e sentidos atribuídos aos diversos termos utilizados.

A concepção e a elaboração do Sistema M&A consistem em duas etapas: a primeira é a delimitação dos objetos que serão avaliados e a indicação de como poderão ser verificados, enfoques avaliativos e os meios. Essa etapa de concepção permite planejar de forma cumulativa a elaboração e a implantação dos diversos elementos do sistema de M&A.

A segunda etapa, ou a elaboração, é o detalhamento daquilo que foi concebido, em destaque o sistema de indicadores.

A implantação, a implementação e o aperfeiçoamento são etapas da operacionalização do sistema e se sustentam na Gestão da Informação e na geração de conhecimento sobre o Sistema de Indicadores.

2.5.1 Passo a passo do processo de elaboração do Sistema de M&A

Pactuação conceitual ou compartilhamento dos modelos mentais

Esse passo é pressuposto do estabelecimento do Sistema de M&A e de Indicadores, pois só é possível implantá-los com um vocabulário minimamente constituído. Apesar de ser um pressuposto, ele está em constante mudança, refletindo, assim, a dinâmica do planejamento e da gestão. Essas mudanças devem ser percebidas e registradas para se manter atualizado o modelo mental das pessoas e da organização.

Para efetivá-lo, é necessário identificar os termos-chave utilizados no planejamento, nas diretrizes e nos princípios da política, na definição dos objetivos

¹⁰ Matus (1987) critica o modelo tradicional de planejamento, que se baseia na visão normativa, e propõe um modelo que parte da explicação dos problemas e dos fatos da realidade, compreendendo-os em um contexto de conexões particulares. Assim, ele defende a formulação de um modelo de descrição e de explicação de problemas que identifica o complexo de relações entre os múltiplos processos, em diferentes planos e espaços, e como atuação de múltiplos atores e interesses.

e dos resultados esperados das ações e na constituição das metodologias. Deve-se focar nos termos que estão diretamente relacionados aos elementos dos referidos sistemas.

Após a constituição da lista de termos são registrados para cada um os conceitos e os usos agregados a eles, torna-se possível verificar conflitos semânticos.

Em seguida, na organização é pautado pelo debate em torno desses termos e pactuado o significado que serão atribuídos a cada um.

A pactuação deve ser disseminada para fomentar o uso dos termos e sua incorporação na cultura organizacional, conforme Zingoni e Ribeiro (2006).

Delimitação dos objetos de avaliação

Essa é a etapa da concepção e elaboração do processo de M&A. Sugere-se que ocorra logo após a etapa de planejamento e, preferencialmente, com o mesmo grupo de atores, pois, assim, amplia a possibilidade de manter a coerência entre a pretensão do planejamento e o que é factível no processo de M&A.

A tarefa dessa etapa consiste em responder de forma clara, objetiva e bem delimitada às seguintes questões:

- Quais são os objetivos e os resultados pretendidos de cada ação e no seu conjunto (política)?
- Quais os aspectos da execução da ação permitem verificar sua trajetória?
- Quais são os efeitos dos resultados esperados, por ação ou pelo conjunto?
- Qual a finalidade desse conhecimento? Quem o utilizará? Em qual instância de gestão?

As respostas das questões permitirão delimitar os objetos da avaliação do resultado e do processo, tais como: consecução de objetivo, resultado esperado, oferta de vagas, adesão ao serviço, e outros, além de estabelecer a relação com os enfoques avaliativos da eficácia, eficiência e efetividade que serão identificados e avaliados através dos indicadores, conforme Zingoni e Ribeiro (2006).

Elaboração de indicadores

A elaboração dos indicadores depende da clareza do objeto de avaliação descrito e delimitado na etapa anterior. Quanto mais clara e objetiva a descrição do objeto, mais fácil se torna a tarefa de elaboração de um indicador sintético e simples na sua concepção.

Os componentes de um indicador são:

- I – *Nome*: expressa de forma sintética o que pretende indicar.
- II – *Conceito*: é a definição mais detalhada do indicador considerando-se, principalmente, as relações entre os seus elementos.
- III – *Interpretação*: é a possibilidade de agregação de valor ao indicador.
- IV – *Fórmula de cálculo*: é a abstração matemática do conceito do indicador.
- V – *Abrangência de análise*: é a indicação dos níveis possíveis de desagregação e agregação dos indicadores.
- VI – *Periodicidade*: indicação dos períodos possíveis para a construção do indicador, como: mensal, semestral, anual e outros.
- VII – *Parâmetro*: é o estabelecimento de critérios objetivos que permitem agregar valor ao indicador. Normalmente representam resultados pactuados. Por meio dele torna-se possível dizer se o resultado do indicador foi satisfatório ou não.
- VIII – *Orientação para o tratamento do indicador*: é a descrição de regras aplicáveis ao processamento e o detalhamento dos dados que serão recuperados para o cálculo do indicador.

Os componentes descritos podem ser elaborados no momento de definição dos indicadores. Destaque-se que a definição dos parâmetros é importante, mas não necessariamente na etapa de elaboração.

O parâmetro avaliativo do indicador é um dos principais elementos da avaliação. É o parâmetro que orienta a análise do indicador, sem o qual as pessoas podem julgar o valor do indicador segundo critérios pessoais. Esses julgamentos são mais suscetíveis a erros.

Os parâmetros avaliativos devem ser estabelecidos de forma participativa e pactuada entre os atores da ação ou da política. Leva-se em consideração a realidade para a implementação da ação, os riscos, as dependências existentes para o cumprimento de atividades-chave, a tempestividade da transferência de recursos financeiros e outros. Após a análise dos elementos que interferem diretamente no cumprimento do planejamento e especificamente no objeto que está sendo avaliado, propõem-se os parâmetros avaliativos. Eles podem ser alterados a cada ciclo do planejamento, conforme Zingoni e Ribeiro (2006).

2.5.2 Metodologia participativa

A metodologia participativa é a mais consistente na perspectiva de construção de um modelo avaliativo voltado para geração do conhecimento, conforme Barreira

(2000). Ela aponta como princípios os elementos constitutivos da avaliação que gera conhecimentos na perspectiva emancipatória. Ou seja, é a constante abordagem que evidencia o conhecimento como elemento diferenciador das ações autoavaliativas, análises, interpretação, proposição de soluções, aumento da motivação, o engajamento e o compromisso dos atores. Nesse sentido, o conhecimento promove a ação emancipatória desses sujeitos, pois estabelece condições reais para uma atuação de forma crítica e construtiva. É, portanto, uma avaliação que considera todos os agentes atuantes direta ou indiretamente na ação/política (incluindo o usuário), compreendendo-os como ativos na criação e compartilhamento do conhecimento gerado nesse processo do fazer e do refletir sobre o que se faz.

Conforme Barreira (2000), essa abordagem metodológica do processo avaliativo tem como principais diretrizes:

1. O amplo envolvimento dos membros ativos em todas as fases da elaboração, implementação e execução da ação/política considerando: a formulação do problema, O desenho da metodologia, coleta de informações, análise, interpretação, recomendações e elaboração de relatórios.
2. A avaliação participativa tem como interesse central conciliar o uso dos seus dados para a solução de problemas práticos inseridos em um contexto específico.
3. Corresponsabilização do processo de avaliação entre uma coordenação específica para M&A, gestor e operadores da ação e coordenação da política ou programa.

São pressupostos da metodologia participativa:

- I. A organização responsável pela ação/política precisa reconhecer o valor da avaliação, comprometendo-a como o processo de aprendizagem sistemático, como um caminho para sua própria melhoria.
- II. A organização responsável pelo ação/política precisa conceder tempo e recursos necessários para o processo avaliativo.
- III. Os membros da equipe da ação precisam estar motivados para se empenharem no desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo.

Esses pressupostos fortalecem a escolha de se avaliar na perspectiva da Gestão Social.

Considerando a perspectiva participativa na construção desta pesquisa, foram realizadas, inicialmente, várias atividades e procedimentos para a definição de escopo, precisão da demanda, compreensão da percepção dos atores envolvidos e,

principalmente, validação dos produtos parciais. O principal procedimento consistiu nas oficinas, onde diversos atores, como operadores, gestores e especialistas, puderam contribuir, aproximando o modelo avaliativo a sua realidade. No próximo capítulo detalhamos a proposta metodológica desenvolvida na pesquisa.

Capítulo 3

A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

3.1 AS FASES DA PESQUISA

1ª fase – Concepção – Identificação do ambiente e detalhamento da demanda
Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)

A fase da concepção do sistema de M&A do PELC utilizou como campo de pesquisa as cinco reuniões regionais do PELC – uma em cada região do Brasil –, que aconteceram no segundo semestre de 2008. Tais reuniões tinham como propósito formar e informar os atores responsáveis pela gestão, operação e controle social dos núcleos do PELC, sobre o Programa, temas pertinentes à realidade de cada região e sobre a elaboração do modelo de M&A. O público participante das reuniões era composto por gestores e coordenadores dos núcleos, formadores, pesquisadores da Rede CEDES e gestores públicos dos níveis federal, estadual e municipal.

Na oportunidade da realização dessas reuniões, foi esclarecida a metodologia da pesquisa para a elaboração do sistema de M&A do PELC, a importância de o processo ser participativo e apropriado pelos diversos atores e o compromisso do Ministério do Esporte com a concepção de avaliação como ferramenta para aperfeiçoamento de processos, e não apenas como instrumento de controle e punição. Essas reuniões aconteceram nas seguintes condições:

QUADRO 1
Oficinas de apresentação da pesquisa – PELC

Região	Data	Local	Atividades
Centro-oeste	03 a 05/09/2008	Brasília	1) Apresentação do objeto da pesquisa e metodologia – Profª. Carla Andréa Ribeiro. 2) Oficina com participantes – levantamento das questões avaliativas – realizada pelos estudantes da UnB – cursos de graduação e pós-graduação em Educação Física. 3) Oficina com gestores e especialistas (pesquisadores da Rede CEDES e formadores) – compreensão conceitual do Programa.

Continua...

Continuação...

Nordeste	22 a 24/10/2008	Natal	1) Apresentação do objeto da pesquisa e metodologia – Prof ^ª Carla Andréa Ribeiro 2) Oficina com participantes – levantamento das questões avaliativas – realizada pelos formadores do Programa. 3) Grupo focal com beneficiados
Sudeste	03 a 06/11/2008	Niterói	1) Apresentação do objeto da pesquisa e metodologia – Prof ^ª Carla Andréa Ribeiro 2) Oficina com participantes – levantamento das questões avaliativas – realizada pelos formadores do Programa. 3) Grupo focal com beneficiados
Sul	10 a 21/11/2008	São Leopoldo	1) Apresentação do objeto da pesquisa e metodologia – Prof. Duval Fernandes 2) Oficina com participantes – levantamento das questões avaliativas – realizada pelos formadores do Programa.
Norte	08 a 11/12/2008	Belém	1) Apresentação do objeto da pesquisa e metodologia – Prof ^ª Carla Andréa Ribeiro 2) Oficina com participantes – levantamento das questões avaliativas – realizada pelos formadores do Programa.

No processo de inscrição dos participantes foram coletados dados que permitiram:

- a) descrever o perfil dos operadores do PELC inscritos nos eventos;
- b) identificar a compreensão conceitual de lazer dos envolvidos;
- c) levantar das questões que os presentes gostariam que fossem respondidas pela pesquisa.

Os itens a) e b) foram utilizados na análise da situação do Programa, considerando seu ambiente e a condição de avaliabilidade. O item c) foi utilizado no levantamento dos componentes avaliativos.

O principal produto da fase de concepção do sistema de M&A do PELC foi a lista de componentes descritos e identificados, por meio de indicadores e outras estratégias de pesquisa, nos processos de monitoramento e avaliação. No QUADRO 2, podem ser observados os principais componentes levantados:

QUADRO 2
Componentes avaliativos do Sistema de M&A do PELC

Enfoque avaliativo	Componentes do sistema de M&A	Questão elaborada
<i>Eficácia quantitativa – resultados mensurados</i>	Satisfação do cidadão usuário Mensuração da adesão e da evasão Motivo de evasão	O que o cidadão acha das atividades do núcleo? A adesão da comunidade ao Programa é satisfatória? Por que o cidadão deixa de participar das atividades do núcleo?
	Resultados objetivos e subjetivos percebidos pelo cidadão e atribuídos ao PELC	Qual a mudança sentida pelos usuários? Está havendo inclusão social, cultural e esportiva dos usuários? O Programa está atendendo aos seus objetivos e metas? O Programa aumenta o acesso às atividades de esporte e lazer? Está havendo aprendizado voltado para a autonomia do sujeito e consciência crítica? O PELC tem incluído a pessoa com deficiência? As pessoas estão conseguindo se apropriar do direito ao esporte e lazer? Até que ponto o PELC vem conseguindo superar os vestígios construídos historicamente por uma política de controle com relação ao lazer?
<i>Eficácia qualitativa – processo</i>	Participação do beneficiado e da comunidade	Qual é o nível de envolvimento dos usuários e da comunidade na elaboração e execução das ações? A adesão da comunidade ao Programa é satisfatória? As atividades selecionadas levam em consideração a diversidade cultural e as demandas dos usuários?
	Organização da porta de entrada e identificação de motivação	Qual é o critério de entrada no Programa? Quais são os motivos que levam as pessoas a participarem do PELC?
	Participação da família	Como a família é envolvida nas atividades do núcleo?
	Nivelamento conceitual	Há entendimento do lazer pelos agentes sociais e usuários? Há compreensão dos agentes e dos usuários da metodologia proposta? Há clareza dos conceitos e princípios do PELC pelos agentes? O PELC é um programa, política pública ou política de governo?

Continua...

Continuação...

<i>Eficácia qualitativa – processo</i>	Organização e gestão do processo de trabalho	Há organização do trabalho pedagógico? Existe troca de experiência entre os núcleos? Qual é o nível de integração da equipe entre si e com os usuários?
	Relação da formação dos agentes com a qualidade da oferta e com os resultados dos núcleos	Em que medida a formação dos agentes afeta a qualidade da oferta do Programa? A formação supre as necessidades dos agentes sociais? A metodologia da formação é adequada ao público? O tempo de formação é suficiente? A política de formação é adequada?
	Adequação do desenho e materialidade do Programa	Os princípios e diretrizes do PELC foram efetivados? O tempo de duração do convênio é suficiente para o cumprimento do propósito do Programa? O financiamento é suficiente? A quantidade de participantes por turma e por bolsista é adequada? A quantidade, qualidade e diversificação do material é satisfatória? Os locais utilizados para a realização das atividades do Programa são adequados?
<i>Efetividade</i>	Impacto	O Programa atinge o nível de autonomia (autogestão) pretendido? Qual impacto do PELC na comunidade e no município? Está havendo inclusão social, cultural e esportiva dos usuários? Está existindo apropriação dos bens culturais pela população?
<i>Gestão do Programa e controle social</i>	Satisfação dos agentes sociais	Qual é o nível de satisfação dos agentes sociais com sua remuneração e condições de trabalho?
	Relação entre os entes federados	Como se dá a relação entre os entes federados na execução do PELC? Qual é o papel de cada esfera?
	Execução administrativa e financeira	A sistemática do convênio é compatível com a metodologia proposta? Quais as dificuldades administrativas encontradas no conveniamento e na implementação do PELC? Existe cofinanciamento do Programa?
	Eficácia do controle social	Qual a forma de participação e influência das entidades de controle social? Há compreensão das entidades sobre seu papel no PELC? Há suporte e estratégia para as entidades exercerem suas funções?

Continua...

Continuação...

<i>Características sociais, econômicas, demográficas e culturais do público usuário do PELC e da comunidade atingida pelo Programa</i>	Perfil do público usuário	– Faixa etária; grau de escolaridade; situação da saúde; acesso aos bens culturais; renda; acesso às demais políticas públicas; dentre outros.
	Características da comunidade objeto da atuação do PELC	– Mapeamento dos bens culturais; identificação da atuação do Estado no território; infraestrutura disponível para as atividades de lazer e esportes; condições sanitárias; situação das moradias; dentre outros.

Esses componentes foram apresentados e discutidos em Oficina realizada no dia 7/7/2009, em Brasília, com a participação da equipe de pesquisadores, gestores do Programa e convidados: Ana Elenara da Silva Pinto, Ana Paula da Silva Santos, Andreia Ewerton e Leonardo Toledo Silva.

Com base nos componentes descritos foram elaborados os indicadores e as estratégias metodológicas que seriam adotadas na pesquisa.

1ª fase – Concepção – Identificação do ambiente e detalhamento da demanda Programa Segundo Tempo

Essa fase iniciou-se, neste Programa, nos dias 26 e 27 de julho de 2009, com reuniões objetivando uma maior compreensão do seu funcionamento e gestão e a apresentação do detalhamento da metodologia da pesquisa. O encontro aconteceu com a participação das equipes de pesquisadores da PUC Minas e de gestão do Programa no Ministério do Esporte. Foi acertado o cronograma de atividades que se concretizou nas seguintes datas:

- Oficina de levantamento dos componentes com gestores do Programa no ME – 18/8/2009.
- Oficina de levantamento dos componentes com especialistas, colaboradores e gestores de convênios, em Belo Horizonte, no dia 24/8/2009, contando com a participação dos pesquisadores da pesquisa e os convidados: Adriano Cezar de Quadros, Alessandra A. C. Ugrinowitsch, Fernanda Carnaúba Macedo, Hebert Ugrinowitsch, Iane Cristina Gomes, Jefferson Monteiro, Layla M. C. Aburachid, Siomara A. Silva e Marcos Cerqueira do Ministério do Esporte.
- Oficina de valiação dos componentes, em Brasília, no dia 5/10/2009 com a participação da equipe de pesquisadores, gestores do Programa no ME e convidados: Ana Rita Lorenzini, Jefferson Monteiro, Siomara Silva e Suraya Dárido.

Os componentes validados foram os seguintes:

QUADRO 3
Componentes avaliativos do Sistema de M&A do Programa *Segundo Tempo*

Enfoque avaliativo	Componentes do sistema de M&A	Questão elaborada
Eficácia quantitativa – Resultados mensurados	Resultado – finalístico	O propósito do Programa está sendo atendido? Considerando os objetivos específicos
	Satisfação do público-alvo: crianças, adolescentes e jovens	<p>Como a criança/adolescente/jovem – beneficiado – percebe o <i>Segundo Tempo</i>? O que é o <i>Segundo Tempo</i> para o beneficiado? Atende à expectativa? Avaliação do espaço físico.</p> <p>O que o beneficiado espera do Programa? Com qual atividade o beneficiado mais se identifica? Os alunos gostam das atividades realizadas? Quais modalidades eles gostariam de realizar? Como eles avaliam o trabalho realizado? Atuação/avaliação do coordenador de núcleo e monitor. O que faz o beneficiado participar e permanecer no Programa. Por que entra? Por que sai? Por que permanece? Por que não entra? Por que volta? Por que não volta? O que é mais atrativo? Quais os principais motivos de evasão? Descontinuidade dos convênios – mobilização para o retorno. Articulação entre os diversos programas sociais presentes na comunidade.</p> <p>Projeto pedagógico: conteúdo, espaço físico, metodologia, atividades, materiais.</p> <p>Autoavaliação dos envolvidos.</p>
	Satisfação da família e da comunidade	<p>Como a família compreende o <i>Segundo Tempo</i>? Qual o valor atribuído ao Programa? Avaliação do espaço físico.</p> <p>Qual acompanhamento que os pais fazem da criança no projeto? Participação ativa?</p> <p>Conhecem as pessoas que realizam as atividades: coordenador de núcleo/monitor? Qual é a visão que os pais têm sobre o trabalho realizado pelo monitor e pelo coordenador?</p> <p>Incentiva a criança a participar do <i>Segundo Tempo</i>?</p> <p>A família é frequente no <i>Segundo Tempo</i>?</p> <p>Como os pais enxergam o Programa?</p> <p>O que os pais esperam?</p> <p>Satisfação da família: expectativa dos pais em relação ao <i>Segundo Tempo</i>.</p> <p>Comunidade: benefícios do <i>Segundo Tempo</i> em relação à escola, às lideranças comunitárias, etc.</p> <p>Percepção da família e da comunidade em relação à diminuição da exposição aos riscos por parte dos atendidos.</p>

Continua...

Continuação...

<p>Eficácia quantitativa – Resultados mensurados</p>	<p>Satisfação dos recursos humanos</p>	<p>Avaliação que os recursos humanos fazem do <i>Segundo Tempo</i>. Como os coordenadores – setorial, pedagógico, geral e de núcleo – e monitores percebem o Programa?</p> <p>Qual o nível de satisfação deles com a remuneração e as condições de trabalho? Valor da remuneração. Qual é o número de rotatividade dos monitores? Principais motivos.</p> <p>Autoavaliação dos recursos humanos. Atuação de acordo com as diretrizes do Programa? O projeto pedagógico na prática. Sexualidade, higiene, segurança, fatores étnicos: os monitores estão preparados para lidar com isso?</p> <p>Ex-monitor: o que aprendeu? Significado da monitoria</p> <p>Autorreconhecimento do perfil com as competências – mesma questão nos diversos olhares</p> <p>Percepção dos coordenadores e monitores em relação às mudanças da formação profissional?</p>
	<p>Satisfação do parceiro</p>	<p>Como o parceiro percebe o <i>Segundo Tempo</i>? Como está sendo visto o trabalho das equipes colaboradoras?</p> <p>Qual a satisfação do parceiro com relação ao <i>Segundo Tempo</i>? Qual a avaliação do processo de formalização, execução, acompanhamento, vistorias e prestação de contas? Dificuldades no cumprimento da contrapartida</p> <p>Qual a satisfação do parceiro com relação ao ME?</p>
<p>Eficácia qualitativa – Processo</p>	<p>Proposta pedagógica</p>	<p>Projeto pedagógico</p> <p>É compreendido pelos coordenadores – convênio e núcleo? Pelo monitor?</p> <p>Qual o papel do evento (com o público – internúcleo, festivais) no projeto pedagógico?</p> <p>Quais os valores transmitidos? Como são vistos conceitos como competição, cooperação, solidariedade, tolerância, espírito de equipe e luta pelos ideais?</p> <p>O projeto pedagógico é flexível? Adaptação de acordo com a realidade – local, regional... Escolha de conteúdo.</p> <p>Aplicação: está sendo aplicada? Saiu do papel?</p> <p>Qual o conhecimento do projeto pedagógico dos envolvidos (coordenadores, monitores, beneficiados, familiares, comunidade)?</p> <p>Quais os objetivos do projeto pedagógico?</p> <p>Qual a compreensão e o uso que se faz do projeto pedagógico?</p> <p>Existe identificação do projeto pedagógico com a comunidade atendida?</p> <p>Capacitação de RH</p> <p>Qual a efetividade do processo de capacitação (qualificação)? Entendem o projeto pedagógico do Programa? Consegue transmitir com clareza o projeto pedagógico do Programa? Aplicação do conhecimento? Conteúdos aplicáveis? Potencial para instrumentalização.</p> <p>A reprodução da capacitação para os monitores atende às necessidades dos monitores? Em conteúdo e método.</p> <p>Quais as necessidades de temas para a capacitação? Exemplo: sexualidade, higiene, segurança, fatores étnicos.</p> <p>Conteúdo, método, frequência, professor, participantes (coordenadores e/ou monitores).</p> <p>O monitor recebeu a capacitação do coordenador?</p> <p>A prática pedagógica foi transformada pela capacitação?</p> <p>Qual o modelo da capacitação (levando em conta que há pilotos de propostas diferentes em andamento em alguns Estados)?</p>

Continua...

Continuação...

<p><i>Eficácia qualitativa – Processo</i></p>	<p>Estrutura de funcionamento</p> <p>Recursos humanos</p> <p>Relação do número de crianças/adolescentes/jovens por profissionais.</p> <p>Há alteração significativa entre o modelo anterior e o atual na razão entre coordenador de núcleo/monitor e beneficiado? O número de coordenadores pedagógicos e setoriais é adequado? A qualidade dessa atuação.</p> <p>O coordenador de convênio repassa as informações aos coordenadores de núcleo?</p> <p>O coordenador de núcleo atua diretamente nas atividades com crianças/adolescentes/jovens?</p> <p>Hipótese: quantidade adequada? Relacionar aos dois modelos: pedagógico, setorial e coordenador-geral com o acúmulo das funções.</p> <p>Atividades esportivas</p> <p>Quais são elas?</p> <p>Qual o seu objetivo no núcleo?</p> <p>Qual a satisfação do atendido?</p> <p>Como são desenvolvidas?</p> <p>Infraestrutura – Espaço físico</p> <p>Percepção dos principais elementos que interferem no processo e resultado do Programa.</p> <p>Identificação de parâmetros mínimos para a execução do Programa e relação com o projeto pedagógico.</p> <p>Qual a estrutura mínima de um núcleo para que ele dê certo? (Pensando na quantidade de beneficiados com base na estrutura física, na segurança, nas atividades desenvolvidas, etc.) para alcançar os objetivos propostos</p> <p>O espaço e a infraestrutura são condizentes com a proposta pedagógica – número de aluno? Espaços concorrentes com as aulas de Educação Física?</p> <p>Relação com todas as atividades: alimentação, guarda do material, reunião com os monitores,</p> <p>Condições físicas mínimas para as atividades?</p> <p>Reforço alimentar</p> <p>Qual a efetividade dos aspectos nutricionais e de segurança alimentar do lanche?</p> <p>Associada a proposta educacional e pedagógica do PST, qual a função do reforço alimentar? Fator de aderência ao Programa? Com qual relevância?</p> <p>Quem está na ponta sente a necessidade da alimentação?</p> <p>Qualidade da alimentação, necessidades nutricionais dos atendidos e relação com a aderência ao Programa.</p> <p>Qualidade da alimentação e a relevância da alimentação em relação aos objetivos do Programa.</p> <p>É propósito do <i>Segundo Tempo</i> o acompanhamento nutricional, reforço ou alimentação principal?</p>
---	--

Continua...

Continuação...

<p><i>Eficácia qualitativa – Processo</i></p>	<p>Estrutura de funcionamento</p>	<p>Material esportivo e suplementar</p> <p>O material é adequado ao propósito do Programa e do projeto pedagógico? Quantidade e qualidade?</p> <p>Há material esportivo e pedagógico?</p> <p>Qual a qualidade do material?</p> <p>Qual a quantidade e a diversidade de material disponível?</p> <p>Atende ao projeto pedagógico do núcleo?</p> <p>Atividades Complementares</p> <p>Qual a função das atividades complementares (atividades educacionais, reforço escolar, culturais, orientadas à saúde, ambientais)?</p> <p>Qual a contribuição? As atividades complementares são pertinentes à proposta pedagógica? Sobreposição?</p> <p>Quais são os conteúdos oferecidos? Carga horária (percepção dos pais e público-alvo)</p>
<p><i>Eficiência</i></p>	<p>Recursos orçamentários</p>	<p>Os recursos repassados para cada atividade são suficientes?</p> <p>Reforço alimentar, pagamento dos recursos humanos, material suplementar, etc. Custo médio.</p> <p>Qual a contribuição das parcerias com outras entidades locais para complementação das ações do Programa?</p>
<p><i>Efetividade Finalidade Objetivo geral Impactos diretos</i></p>	<p>Social</p> <p>Individual</p>	<p>O <i>Segundo Tempo</i> favorece a inclusão social?</p> <p>O <i>Segundo Tempo</i> diminui a exposição do risco. A participação no Programa reduz a exposição aos riscos sociais?</p> <p>Democratização do acesso à cultura e à prática do esporte. Inclui a pessoa com deficiência, a pessoa com necessidades especiais, o sexo feminino.</p> <p>Acesso como direito?</p> <p>Quais os riscos?</p> <p>Existe a percepção da exposição aos riscos pelos beneficiados?</p> <p>A implantação do núcleo do <i>Segundo Tempo</i> colabora/contribui para a diminuição dos riscos?</p> <p>Favorece o desenvolvimento da criança/adolescente/jovem? Considerando múltiplas dimensões do desenvolvimento humano: cognitivo, motor, psicológico, valores...</p> <p>Relação com a família? Como a família percebe o desenvolvimento do beneficiado a partir de sua participação no <i>Segundo Tempo</i>?</p> <p>Percepção do acesso ao esporte como apropriação de um direito social. Conscientização do direito.</p> <p>Percepção da família e da comunidade em relação à diminuição da exposição aos riscos por parte dos atendidos. Percepção do processo ensino-aprendizagem (relação com a escola). Percepção: escola (professor); família; participante; quais disciplinas e qual rendimento</p>

Continua...

Continuação...

<i>Gestão do Programa e controle social</i>	Identidade Nacional	<p>O que diferencia o <i>Segundo Tempo</i> de outros programas similares?</p> <p>Nos casos da execução dentro da escola, como é reconhecida a identidade do Programa?</p> <p>Conteúdo/características comuns – desenho da identidade nacional</p> <p>Visual – imagem</p>
	Parcerias	<p>Elaboração de parâmetros: número de núcleos por parceiro e por tipo de parceiro para o convênio (governos federal, estadual, municipal e ONGs)</p> <p>Qual tipo de parceiro (para o convênio) é mais eficaz? É real que a parceria municipal é mais efetiva?</p> <p>A gestão do convênio por parceiros públicos e ou privados. Qual a diferença? Como a diferença pode ser explicada ou julgada?</p> <p>Foco da parceira. Dificuldades e facilidades.</p> <p>Existe parceria do convênio com as IES? E outras parcerias? Quais? De que forma os parceiros locais agregam valor ao <i>Segundo Tempo</i>?</p>
	Capacidade técnica	Capacidade das entidades parceiras de gerir/implementar o Programa
	Intersetorialidade	<p>Investigar a intersectorialidade no âmbito do Programa. Por que não? Nos mesmos espaços/territórios podem funcionar juntos? A intersectorialidade na prática. Quanto isso pode ser positivo?</p> <p>Existe sobreposição de programas? O que dificulta a articulação entre ações?</p>
	Modalidade de Parceria com o ME	<p>O instrumento convênio atende às necessidades do Programa? Qual o modelo de financiamento? Plurianual?</p> <p>A dimensão administrativa é excessiva? Suplanta a dimensão pedagógica?</p>
	Divulgação	<p>Divulgação do pleito e critérios para seleção do parceiro. Como é feita? Tem transparência?</p> <p>Divulgação do <i>Segundo Tempo</i> pelo ME e pelos parceiros</p>
	Transparência e controle social	<p>Existe alguma percepção de corrupção relacionada à gestão e operação do Programa? Programa eleitoreiro? O quanto isso é verdadeiro? Qual é a percepção do beneficiado e dos gestores e coordenadores?</p> <p>O mecanismo de controle social é efetivo?</p> <p>Há transparência de execução? Como se divulga? Como é o retorno para a comunidade? Há controle social?</p> <p>De que forma se pode aprimorar o processo de acompanhamento e monitoramento da sociedade?</p>

Continua...

Continuação...

<p><i>Características sociais, econômicas, demográficas e culturais do público beneficiado e da comunidade atingida</i></p>	Focalização	<p>O Programa está localizado em territórios vulneráveis? O público é vulnerável? A caracterização da comunidade como de risco social é critério para abertura do núcleo?</p> <p>Critérios de seleção dos beneficiários?</p> <p>Pertinência do núcleo: necessidade do PST naquela comunidade?</p>
	Família	<p>Qual o perfil das famílias atingidas pelo Programa? Renda familiar. Qual a relação estabelecida entre o <i>Segundo Tempo</i> e a família?</p>
	Beneficiado	<p>Qual o perfil das crianças, adolescentes e jovens atendidos pelo Programa? Crianças no perfil do PST. Qual é a faixa etária de maior aderência? Qual é a faixa etária de maior evasão? Gênero. Etnia.</p>
	Recursos humanos	<p>Qual o perfil dos recursos humanos? Qualificação.</p>
<p><i>Outros aspectos</i></p>	<p>Unidades de análises e relacionamentos</p>	<p>Em que região do Brasil o PST pode ser mais efetivo.</p> <p>Evasão escolar e participação no PST</p> <p>PST executado na escola e PST executado fora da escola</p> <p>Relação – núcleo e o espaço: a unidade organizativa é o núcleo. Quando um único espaço comporta vários núcleos e a proposta de grade é ofertada para o núcleo e gera uma dificuldade para a otimização. Essa situação é um “complicador” na avaliação e na análise.</p> <p>Escola e o <i>Segundo Tempo</i>. Horário de aula está ligado ao projeto pedagógico da Escola? Que relações a escola estabelece com o Programa?</p> <p>A atividade esportiva e a educação</p> <p>Atividades complementares e a educação</p> <p>Educação Física curricular e o <i>Segundo Tempo</i>. Existe sobreposição? Substituição? Qual a diferença existente entre as aulas de Educação Física e as do <i>Segundo Tempo</i>? O espaço físico é compartilhado com as aulas? O professor é o mesmo da escola? As atividades ocorrem dentro ou fora da escola (o núcleo tem relação com a escola?). Qual relação entre o que se aprende nas aulas e no Programa?</p>
	<p>Fenômenos relacionados</p>	<p>Influência do trabalho infantojuvenil</p> <p>Violência – fator de barreira para o acesso</p> <p>Relações de gênero – Grande evasão das meninas, uma vez que o feminino predominantemente cumpre a função do cuidado e do trabalho doméstico.</p> <p>Há influência da cultura local na composição sobre a questão de gênero nos núcleos?</p>

*2ª fase – Elaboração – Sistema de M&A –
Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)*

Com base na lista de componentes descritos na fase de concepção, foram extraídos os dados que permitiram elaborar o sistema de M&A e definir a construção dos instrumentos de coleta de dados, a saber, a observação em campo, os *surveys*, os grupos focais e as entrevistas em profundidade que seriam testados no piloto.

QUADRO 4
Indicadores do PELC

Enfoque avaliativo	Componente do sistema de M&A	Indicador
<i>Eficácia quantitativa – resultados mensuráveis</i>	Satisfação do beneficiado	% de beneficiados satisfeito
	Mensuração da adesão e da evasão (identificação do motivo de evasão)	Tempo médio vivido no PELC = $(\sum \text{do tempo de participação nas atividades do PEL em mês}) / (\sum \text{do tempo previsto para a participação} * \text{número de participantes})$
		% da evasão por insatisfação = $(\sum \text{dos motivos de evasão relacionados à insatisfação}) / \text{no de motivos}$
		% adesão = $(\text{número inscritos} / \text{número de vagas-meta}) * 100$
Resultados objetivos e subjetivos percebidos pelo cidadão e atribuídos ao PELC/ Núcleo	% de beneficiados que percebem resultado satisfatório atribuído ao PELC = $(\text{número de beneficiados que percebem resultado satisfatório} / \text{número de participantes frequentes no mínimo 6 meses}) * 100$	
<i>Eficácia qualitativa – Processo</i>	Participação do cidadão/ beneficiário e da comunidade	% de beneficiados que reconhecem o princípio da participação = $(\text{número de beneficiados que reconhecem o princípio da participação} / \text{número de participantes frequentes no mínimo 6 meses}) * 100$
		% de beneficiados que participa do PELC/Núcleo = $(\text{número de beneficiados que efetivamente participam} / \text{número de beneficiado que reconhecem o princípio da participação})$
		% de beneficiados que identificam a participação da comunidade no PELC/Núcleo = $(\text{número de beneficiados que percebem a participação da comunidade} / \text{número de beneficiados que reconhecem o princípio da participação})$
	Organização da porta de entrada e identificação de motivação	Sem indicador: Descrição dos critérios de seleção (acesso) considerando como informante o beneficiado.
Participação da família	% de beneficiados que identificam a participação da comunidade no PELC/Núcleo = $(\text{número de beneficiados que percebem a participação da família} / \text{número de beneficiado que reconhecem o princípio da participação})$	

Continua...

Continuação...

<i>Eficácia qualitativa – Processo</i>	Nivelamento conceitual	% de beneficiado que estabelecem coerência conceitual sobre o lazer e o esporte e os fundamentos do PELC = (número de beneficiados classificados como coerentes conceitualmente com o Programa/ número de beneficiados frequentes, no mínimo, seis meses)
	Organização e gestão do processo de trabalho	% de cumprimento das proposições do planejamento. % de adequação da infraestrutura e espaço para a realização das atividades.
	Relação da formação dos agentes com a qualidade da oferta e com os resultados dos núcleos	Percepção do agente social da formação.
		Avaliação da atuação do agente social pelo beneficiado e pelo coordenador
	Adequação do desenho e materialidade do Programa	Observação <i>in loco</i>
<i>Efetividade</i>	Impacto	Percepção da autonomia
		Apropriação pelo Poder Público municipal
<i>Gestão do Programa e controle social</i>	Satisfação dos agentes sociais	% de agentes sociais satisfeitos
	Relação entre os entes federados	Avaliação dos gestores
	Execução administrativa e financeira	Avaliação do setor de convênios
	Eficácia do controle social	Percepção do beneficiado
		Percepção da entidade responsável pelo controle social
Intersetorialidade	Percepção dos coordenadores e agentes sociais	
<i>Características sociais, econômicas, demográficas e culturais do público beneficiado do PELC/Núcleo e da comunidade atingida</i>	Perfil do público beneficiado	Frequência simples: faixa etária; grau de escolaridade; situação da saúde; acesso aos bens culturais; renda; acesso às demais políticas públicas
	Características da comunidade objeto da atuação do PELC/ Núcleo	Identificação feita pelos beneficiados Dados municipais

Os indicadores foram apresentados e validados em oficina realizada em Brasília no dia 6/10/2009, com a participação dos pesquisadores, gestores do Programa e os convidados: Ana Elenara da Silva Pinto, Ana Paula da Silva Santos, Leonardo Toledo Silva e Suzana Huner Wolf.

2ª fase – Elaboração – Sistema de M&A – Programa Segundo Tempo

Na elaboração dos indicadores do Programa *Segundo Tempo* foram considerados, também, os componentes estabelecidos na primeira fase.

QUADRO 5
Indicadores do Programa *Segundo Tempo*

Enfoque avaliativo	Componente do sistema de M&A	Questão elaborada
<i>Eficácia quantitativa – Resultados mensurados</i>	Resultado – finalístico	Indicador de Sociabilidade % de sociabilidade: (número de crianças que atingiram resultado eficaz de sociabilidade/número de crianças matriculadas e frequentes, pelo menos, seis meses)* 100
	Satisfação do público-alvo: crianças, adolescentes e jovens	% crianças ou adolescentes satisfeitos = (número de crianças ou adolescentes considerados “satisfeitos” ou “muito satisfeitos”/número de de crianças ou adolescentes matriculados e frequentes nos três primeiros meses)* 100 % de crianças e adolescente frequentes = (número de crianças e adolescentes que não evadiu/ número de crian./adolesc. inscritos)* 100
	Satisfação da família e da comunidade	% de famílias satisfeitas com o PST = (número de famílias satisfeitas/número de famílias com beneficiados frequentes no mínimo 6 meses)* 100
	Satisfação dos recursos humanos	Indicador sintético por respondente – monitores – médias = – coordenadores do núcleo = – coordenadores setorial/pedagógico/geral Indicador de satisfação do RH 1 = (Indicador monitor 1 + Indicador monitor 2 [...] + indicador coordenador núcleo + ind coordenador setorial + ind coordenador pedagógico)/ ∑ número de respondentes) Taxa de rotatividade – referência mensal: [(número de demissões + número de admissões)/2] número de funcionários ativos] * 100 Média da taxa de rotatividade – semestre e anual Incluir o motivo de demissão
	Satisfação do parceiro	% de parceiros satisfeitos com o PST = (número de parceiros satisfeitos/número de parceiros por estado) * 100

Continua...

Continuação...

Eficácia qualitativa – <i>Processo</i>	Proposta pedagógica	Indicador – % avaliação satisfatória da capacitação de RH = (Número de pessoas que avaliaram satisfatoriamente a capacitação/número de pessoas que avaliaram a capacitação) * 100 Síntese do Ind. de apropriação da proposta pedagógica identificada pelo monitor; coordenador pedagógico; coordenador núcleo; coordenador setorial; família; Taxa de apropriação da proposta pedagógica = Média dos indicadores de apropriação da proposta pedagógica por envolvido
	Estrutura de funcionamento	Avaliação do material esportivo e suplementar = (média da satisfação com material beneficiado + média da satisfação com material família + média da satisfação com material monitores + média da satisfação com material coordenadores)/ número de médias Indicador – Média dos % de avaliação satisfatória da infraestrutura explorado na enquete de satisfação % beneficiados que avaliam satisfatoriamente a infraestrutura % familiares % dos monitores % dos coordenadores
Eficiência	Recursos orçamentários	Sem viabilidade
Efetividade Finalidade Objetivo geral Impactos diretos	Social	Pesquisa com metodologia quase-experimental
	Individual	Pesquisa com metodologia quase-experimental
Gestão do Programa e controle social	Identidade Nacional	<i>Survey</i>
	Parcerias	<i>Survey</i>
	Capacidade técnica	Indicador – Razão entre beneficiados frequente e monitores/coordenadores = (Número de beneficiados frequentes/ número monitores-coordenadores por núcleo)
	Intersetorialidade –	Observação <i>in loco</i>
	Modalidade de Parceria com o ME	Observação <i>in loco</i>
	Divulgação	Observação <i>in loco</i>
	Transparência e controle social	<i>Surveys</i>

Fonte: Elaborado pelos autores

Os indicadores foram validados em oficina realizada em Brasília, no dia 18/3/2010, com a participação dos pesquisadores, gestores do Programa e convidados: Ana Rita Lorenzini, Jefferson Monteiro e Siomara Silva.

3ª fase – Implantação – Piloto do Sistema do M&A – PELC e Programa Segundo Tempo

A pesquisa piloto teve como propósito testar os principais instrumentos elaborados para a constituição do Sistema de Monitoramento & Avaliação. Com base na definição dos indicadores, foram propostos instrumentos que se constituirão em fontes de informações estruturadas e não estruturadas. As fontes estruturadas são aquelas que constituem bases de dados que podem ser manipulados e utilizados na construção de indicadores e relatórios gerenciais, predominantemente quantitativos. As não estruturadas constituem conteúdos que podem utilizados nas análises dos indicadores e na produção de novas questões avaliativas e são informações, predominantemente, de natureza qualitativa.

Para o Sistema de Monitoramento e Avaliação do PELC e o Programa *Segundo Tempo*, considerando os componentes avaliativos propostos/pactuados e os indicadores, foram elaborados e testados os seguintes instrumentos:

- *Survey* – instrumento de coleta de dados da percepção/opinião de um sujeito. Questionário objetivo com tratamento de dados quantitativo. Permite a análise mais abrangente dos fenômenos pesquisados, com nível de profundidade menor.
- Grupo focal – instrumentos de coleta de dados da percepção/opinião de um grupo de sujeitos. Permite explorar em profundidade questões que aparecem no *survey*, mas não são passíveis de tratamento estatístico.
- Observação *in loco* – descrição dos fenômenos pesquisados com base na percepção de um ator externo e capaz de identificar os elementos relevantes e trazer informações complementares.
- Entrevistas – instrumento qualitativo de investigação de assuntos de abrangência restrita.

A proposta do Sistema de Monitoramento e Avaliação considera como elementos:

- a) ambiente externo: mapeamento dos fenômenos que orientam a focalização dos programas. Seleção e utilização de indicadores sociais validados por órgãos como IBGE e IPEA;
- b) ambiente interno dos programas: identificação, descrição e mensuração de elementos do processo, resultado e condição de funcionamento do Programa, tais como:

- condição de funcionamento – infraestrutura e espaço:
 - infraestrutura condizente com as necessidades das atividades;
 - conforto ambiental: cobertura para o sol, iluminação adequada;
 - estrutura de apoio: vestiário, bebedouro, banheiros;
 - material.
 - organização, gestão, projeto pedagógico e recursos humanos:
 - planejamento pedagógico;
 - aplicação dos fundamentos pedagógicos do Programa;
 - recursos humanos;
 - capacitação;
 - participação dos beneficiados, familiares e comunidade na gestão;
 - reforço alimentar, para o Programa *Segundo Tempo*.
 - resultados
 - percepção das mudanças ocorridas no sujeito e na comunidade;
 - pesquisa de efetividade – impactos – metodologias quase-experimentais (modelo econométrico).
- c) relação entre demanda (ambiente externo) e oferta (ambiente interno) por meio de unidades de análises que permitem convergir os dados.

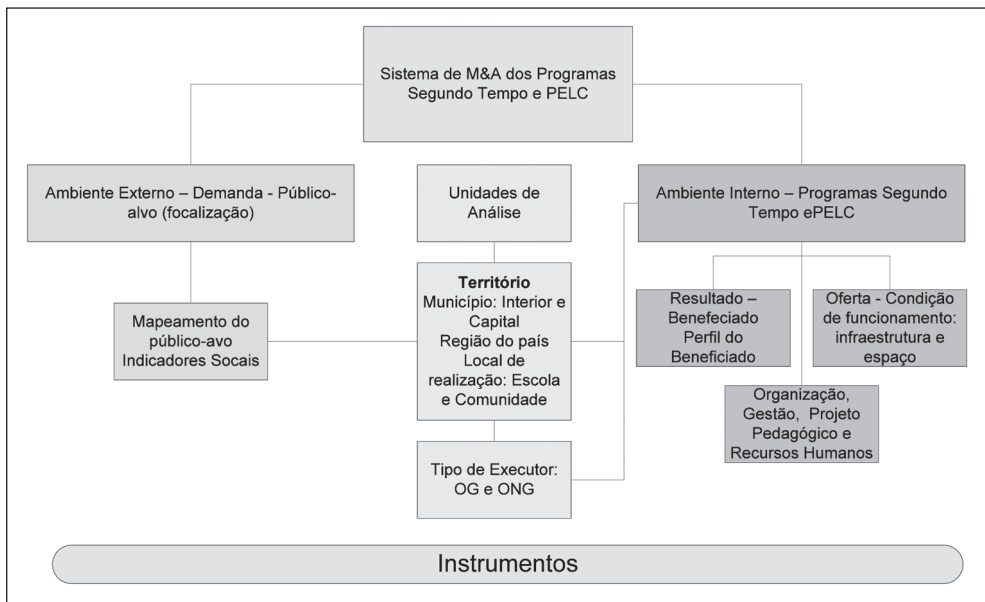


FIGURA 3 – Estrutura do Sistema de Monitoramento e Avaliação dos programas
Fonte: Elaborado pelos autores

Os instrumentos propostos e validados constituem fontes de informação considerando a seguinte abrangência:

– O **survey** é mais abrangente e permite investigar assuntos e fenômenos percebidos pelo sujeito-alvo do questionário em relação às várias dimensões. É o instrumento capaz de revelar a situação geral e suscitar questões para ser investigadas por meio dos instrumentos qualitativos. Pode ser aplicado em públicos amostrados ou no universo. Sugere-se:

- beneficiado – público amostrado;
- familiares do beneficiado – público amostrado, caso exista dados de endereço dos beneficiados;
- coordenadores – público amostrado ou universo;
- formadores – público amostrado ou universo;
- agentes sociais ou monitores – público amostrado ou universo;
- entidade de controle social – público amostrado ou universo.

Nesta pesquisa, tornou-se inviável a aplicação do *survey* aos beneficiados e a seus familiares egressos, devida a dificuldade para localização.

– **Observações *in loco*** é o segundo instrumento na escala de abrangência. Permite, por meio da descrição da observação e preenchimento de instrumentos fechados, construídos dados e informações para a construção de indicadores.

– **Grupos focais** são instrumentos qualitativos, conforme mencionado, que permitem investigar assuntos em profundidade. Para a realização dos grupos focais, sugere-se:

- a realização de três grupos focais por público e por região do país – cidades e Estados diferentes:
 - beneficiados criança – até 11 anos;
 - beneficiados adolescentes – 12 a 17 anos;
 - adulto;
 - terceira idade – a partir de 45 anos;
 - monitores ou agentes sociais.

– **Entrevistas** são instrumentos que podem ser associados à observação *in loco*. Por meio da entrevista é possível investigar assuntos em profundidade e com um público específico e restrito, como os parceiros dos programas: escolas, prefeituras, órgãos governamentais e não governamentais.

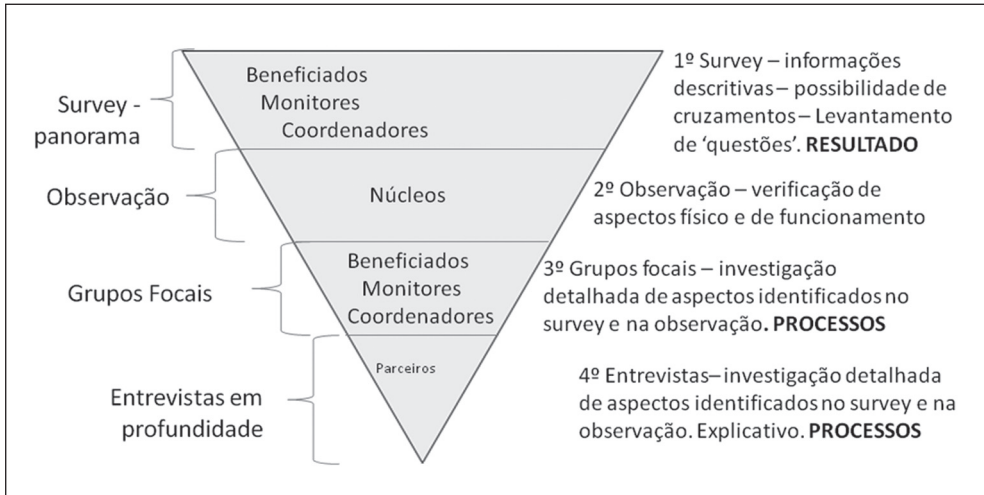


FIGURA 4 – Abrangência dos instrumentos validados

Fonte: Elaborado pelos autores

Considerando os instrumentos apresentados, observou-se que eles podem ser utilizados como:

- principal fonte de informação quando constitui dados e informações que permitem explorar os assuntos e construir os indicadores;
- fonte secundária quando possibilita a exploração de assuntos, mas com informações complementares;
- não é fonte de informação quando o instrumento não fornece dados e informações para a exploração dos conteúdos necessários.

QUADRO 6

Relevância dos instrumentos na constituição das fontes de informação do Sistema de M&A dos programas, segundo os eixos organizadores de seus componentes avaliativos

Eixos organizadores dos componentes avaliativos	Condição de funcionamento (infraestrutura e espaço)	Organização, gestão, projeto pedagógico e recursos humanos	Resultados
<i>Instrumentos</i>	<i>Uso e relevância da fonte</i>		
Questionário – Survey Beneficiados	Principal fonte de informação	Fonte secundária	Principal fonte de informação
Questionário – Survey Monitores ou agentes sociais	Fonte secundária	Principal fonte de informação	Fonte secundária
Questionário – Survey Coordenadores	Fonte secundária	Principal fonte de informação	Fonte secundária
Observação <i>in loco</i>	Principal fonte de informação	Fonte secundária	Não é fonte de informação
Grupo focal – Beneficiados	Fonte secundária	Fonte secundária	Principal fonte de informação
Grupo focal – Familiares	Fonte secundária	Fonte secundária	Principal fonte de informação
Grupo focal – Coordenadores	Fonte secundária	Principal fonte de informação	Não é fonte de informação
Grupo focal – Monitores (estagiários)	Fonte secundária	Principal fonte de informação	Não é fonte de informação
Entrevista em profundidade – Liderança comunitária – Parceiro (ONG ou OG) – Escola	Não é fonte de informação	Principal fonte de informação	Fonte secundária
<i>Sistemas de informação existentes – Programa Segundo Tempo</i>			
Sistema de Convênios	Fonte secundária	Fonte principal	Não é fonte de informação
SIC – Sistema Informativo de Convênios	Fonte secundária	Fonte principal	Não é fonte de informação
SIAPA – Sistema de Acompanhamento Administrativo e Operacional dos convênios	Fonte principal	Fonte principal	Não é fonte de informação
SISCRT – Sistema de certificados	Não é fonte de informação	Fonte principal	Não é fonte de informação

Fonte: Elaborado pelos autores

O Sistema de Informação, para atender às necessidades do Sistema de Monitoramento & Avaliação dos Programas, deve considerar na sua constituição:

- a) sistema de indicadores elaborados – recurso para extração dos indicadores;
- b) cadastros básicos da oferta com registros por núcleo, considerando: convênio, turma, grade de horários, espaços, materiais e recursos humanos (coordenadores e monitores/agentes sociais);
- c) cadastro do beneficiado – pesquisa amostral para o Programa de *Esporte e Lazer da Cidade* e cadastro individual para o Programa *Segundo Tempo*;
- d) fontes de informações qualitativas constituídas com base nos instrumentos: grupo focal, observação *in loco* e entrevistas;
- e) fontes de informações quantitativas constituídas com base nos instrumentos: *survey* e base de dados de sistemas transacionais;
- f) fontes de informações secundárias, como o IBGE e o IPEA

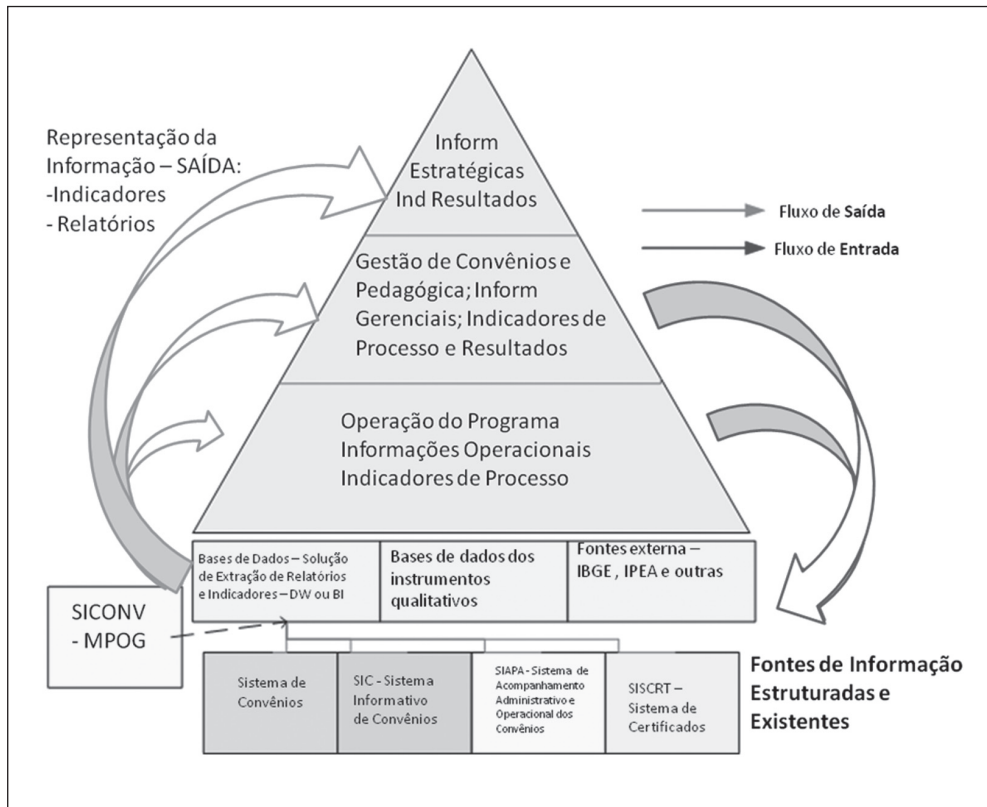


FIGURA 5 – Sistema de informação e processo decisório
 Fonte: Elaborado pelos autores

A constituição do sistema de informação para monitorar e avaliar deve ser compreendida como processo em médio e longo prazos. É necessário conceber o todo e implantar por partes considerando a dinâmica incremental das decisões geradas pelo M&A. Pode-se planejar a constituição das fontes de informação principais, considerando eixos organizadores dos componentes e dos próprios componentes e a abrangência dos instrumentos.

4ª fase: Aplicação do survey nacional

A pesquisa nacional para avaliar os resultados dos dois programas foi realizada considerando a validação do *survey* com o beneficiado. O propósito desse *survey* foi identificar as características do público, a percepção e a avaliação de elementos do funcionamento e da gestão, bem como dos benefícios percebidos atribuídos aos respectivos programas.

Optou-se pela contratação de uma empresa de pesquisa para a aplicação do instrumento. Essa estratégia foi bem-sucedida, considerando a logística necessária para a realização de pesquisa de campo nacional. As empresas existentes no mercado possuem condição e estrutura com custos operacionais baixos quando comparados com os necessários para implementar tal logística pela primeira vez. O processo da pesquisa de campo foi acompanhado pela equipe dos professores e pesquisadores da PUC Minas.

Para o Programa *Segundo Tempo* o planejamento amostral¹¹ se deu com base num estudo tipo levantamento (*survey*) e o desenho de coleta de dados complexos proporcionais em quatro estágios para o cálculo do tamanho da amostra, sendo eles:

- região – Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul;
- local – capital ou interior;
- esfera – estadual, municipal ou ONG e
- espaço – comunidade ou escola.

Essa estratificação teve como objetivo principal a garantia da representatividade, a não a tendenciosidade e a confiabilidade do estimador da abrangência do Programa *Segundo Tempo*. Foi considerado o aninhamento de dentro para fora, ou seja, do quarto estágio, espaço, respeitando a proporcionalidade do número de projetos, ponderado pelo número de pessoas atendidas, dentro de cada esfera, por local e região. O critério de inclusão dos projetos foi sua validade no prazo de vigência.

¹¹ A responsabilidade técnica do Plano Amostral é da Professora Tânia Fernandes Bogutchi (PUC Minas) – currículo: <http://lattes.cnpq.br/2945823228847510>

Foi elaborado um teste piloto tanto para a validação do instrumento de coleta das informações a ser aplicado quanto para verificação da consistência dos dados informados na listagem para o cálculo e planejamento amostral dos entrevistados. Após a visita de campo foi possível ajustar e definir o tamanho da amostra.

Para o cálculo do tamanho da amostra foi utilizado como parâmetro a proporção conservadora dos participantes, ou seja, de 50%, por estar nessa proporção a variância máxima, o nível de confiabilidade de 95%, uma precisão amostral de 5% e fator de efeito do plano amostral (EPA) de 1,5. O tamanho da amostra final foi acrescido de 10% para possíveis perdas e como margem de projetos amostrados a serem substituídos em decorrência de algumas incongruências típicas de coleta de campo, por reamostragem.

A seleção dos projetos vigentes foi feita por amostragem aleatória simples, seguida da seleção, também por amostragem aleatória simples, dos participantes de cada projeto selecionado. Todos os projetos selecionados que estavam desativados no momento da coleta de dados foram substituídos.

O gráfico 1 apresenta a distribuição da população atendida pelos projetos do Programa *Segundo Tempo* e a distribuição da amostra selecionada, na qual pode ser observada a proporcionalidade entre elas.

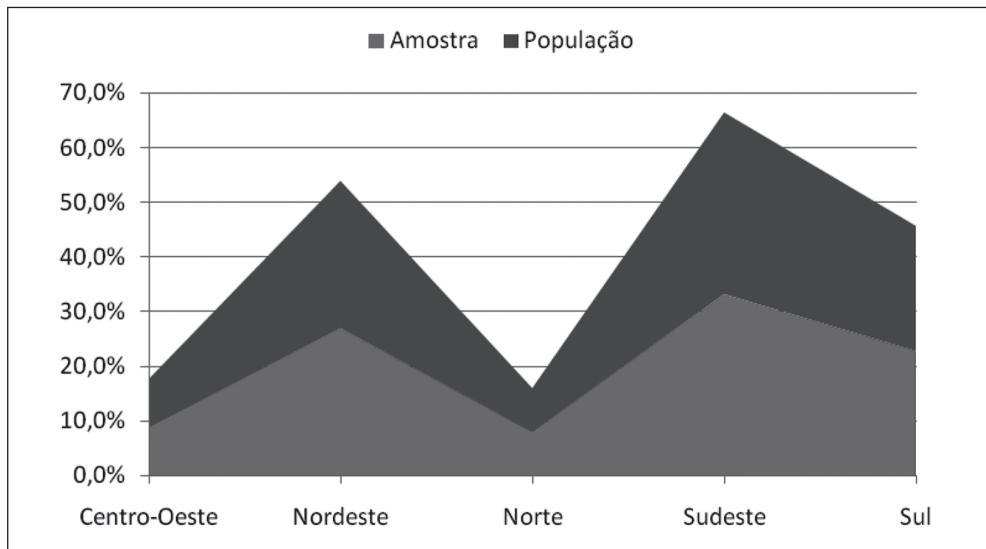


GRÁFICO 1 – Distribuição da população e da amostra de beneficiados dos projetos do Programa *Segundo Tempo*
Fonte: Ministério de Esporte, 2010.

Para o Programa *Segundo Tempo* foi indicada a aplicação de 1.750 questionários. As cidades e os núcleos que compuseram a amostra foram sorteados de forma aleatória e respeitando a estratificação apresentada.

Programa Segundo Tempo – cidades e núcleos amostrados

QUADRO 7

Núcleos e cidades da amostra de beneficiados do Programa *Segundo Tempo*

Núcleo e cidade	Frequencia	Percentual
Caucaia I/Fortaleza	122	6,2
E. M. Arte e Cultura/Manaus	103	5,3
Centro Esportivo Mário Lobo II/ Paranaguá	100	5,1
Centro Esportivo Bento Mossurunga/Umuarama	98	5,0
E. E. Moreira Salles/Moreira Salles	95	4,8
E. M. Prof. Reynaldo S. da Gama/Embu	91	4,6
E. M. Prof. Edgar da Mata Machado/Belo Horizonte	82	4,2
Complexo Esportivo Areão	81	4,1
Jambeiro Vespertino/Lauro de Freitas	81	4,1
Núcleo de Esporte Educacional Seminário II/Chapecó	80	4,1
Supam II Educandário/Uberaba	80	4,1
Baturité/	74	3,8
E. M. Henrique Freitas Badaró/Ipatinga	73	3,7
Bola pra Frente Iracemápolis/Iracemápolis	69	3,5
Confins/ Confins	64	3,3
Colégio Luar III/São José	63	3,2
Bola pra Frente Sumaré	62	3,2
Ipueiras I/ Ipueiras	62	3,2
Sesc Ceará – Núcleo Porteiras/ Porteiras	56	2,9
E. E. Domingos Moeda/Água Branca	51	2,6
Grêmio Esportivo Phoenix/São Paulo	50	2,5
E. M. E. B. Firmo José Rodrigues/Cuiabá	45	2,3
Sesc Ceará – Núcleo Ler Ibiapina/ Ibiapina	45	2,3
E. E. Amélia Leite/Canhotinho	40	2,0
Valparaíso I Recanto dos Jovens/Valparaíso de Goiás	35	1,8
E. M. Villa Lobos/Embu	28	1,4
E. M. Agenor Alves de Carvalho/Belo Horizonte	27	1,4
Bola pra Frente Sumaré 2/Sumaré	25	1,3
E. M. João Alberto M. Braga/Manaus	19	1,0
Recanto dos Jovens/ Valparaíso	18	0,9
Área de Lazer Jardim Dali Orto/Sumaré	17	0,9
E. M. Ulysses Guimarães/Belo Horizonte	15	0,8
E. M. Teresa Rosa Abtibol/Manaus	8	0,4
E. M. Síria Mamed Amed Chagas/Manaus	2	0,1
Total	1.961	100,0

Fonte: Pesquisa de dados

A aplicação dos questionários ocorreu no período de 21 de agosto a 1º de outubro de 2010, pela empresa contratada. Houve problemas quanto à localização dos endereços, pois parte significativa estava desatualizada, o que inviabilizou a realização da entrevista no domicílio, conforme previsto. A estratégia utilizada foi a localização do beneficiado no núcleo onde aconteceram as entrevistas para os beneficiados com mais de 11 anos. Para os menores de 12 foi coletado o dado de endereço e realizada a entrevista com os pais em domicílio.

Programa Esporte e Lazer da Cidade – cidades e núcleos amostrados

Analogamente, para o PELC foi planejado um estudo tipo levantamento (*survey*) e o desenho de coleta de dados complexos proporcionais em dois estágios para o cálculo do tamanho da amostra, sendo eles:

- região – Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul;
- esfera – governamental e não governamental.

O processo de cálculo amostral e o de planejamento de coleta foram igualmente replicados para esses projetos.

O gráfico 2 apresenta a distribuição da população atendida pelos projetos do PELC e a distribuição da amostra selecionada, na qual pode ser observada a proporcionalidade entre elas.

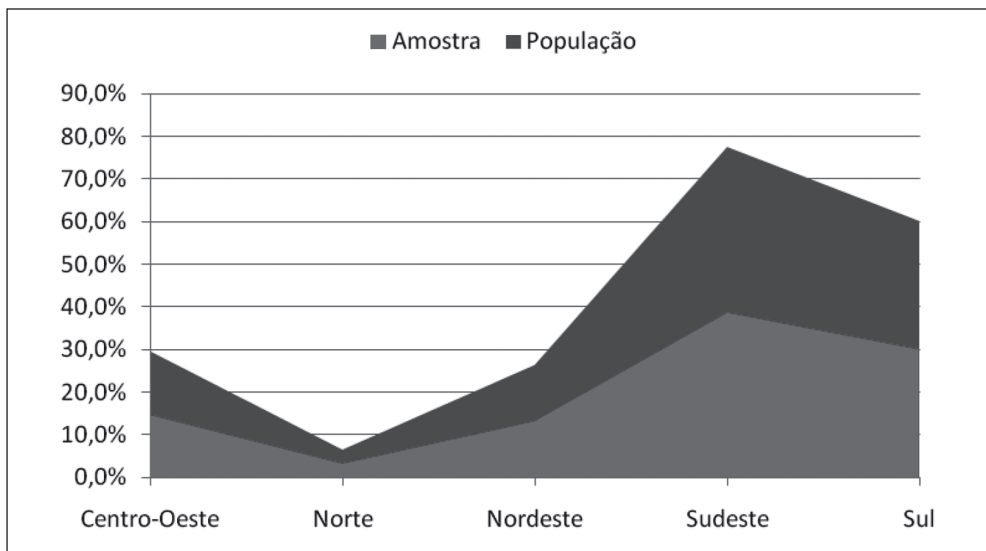


GRÁFICO 2 – Distribuição da população e da amostra de beneficiados dos projetos do PELC
Fonte: Ministério de Esporte, 2010

As amostras para os dois programas são informativas, pois foram tomados os cuidados necessários para garantir a igualdade da probabilidade na seleção das unidades a serem estudadas, os pesos das unidades estratificadas e o prévio conhecimento da variabilidade da população em estudo.

Para o PELC foi indicada a aplicação de 950 questionários. As cidades e os núcleos que compuseram a amostra foram sorteados de forma aleatória e respeitando a estratificação apresentada.

QUADRO 8
Núcleos e cidades da amostra de beneficiados do PELC

Núcleo e cidade	Frequencia	Percentual
Associação Santo Afonso/Novo Hamburgo	105	13,9
Jardim Conceição – Subnúcleo Estrela/Osasco	86	11,4
Núcleo Canudos/Novo Hamburgo	74	9,8
Associação Planaltinense/Brasília	62	8,2
Transforme Ações Sociais e Humanitárias/Brasília	59	7,8
Núcleo Céu Zilda Arms/Osasco	51	6,7
Núcleo Jardim Padroeira/Osasco	39	5,2
Núcleo Geraldão/Recife	37	4,9
Associação Bairro Salomé/Betim	35	4,6
Núcleo CSU Bido Krause/Recife	33	4,4
Subnúcleo Jardim Petrópolis – SEMAS/Betim	28	3,7
Recriar Esporte Cultura e Comunidade/Belém	22	2,9
Núcleo Rincão/Novo Hamburgo	18	2,4
Núcleo Poliesportivo Vila Ayrosa/Osasco	16	2,1
Núcleo Santa Tereza/Olinda	11	1,5
Núcleo Ouro Preto/Olinda	11	1,5
Brás Terra Firme/Belém	11	1,5
Associação de cultura de Nova Prata 1	10	1,3
Mestre 70/Belém	8	1,1
Associação de cultura de Nova Prata 3	8	1,1
Associação Bairro Salomé/Betim	7	0,9
Núcleo Jardim Petrópolis/Betim	6	0,8
Núcleo Praça de Neno/Olinda	3	0,4
Núcleo Ouro Preto/Olinda	3	0,4
Núcleo de Lomba Grande/Novo Hamburgo	3	0,4
Jardim Rochdale/Osasco	3	0,4
Núcleo Território de Paz/Novo Hamburgo	2	0,3
Núcleo Alto da Mina/Olinda	1	0,1

Continua...

Continuação...

Núcleo Praça de Nadenho/Olinda	1	0,1
Núcleo Poliesportivo Gaçupiteri/Osasco	1	0,1
Colégio Sagrado Coração de Jesus/Novo Hamburgo	1	0,1
Associação de cultura de Nova Prata 2	1	0,1
Total	756	100,0

Fonte: Pesquisa de dados

A listagem dos beneficiados que responderam ao questionário e seus respectivos endereços foram produzidos pelos pesquisadores, em levantamento realizado diretamente com os sujeitos da pesquisa, nos núcleos das sete cidades da amostra. Essa estratégia foi necessária porque esse tipo de dado não é exigido pelo Ministério do Esporte, dada a natureza do Programa e seus fundamentos conceituais. A aplicação dos questionários ocorreu no mesmo período do *Segundo Tempo*. No caso do PELC, foram realizadas 756 entrevistas com o próprio beneficiado ou com seus responsáveis. As entrevistas ocorreram em duas modalidades: domiciliar e nos núcleos. Esta última ocorreu nos municípios onde houve dificuldades de localização dos endereços ou alguma situação de vulnerabilidade que impedisse o entrevistador de realizar o seu trabalho.

5ª fase: Documentação final

Nessa fase foi organizada a documentação gerada pela pesquisa, considerando os arquivos que ficarão sob guarda da PUC Minas, e entregues os produtos na finalização da pesquisa. A documentação e os produtos entregues são:

- relatório final sintético – livro;
- relatório final completo;
- pesquisa nacional completa – CD;
- instrumentos elaborados e validados – *surveys*;
- manual operacional de extração (construção) dos indicadores.

Capítulo 4

OS RESULTADOS DA PESQUISA NACIONAL

3.1 PROGRAMA DE *ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC)*

De acordo com o plano amostral, detalhado no capítulo 3, foram realizadas 756 entrevistas com beneficiados do PELC. Dessa amostra, 86,2% dos respondentes foram os próprios beneficiados e 13,8% seus responsáveis.

Caracterização dos beneficiados

A faixa etária dos beneficiados apresenta uma concentração no público jovem: 24,1% crianças até 11 anos e 46,7% de adolescentes com até 17 anos. Os jovens adultos representam 12,2% e correspondem à faixa etária de 18 a 44 anos. De 45 a 59 anos foram identificados 9% e com 60 anos e mais, 7,5%, conforme TAB. 1.

TABELA 1
Faixa etária dos beneficiados

Faixa etária	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
5 a 11 anos	182	24,1	24,1
12 a 17 anos	353	46,7	70,8
18 a 44 anos	92	12,2	83,0
45 a 59 anos	68	9,0	92,0
60 anos e mais	57	7,5	99,5
Não respondeu	4	0,5	100,0
Total	756	100,0	

Fonte: Pesquisa de dados

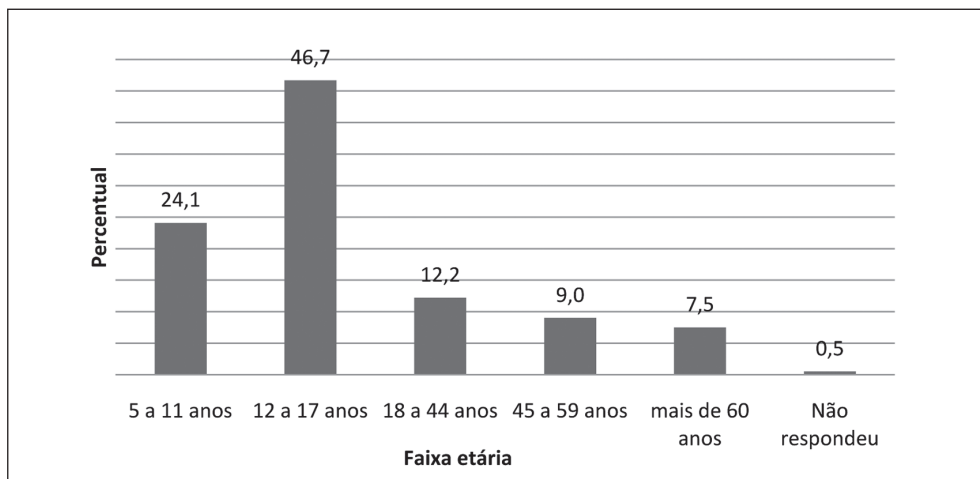


GRÁFICO 3 – Faixa etária dos beneficiados

Fonte: TAB. 1 – Pesquisa de dados

Fica claro que o PELC tem presença forte entre as crianças e jovens de 12 a 17 anos e entre os mais velhos, em especial a terceira idade. A amostra para a pesquisa nacional não foi estratificada por projeto: PELC/Núcleos (todas as idades), PRONASCI/PELC e *Vida Saudável*. O sorteio da amostra foi aleatório, considerando o universo dos convênios vigentes sem identificação do tipo de projeto. Observou-se que parte do público entrevistado participa do PRONASCI/PELC, provável razão da concentração do público jovem.

Além desse possível viés da amostra, é interessante observar que há um crescente de participação que acompanha o desenvolvimento da criança, atingindo o ápice na faixa de 12 a 17 anos. Após essa idade há gradual redução na participação daqueles entre os 18 até a faixa de 44 anos, quando as pessoas em geral começam a exercer atividade laboral e/ou outras obrigações. Acima dos 45 anos a participação volta a crescer, atingindo o ápice entre os maiores de 55, idade em que muitas pessoas se veem um pouco mais liberadas das obrigações, principalmente pela aposentadoria que tende a começar.

O PELC é um programa que se propõe atender pessoas de todas as idades, inclusive portadores de deficiência. A pesquisa, no entanto, aponta que o maior público atendido é composto por crianças e adolescentes.

Com base nessa caracterização do público, consideramos que uma importante discussão a ser tratada pelos gestores do PELC diz respeito ao princípio da intergeracionalidade. O tema vem sendo abordado nas publicações do Programa, bem como nas formações dos formadores, mas ainda percebe-se, por parte dos agentes, falta de clareza no entendimento do conceito e, conseqüentemente, na operação proposta. Aprofundar no debate sobre a temática, certamente, irá qualificar o trabalho

desenvolvido pelo PELC/*Vida Saudável*, e atender à expectativa de ampliação dos beneficiados. Vale destacar as contribuições para o Programa, dentre outros, de Alves Junior (2007a e 2007b) e Wolff (2008 e 2009) sobre o envelhecimento e suas implicações para a sociedade brasileira.

Alves Júnior (2007) defende a educação intergeracional como facilitadora da transmissão de valores aos mais jovens, sensibilizando-os para a necessidade de entender o processo de envelhecimento para além das questões biológicas e da debilidade que, inevitavelmente, atingirá todos os sujeitos, bem como construindo relações mais saudáveis entre as gerações, com respeito às diferenças e ao direito do idoso de continuar inserido na sociedade de modo qualitativo. Uma exigência que se coloca a todos é a compreensão de que os sujeitos (crianças, jovens, adultos e idosos) vivem a cultura de modo singular e diferente, dependendo da faixa etária em que se encontram e, também, do gênero ao qual pertencem (LARAIA, 2001).

Uma educação intergeracional poderá promover o diálogo entre essas diferentes culturas, no sentido de construir novos valores simbólicos enriquecedores dos projetos de vida dos diferentes grupos (MORENO *et al. apud* ALVES JÚNIOR, 2007) e da sociedade. A vivência de campos motivacionais semelhantes tem muito a contribuir nesse processo. Nesse sentido, o campo do lazer merece destaque, pela possibilidade que contempla na troca de experiências e na possibilidade do aprender juntos, por meio de atividades que sejam de interesse mútuo. O Programa pode explorar, por exemplo, a realização de palestras, de oficinas de atividades esportivas, teatrais, artísticas, danças, lutas, festas, eventos, dentre outras, desde que não sejam realizadas de forma pontual ou que exijam performance. A meta principal deve ser o envolvimento da comunidade para garantir que tais práticas sejam conscientes da importância desse convívio entre gerações e do respeito às diferenças.

Assim, acreditamos ser esse princípio fundamental tanto para o Programa quanto para as políticas públicas que se pretendem tornar universais, por isso consideramos que deve ser mantido. Mas reconhecemos que não basta ampliar a oferta à todas as idades e desenvolver atividades entre as gerações. Estas ações não garantem a intergeracionalidade. É preciso enfrentar o debate sobre a temática com todos os envolvidos e qualificar ainda mais a ação.

Cientes de que um programa social não dará conta de enfrentar todos os problemas, destacamos, neste desafiante debate, a família e a juventude. Zingoni (2008) alerta que a atenção à família, por meio de políticas públicas adequadas, pode se tornar fator condicionante para as transformações que almejamos na sociedade, em vários setores, inclusive quanto ao reconhecimento do direito ao lazer. Nesse sentido, destaca a importância de ações compartilhadas entre seus integrantes, por meio das quais possam ser construídas relações de confiança e amizade, tanto na dimensão pessoal e íntima quanto na dimensão coletiva, tratando de questões

relativas à vivência da corporeidade de forma plena e lúdica, ao desenvolver a sensibilidade, a emoção, a compreensão sobre a sexualidade, a subjetividade, a afetividade e o desejo em constante diálogo com os apelos do consumo, da mídia, dentre outros.

As famílias têm o direito a programas que deem significado à sua existência cotidiana, e não apenas atuem em suas necessidades mais diretas, como em suas condições materiais de vida (CARVALHO *apud* ZINGONI, 2008). Desse modo, políticas públicas como o PELC/*Vida Saudável*, ao garantirem o acesso ao lazer, devem considerar “uma gama de atividades e processos socializantes e lúdicos voltados para o desenvolvimento de relações, descanso, divertimento e habilidades para a vida coletiva, familiar e comunitária” (ZINGONI, 2008, p. 97).

Em Noronha *et al.* (2009), construímos propostas de trabalho no campo das políticas públicas de lazer pensando, principalmente, na juventude, em especial aquela que vive em condições de vulnerabilidade social, como é o caso de vários beneficiados atendidos pelo PRONASCI/PELC. Consideramos que a conquista da cidadania pela participação no lazer e no esporte promove o desenvolvimento da consciência, da liberdade, da igualdade de direitos e pode ser fundamental num processo de construção da cultura da paz. O PRONASCI/PELC já enfrenta esse desafio. Considerar outros instrumentos avaliativos pode qualificá-lo ainda mais.

Várias problematizações se tornam importantes para os gestores, dentre as quais destacamos, por exemplo, algumas relativas ao atendimento do público adulto: As vivências propostas estão atraindo-os? Os horários oferecidos são compatíveis com esse público? Os núcleos estão oferecendo atividades à noite e nos finais de semana para contemplar essa faixa etária? Como os núcleos estão sensibilizando a parcela produtiva da sociedade para o entendimento de que a vivência do lazer é importante em sua vida? Que estratégias podem ser utilizadas para atender a esse público?

Os beneficiados atendidos se dividem quase igualmente em cotas de sexo, sendo 52,9% do sexo masculino e 47,1% do sexo feminino. Essa estatística revela a maior adesão em programas desta natureza pelos rapazes, muito provavelmente por causa dos aspectos culturais de nossa sociedade machista, na qual o envolvimento do sexo feminino com trabalhos domésticos é maior.

Em relação à escolaridade dos beneficiados, predomina o grau fundamental II incompleto, com 38,6% dos entrevistados, o que é compatível com a idade da maioria dos beneficiados; em seguida, vem o fundamental I incompleto, com 16,5%; o ensino médio aparece com 15,3%, e o superior completo ou incompleto, 1,9%; 2,4% dos entrevistados nunca frequentaram a escola, conforme TAB. 2.

TABELA 2
Escolaridade dos beneficiados

Escolaridade	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Não frequentou escola	18	2,4	2,4
Ensino fundamental I incompleto (1ª a 3ª série)	125	16,5	18,9
Ensino fundamental I completo (4ª série)	95	12,6	31,5
Ensino fundamental incompleto II (5ª a 7ª série)	292	38,6	70,1
Ensino fundamental completo II (8ª/9ª série)	66	8,7	78,8
Ensino médio incompleto (1ª ou 2ª série)	63	8,3	87,2
Ensino médio completo (3ª série)	53	7,0	94,2
Superior incompleto	8	1,9	95,2
De superior completo a pós-graduação	6	0,8	96,0
NS/NR/Não informou	30	4,0	100,0
Total	756	100,0	

Fonte: Pesquisa de dados

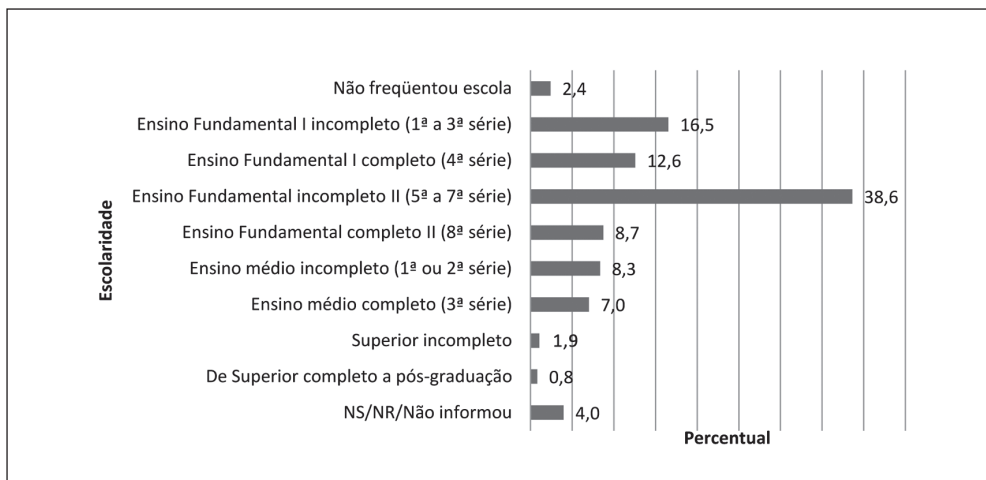


GRÁFICO 4 – Escolaridade dos beneficiados

Fonte: TAB. 2 – Pesquisa de dados

Em relação à cor/raça¹², 48,9% se autodeclararam pardos; 38,8%, brancos; e 10,7%, negros/preto. Os demais se dividem entre amarelos (0,7%) e índios (0,4%). Quanto à presença de alguma deficiência física ou mental, 98% afirmaram que não tinham nenhuma e 2%, que sim, sendo metade mental e a outra, física. Quando questionados

¹² Foi utilizado o mesmo conteúdo investigado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ensino do Censo Demográfico.

se os beneficiados conhecem algum participante que tenha algum tipo de deficiência, 82% afirmaram que não conheciam e 16% disseram que sim. Mesmo sendo baixo o índice de participação do deficiente no Programa, essa presença deve ser comemorada e incentivada, uma vez que vai ao encontro de seus princípios inclusivos.

Quanto à condição laboral, 85% dos entrevistados afirmaram que não trabalhavam fora e 13%, sim, confirmando o fato de que o Programa tem maior adesão entre as crianças e adolescentes que não realizam nenhum tipo de atividade profissional.

Entre os 13,8% dos responsáveis que responderam ao questionário, predomina o grau de escolaridade Fundamental I (41,9%) e o Ensino Médio (27,4%). Aparece com expressividade também o Fundamental II (23 %).

Nas famílias dos entrevistados, o pai ou padrasto é o chefe em 35,3% dos casos seguidos por 22,4% de lares onde a mãe ou madrasta chefia. O próprio beneficiado é o chefe da família em 8,7% dos casos e em 4,6% são tios, avós ou outros parentes. O chefe da família tem escolaridade predominante de Ensino Fundamental II (29,1%), seguido pelo Fundamental I (28,4%) e Médio (24,3%); 2,9% nunca frequentaram a escola.

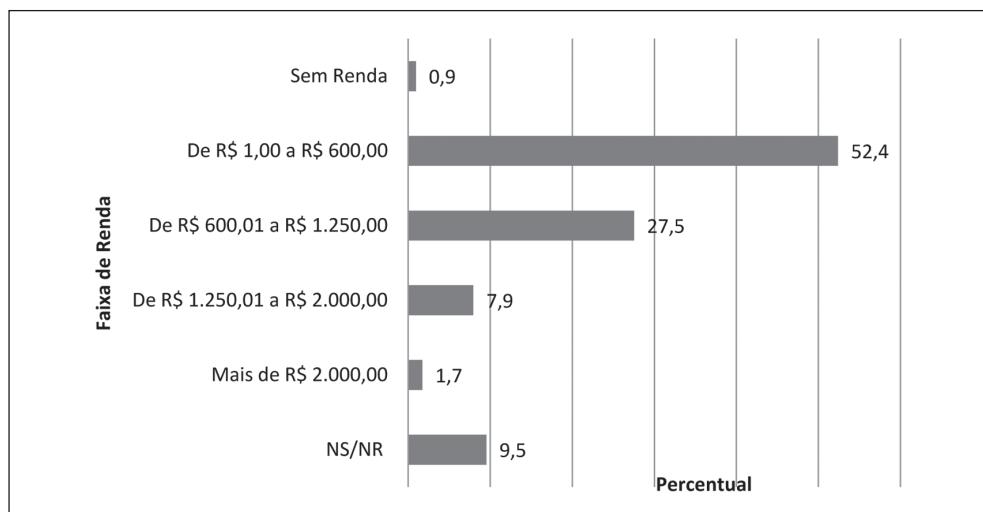
A renda familiar está concentrada na faixa do salário mínimo, com 52,4% dos beneficiados recebendo renda de R\$ 1,00 a R\$ 600,00; 27,5% têm renda entre R\$ 600,01 a R\$ 1.250,00. Apenas 7,9% das famílias têm renda entre R\$ 1.250,01 a R\$ 2.000,00; e 1,7% com renda superior a R\$ 2.000,00, conforme TAB. 3.

TABELA 3
Renda familiar

Faixa de renda	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Sem Renda	7	0,9	0,9
De R\$ 1,00 a R\$ 600,00	396	52,4	53,3
De R\$ 600,01 a R\$ 1.250,00	208	27,5	80,8
De R\$ 1.250,01 a R\$ 2.000,00	60	7,9	88,8
Mais de R\$ 2.000,00	13	1,7	90,5
NS/NR	72	9,5	100,0
Total	756	100,0	

Fonte: Pesquisa de dados

Em 48,1% das residências moram cinco ou mais pessoas, em 25,9%, quatro, e nas restantes, três ou menos pessoas. A média de moradores é de 4,10 pessoas por residência. Em 29,4% desses lares moram duas pessoas com idade entre 0 e 17 anos, sendo a média de moradores nessa idade de 2,05; em 77,1% não mora ninguém com mais de 60 anos; em 94% não há moradores com algum tipo de deficiência física ou mental; e 4,8% das pessoas já convivem com portados de deficiência em casa.

**GRÁFICO 5 – Renda familiar**

Fonte: TAB. 3 – Pesquisa de dados

Esse perfil socioeconômico dos beneficiados permite uma aferição da demanda por programas de lazer e esporte pelas camadas vulneráveis da sociedade e demonstra que o PELC, nesse sentido, atinge o objetivo proposto, por meio da estratégia da focalização.

Infraestrutura dos bairros e municípios

Perguntamos aos entrevistados quais os serviços existentes no bairro e quais eram utilizados por eles e suas famílias. Todos os serviços consultados – escola infantil, escola fundamental particular, escolar fundamental pública, ensino médio particular, ensino médio público, ensino superior particular, ensino superior público, ensino especial, centro de saúde, centro de referência da assistência social, água tratada, esgoto sanitário, recolhimento de lixo, transporte coletivo, policiamento e outros programas de lazer e esporte – estão presentes em mais de 60% das localidades. O único serviço com cobertura em menos da metade dos locais é a unidade de saúde mental, presente em 46,8%.

A utilização de tais serviços é coerente com a idade predominante dos beneficiados desta amostra com a renda das famílias, uma vez que 83,8% disseram que utilizavam a escola fundamental pública.

Dos que têm tais serviços disponíveis, grande parte utiliza os centros de saúde (75,1%), água tratada (91%), esgoto sanitário (87%), recolhimento de lixo (94%), transporte coletivo (93%), policiamento (74%) e outros programas de esporte e lazer (73%).

Todos os serviços consultados – escola infantil, escola fundamental particular, escolar fundamental pública, ensino médio particular, ensino médio público, ensino superior particular, ensino superior público, ensino especial, centro de saúde, centro

de referência da assistência social, água tratada, esgoto sanitário, recolhimento de lixo, transporte coletivo, policiamento e outros programas de lazer e esporte – estão presentes em mais de 60% das localidades e são utilizados pelos entrevistados e suas famílias. O único serviço com cobertura em menos da metade dos locais é a unidade de saúde mental, presente em 46,8%.

A utilização de tais serviços é coerente com a idade predominante dos beneficiados desta amostra com a renda das famílias, dado que 83,8% disseram que utilizam a escola fundamental pública.

Dos que têm tais serviços disponíveis, grande parte utiliza os centros de saúde (75,1%), água tratada (91%), esgoto sanitário (87%), recolhimento de lixo (94%), transporte coletivo (93%), policiamento (74%) e outros programas de esporte e lazer (73%).

Uma das principais demandas dos brasileiros, de modo geral e em especial dos beneficiados pelo PELC, é por mais espaços e equipamentos de lazer¹³. Em todas as regiões do País percebe-se a precariedade e a má distribuição dos parques, das praças, a necessidade da construção de espaços esportivos, da criação de centros de convivências para todas as idades, enfim, a necessidade da melhoria da infraestrutura dos municípios para a vivência do lazer. Segundo Pelegrin (1996), o espaço de lazer possui uma importância especial na vida das pessoas, pois se caracteriza como possibilidades de encontro e convívio. Nesse sentido, a autora afirma:

Cabe às prefeituras, secretarias e aos órgãos públicos de administração em geral, a busca de soluções para realizar transformações necessárias no espaço de lazer, de forma que a população seja envolvida no processo, que seja levada em conta a relação de apropriação que os cidadãos estabelecem com o espaço urbano com um todo e, mais especificamente, com o espaço de lazer (PELEGRIN, 1996, p. 36).

A autora chama a atenção sobre a importância da criação de estratégias de mobilização das comunidades para a participação nas decisões governamentais sobre as condições urbanas para a vivência do lazer¹⁴. Pelegrin (2004) ainda afirma que os espaços de lazer têm significado político, e neles encontraremos relações de poder, de controle e de hegemonia, dependendo do uso que se faz deles e de como são organizados. A resultante dessas relações de poder é a tensão entre o público e o privado, que interfere diretamente nas vivências de lazer nos diferentes espaços. Mais uma vez estamos diante das concepções de homem, de sociedade e de direitos que se articulam aos programas e projetos desenvolvidos pelas políticas públicas.

Na pesquisa, foi identificada a existência, em mais de 50% dos locais amostrados, de espaços relativos às práticas de lazer, como as praças (80,6%) e parques (72,1%);

¹³ Ver quadros de demandas em Pinto *et al.* (2007), p. 109-207.

¹⁴ Vários estudos estão sendo desenvolvidos por pesquisadores do lazer sobre o espaço para as vivências do lazer. Vale destacar o trabalho de Costa (2010) sobre a mobilização popular para a conquista de espaço de lazer.

ginásio poliesportivo (71,3%); quadras esportivas públicas (82,3%) e privadas (69,8%); academias de ginástica públicas (61,4%) e privadas (79,9%); escola de natação (69%); campo de futebol (80,6%); clubes recreativos (63,4%); centro cultural (62,3%); museu (59,7%); cinema (58,1%); teatro (59%); shopping (60,3%); e biblioteca (65,6%). Apenas as brinquedotecas estão presentes em menos da metade dos locais (45,2%), conforme TAB. 4.

TABELA 4
Identificação da existência e utilização de equipamentos de lazer e esporte

Equipamento	Situação	Sim		Não		NS/NR		Total
		Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Praças de lazer	Existe	609	80,6	118	15,6	29	3,8	756
	Utiliza	492	80,8	112	18,4	5	0,8	609
Parques de lazer	Existe	545	72,1	184	24,3	27	3,6	756
	Utiliza	387	71,0	153	28,1	5	0,9	545
Ginásio poliesportivo	Existe	539	71,3	180	23,8	37	4,9	756
	Utiliza	291	54,0	241	44,7	7	1,3	539
Quadras públicas	Existe	622	82,3	104	13,8	30	4,0	756
	Utiliza	414	66,6	203	32,6	5	0,8	622
Quadras privadas	Existe	528	69,8	194	25,7	34	4,5	756
	Utiliza	122	23,1	399	75,6	7	1,3	528
Academia de ginástica pública	Existe	464	61,4	257	34,0	35	4,6	756
	Utiliza	162	34,9	295	63,6	7	1,5	464
Academia de ginástica privada	Existe	604	79,9	120	15,9	32	4,2	756
	Utiliza	94	15,6	504	83,4	6	1,0	604
Escola de natação	Existe	522	69,0	201	26,6	33	4,4	756
	Utiliza	102	19,5	415	79,5	5	1,0	522
Campo de futebol	Existe	609	80,6	120	15,9	27	3,6	756
	Utiliza	297	48,8	307	50,4	5	0,8	609
Clube recreativo	Existe	479	63,4	243	32,1	34	4,5	756
	Utiliza	161	33,6	312	65,1	6	1,3	479
Centro Cultural	Existe	471	62,3	240	31,7	45	6,0	756
	Utiliza	159	33,8	307	65,2	5	1,1	471
Museu	Existe	451	59,7	265	35,1	40	5,3	756
	Utiliza	150	33,3	295	65,4	6	1,3	451
Cinema	Existe	439	58,1	282	37,3	35	4,6	756
	Utiliza	200	45,6	234	53,3	5	1,1	439
Teatro	Existe	446	59,0	273	36,1	37	4,9	756
	Utiliza	174	39,0	265	59,4	7	1,6	446
Shopping	Existe	456	60,3	268	35,4	32	4,2	756
	Utiliza	289	63,4	162	35,5	5	1,1	456
Biblioteca	Existe	496	65,6	226	29,9	34	4,5	756
	Utiliza	283	57,1	206	41,5	7	1,4	496
Brinquedoteca	Existe	342	45,2	368	48,7	46	6,1	756
	Utiliza	85	24,9	251	73,4	6	1,8	342

Fonte: Pesquisa de dados

Alguns desses dados diferem e outros se aproximam da realidade nacional. Segundo o Anuário de Estatísticas Culturais do País (2009), elaborado com base em pesquisas do IBGE de 2005-2006, apenas 8,7% dos municípios brasileiros possuem salas de cinemas, sendo que a concentração maior é na região Sudeste; 21,2% dos municípios possuem teatros ou salas de espetáculo; apenas 2,3% dos municípios brasileiros possuem escolas/oficinas/cursos de circo; 21,9% dos municípios têm museus, sendo que em todas as regiões houve elevação na presença do equipamento; cerca de 90% dos municípios possuem bibliotecas públicas, provavelmente no interior das instituições educacionais (nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, esse percentual é de 100%); 34% dos municípios brasileiros possuem livrarias (os percentuais mais significativos são observados entre os Estados das Regiões Sul e Sudeste).

Na distribuição percentual dos equipamentos culturais nos municípios brasileiros em 2006, as bibliotecas públicas (88,1%), os estádios/ginásios poliesportivos (82,4%), as videolocadoras (82%), os clubes recreativos (72,8%) e as lojas de discos/CDs/DVDs/fitas (68,8%) apresentaram as maiores representatividades (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009). Nessa pesquisa, os shoppings aparecem em último lugar, com 7%, no entanto, o Diário do Grande ABC (2010) noticiou recentemente que, segundo a Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop) o Brasil ocupa a oitava posição mundial em número de centros de compras construídos. Freitas (2004) afirma que o *shopping center* em muitas cidades brasileiras é uma extensão da casa e da escola e exerce um verdadeiro fascínio sobre os jovens. Eles constituem como um espaço de lazer aliado ao consumo.

Os dados da pesquisa revelam que dos espaços e equipamentos de lazer existentes nos municípios, os que são utilizados por mais da metade dos que os têm disponíveis são as praças (80,8%) e parques (71%) de lazer, as quadras esportivas públicas (66,6%), os shoppings (63,4%), as bibliotecas (57,1%) e os ginásios poliesportivos (54%), conforme TAB. 4 e Gráfico 6.

Rechia (2007, p. 325) contribui com o debate sobre os espaços e equipamentos de lazer afirmando que no urbano “fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e os interesses dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade”. Assim, a autora considera a cidade um espaço privilegiado para que os sujeitos vivam, de forma articulada, todas as dimensões do cotidiano, como o trabalho, o lazer, o esporte, a educação, a política, a religião, dentre outras. Nesse sentido, o zelo e a apropriação da cidade como patrimônio público não se tornam responsabilidade apenas do Poder Público, mas um dever do cidadão, que tem o direito de reivindicá-lo. Rechia (2007, p. 329) destaca, também, a importância da participação comunitária nesse aspecto, dizendo que é necessário “não ignorar a necessidade de se preparar a comunidade para que ela própria tenha autonomia para escolher e conduzir as experiências no âmbito do lazer/esporte/cultura que melhor lhe convierem” .

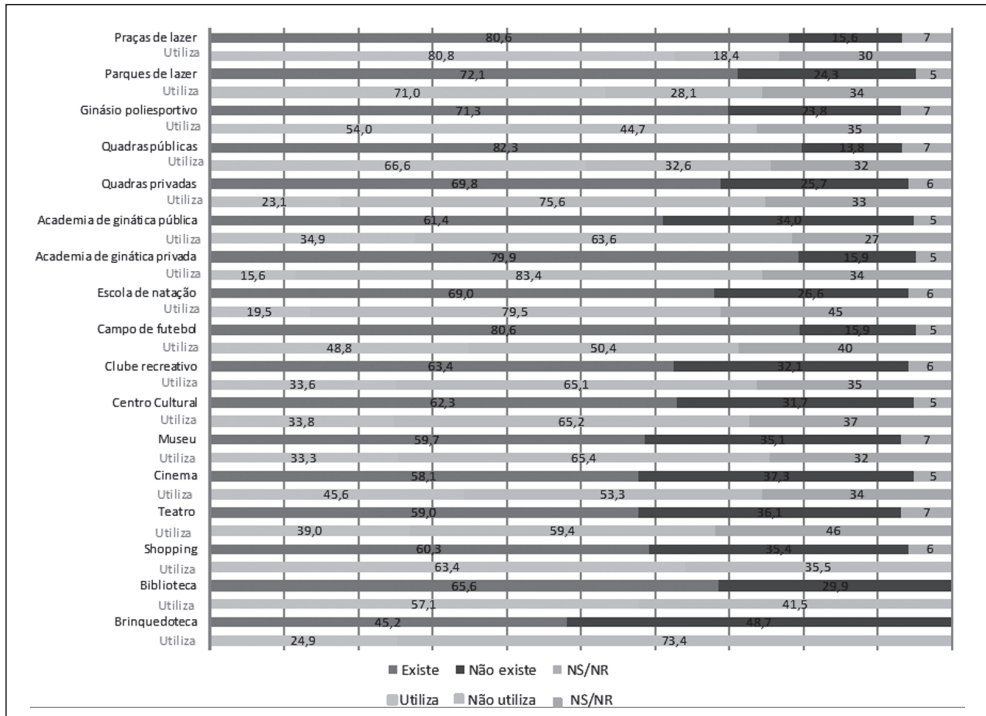


GRÁFICO 6 – Identificação da existência e utilização de equipamentos de esporte e lazer
 Fonte: TAB. 4 – Pesquisa de dados

O PELC tem muito a contribuir com essa preparação e com a superação das desigualdades vivenciadas nas cidades no momento do lazer, como denunciado por Melo (2005). Para mudar esse quadro o caminho a ser percorrido ainda é longo. Será necessário, como diz Rodrigues (2010), “educar as mentalidades, pois a política de esporte e lazer ainda é ressentida. Os sujeitos a compreendem como se fosse uma benesse para a população. Não é como a educação e a saúde. Reivindicar um campo de futebol é constrangedor diante a necessidade da construção de escolas e hospitais. É preciso conscientizar a população do seu direito a ter direitos”.¹⁵

Participação no PELC

Quando questionados, apenas 1% dos entrevistados não identificou a atividade que realiza como sendo do PELC. Pode-se aferir que as pessoas identificam o Programa, provavelmente, por serem informados pelos núcleos e a atividade estar a ele articulada.

¹⁵ Rejane Penna Rodrigues é Secretária Nacional de Esporte e Lazer (SNDEL).

Dentre as atividades praticadas pelos participantes, as mais citadas foram o futebol (27,5%), futsal (11,6%), ginástica (11,2%) e dança (9,8%). A somatória das modalidades do futebol (39,1%) retrata sua hegemonia. Os 60,9% restantes são preenchidos por várias outras atividades, o que demonstra a diversidade de práticas existentes no PELC, dentre elas a capoeira (5,7%), o vôlei (4,8%), o teatro (4,2%), a hidroginástica (4,2%) e a informática (3,3%). Outros esportes, o artesanato e aulas de violão aparecem com pouca expressividade.

O lazer é um fenômeno com múltiplas possibilidades. Há que ressaltar a necessidade de contemplar todos os conteúdos culturais do lazer (DUMAZEDIER, 1980), ou seja, os físico-desportivos, os artísticos, os manuais, os intelectuais, os sociais, os turísticos (CAMARGO, 1986) e os virtuais (SCHWARTZ, 2004), pois os sujeitos não são iguais, cada um tem interesses diferenciados que se agregam a outros e se tornam coletivos. Do mesmo modo, quanto maior for a oferta, assim também será a possibilidade de fazer escolhas. Apesar de o Programa ser voltado para o lazer, curiosamente são citados cursos profissionalizantes como para atuar em padarias e manicure.

TABELA 5
Atividades identificadas pelos beneficiados

Atividades	Frequência	Percentual
Futebol	208	27,5
Futsal	88	11,6
Ginástica	85	11,2
Dança	74	9,8
Capoeira	43	5,7
Volei	36	4,8
Hidroginástica	32	4,2
Teatro	32	4,2
Informática	25	3,3
Natação	14	1,9
Artesanato	12	1,6
Violão	10	1,3
Queimada	8	1,1
Cambio	8	1,1
<i>Kickboxing</i>	4	0,5
Judô	4	0,5
Kartate	3	0,4
Pilates	3	0,4
<i>Handebol</i>	3	0,4
Totó	2	0,3
Curso de manicure	2	0,3
Salão	2	0,3
Exercício físico	2	0,3
Atletismo	2	0,3
Curso de padaria	2	0,3
Tênis de mesa	1	0,1

Continua...

Continuação...

Alongamento	1	0,1
Kung-Fu	1	0,1
NR	49	6,5
Total	756	100

Fonte: Pesquisa de dados

Mais da metade dos participantes participa do Programa há seis meses ou menos. O restante se divide quase meio a meio entre os que participam entre sete meses e um ano e há mais de um ano, conforme TAB. 6. A média de tempo de participação é de quase sete meses. Um dos motivos dessa participação ser ainda recente pode se justificar pelo processo de assinatura dos convênios, principalmente em relação à continuidade deles.

TABELA 6
Tempo de participação no programa

Tempo	Frequência	Percentual
Um a seis meses	411	54,4
Sete meses a um ano	170	22,5
Mais de 1 ano	171	22,6
NR/NS	4	0,5
Total	756	100

Fonte: Pesquisa de dados

O principal motivo que levou os participantes a entrar no PELC foi o fato de gostarem de praticar atividades lúdicas (27,1%). Em seguida, a busca de qualidade de vida (17,3%), a possibilidade de conquistar novos amigos (14,4%) e o fato de considerarem as atividades atrativas (14%), conforme TAB. 7.

TABELA 7
Motivos para participar do PELC

Motivo para participar	Frequência	Percentual
Gostar de praticar atividades lúdicas	205	27,1
Busca de qualidade de vida	131	17,3
Fazer amigos	109	14,4
Atividades atrativas	106	14,0
Indicação médica	49	6,5
Não paga – Atividades gratuitas	32	4,2
Disponibilidade de tempo	23	3,0
Ser jogador de futebol	22	2,9
Outros	76	10,1
NR/NS	3	0,4
Total	756	100,0

Fonte: Pesquisa de dados

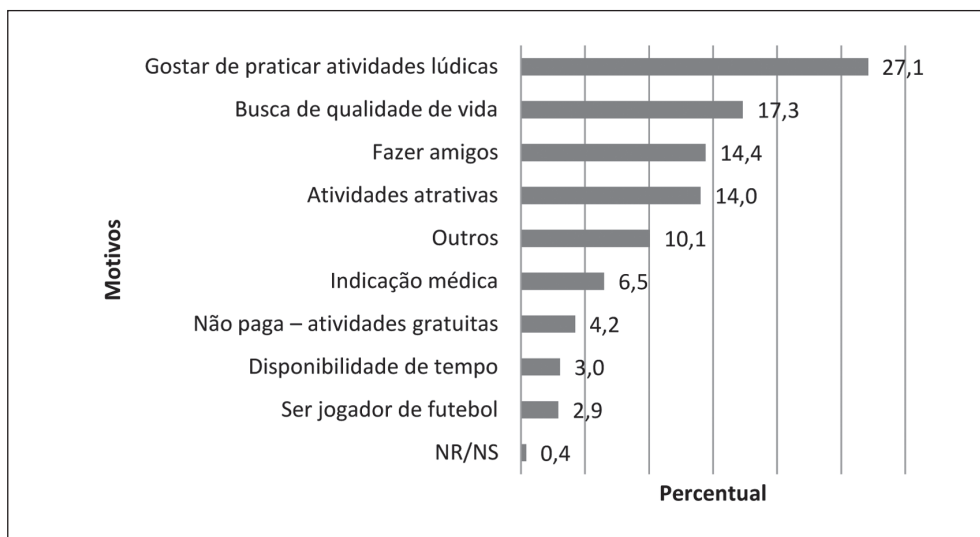


GRÁFICO 7 – Motivos para participar do PELC

Fonte: TAB. 7 – Pesquisa de dados

Em geral, o primeiro contato com o núcleo do PELC ocorreu por meio de algum parente, amigo, conhecido ou alguém da comunidade, deixando claro que a principal propaganda do Programa é o “boca a boca”, que se torna um eficaz instrumento para influenciar a decisão de participar ou não.

Inserção do beneficiado no PELC

Quanto aos objetivos do PELC, foi perguntado: “Na sua opinião, qual é o principal objetivo do PELC? A resposta foi espontânea e categorizada, posteriormente, de acordo com a sua natureza. 15,1% responderam que não sabiam qual era. Entre os que responderam, 36,2% respondeu algo relativo à inclusão social e desenvolvimento pessoal. 15,2 respondeu algo relativo aos esportes e 13,8% relativo ao lazer, somados representam 29% das respostas. 11,6% acredita que o objetivo do PELC está relacionado à saúde e à qualidade de vida. Apenas 5% relaciona-o à profissionalização e 2,5% não respondeu, conforme TAB. 8.

Percebe-se que os beneficiados não têm clareza dos objetivos do Programa. Essa também é uma situação que merece um pouco mais de atenção dos coordenadores de núcleos e dos agentes sociais, aqueles que estão em contato direto com o público, no sentido de qualificar as práticas, de modo que os sujeitos possam atribuir-lhes novos sentidos e significados.

As categorizações das respostas daqueles que identificaram os objetivos possibilitou aferir que o principal é a inclusão social e o desenvolvimento tanto individual quanto da coletividade.

TABELA 8
Percepção do objetivo do PELC

Objetivo (natureza)	Frequência	Percentual
Inclusão social de desenvolvimento pessoal	274	36,2
Esporte	115	15,2
Não sabe	114	15,1
Lazer	104	13,8
Saúde e qualidade de vida	88	11,6
Profissionalização	38	5,0
Não respondeu	19	2,5
Outros	4	0,5
Total	756	100,0

Fonte: Pesquisa de dados

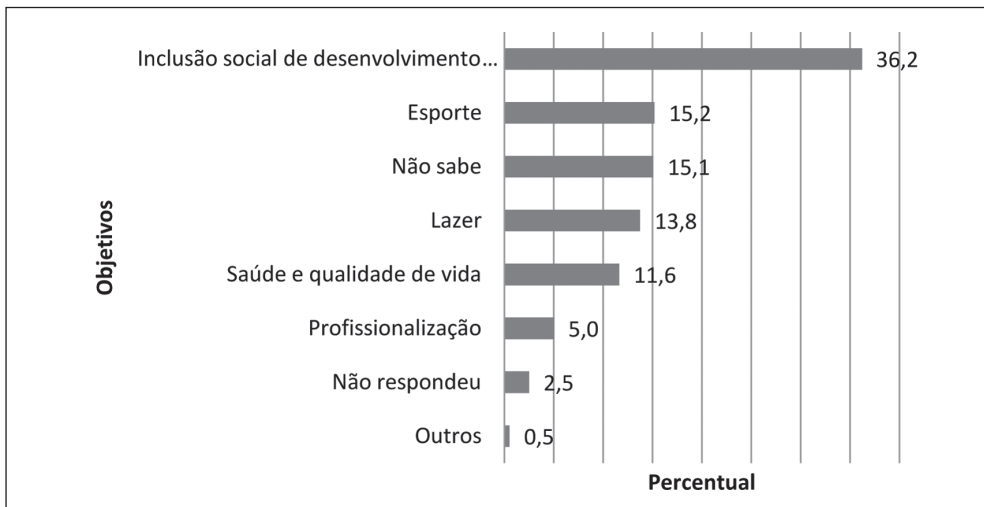


GRÁFICO 8 – Percepção do objetivo do PELC
Fonte: TAB. 8 – Pesquisa de dados

Questionados sobre qual instância de governo desenvolve o PELC, 37,3% reconheceram que é o Governo Federal, 31,6% o Municipal e 16,7% o Estadual. A opinião quase dividida entre as instâncias federal e municipal deve-se ao caráter local conferido às atividades em razão das parcerias com entidades municipais, principalmente as prefeituras, vereadores, tendo em vista que cada núcleo é específico de uma cidade apesar de todos serem financiados com o mesmo recurso federal. O percentual de identificação do Programa foi mais significativo entre aqueles que participam num período de sete meses a um ano (57,1%).

Sobre a área do governo que cuida do PELC, 69,4% afirmaram que a área de esporte e lazer era a responsável; 11,1% disseram que era somente a área de esporte; 19,5% citaram áreas não ligadas ao esporte; 8% afirmaram que não sabiam e apenas 1,1% considerou ser a da segurança pública; muito provavelmente esses são beneficiados pelo PRONASCI/PELC.

Sobre os critérios de seleção para o Programa, 68% disseram que não sabiam se havia algum modo de escolha dos beneficiados que participaram das atividades propostas. Esse percentual é encontrado independentemente do tempo de participação, o que pode significar a ausência do critério. Partindo do pressuposto de que o lazer tem como característica a liberdade de escolha para a realização de atividades culturais, preferencialmente aquelas que dão prazer, alegria e bem-estar ao sujeito, um Programa como o PELC não deve estabelecer critérios para a participação. Ela deve ser incentivada e respeitar os interesses dos envolvidos. Entretanto, 31% dos entrevistados afirmaram que sabiam como era realizado o processo, e os critérios apontados foram a seleção por idade, o fato de levar os documentos solicitados, atestado médico e/ou fazer exames e estar matriculado na escola. Uma recomendação é de que os gestores verifiquem onde tais situações estão ocorrendo, pois o critério de seleção pode ser motivo de exclusão, e não de participação de pessoas da comunidade.

Sobre o lazer

Para captar o entendimento de lazer dos entrevistados foi feita a pergunta aberta: “O que é lazer para você?” Foram diversas as respostas e, de certa forma, contemplaram uma diversidade de ofertas, com destaque para o esporte. Essas respostas foram categorizadas e permitiram perceber um entendimento de lazer já cristalizado no senso comum, que o reconhece apenas como as atividades que são realizadas e, ainda, como atitude, ou seja, o que essas atividades significam (fazer o que se gosta, ter prazer, melhoria da qualidade de vida, dentre outras).

Interessante pensar que na teoria do lazer encontramos, em vários autores, a categoria “tempo” como determinante para a vivência do lazer. Marcellino (1987) afirma que numa sociedade capitalista como a nossa, o tempo não é “livre”, pelo contrário, ele está sujeito a coações constantes do próprio sistema. Com base nessas reflexões, ele propõe que os sujeitos disponibilizem um tempo na vida para a vivência do lazer. Gomes (2004) se apoia em Bramante para afirmar que o tempo para essas vivências deve ser conquistado por cada um de nós. No caso desta pesquisa, levando em consideração o público investigado, a categoria tempo não teve relevância.

Também o espaço é destacado nas categorizações. Nesta pesquisa ele se configurou como uma atividade – por exemplo, ir à *lan house*, ir ao cinema, dentre outras.

Os percentuais obtidos foram: 54,2% definem o lazer como atividade, revelando a similaridade do senso comum e evidencia a necessidade de processos de ressignificação do entendimento de lazer. 39,4% como atitude e apenas 1,1% relativo ao tempo, conforme Tabela e Gráfico 9.

TABELA 9
O que é lazer para o beneficiado

O que é lazer	Frequencia	Percentual
Atividades	410	54,2
Atitude	298	39,4
Não sabe	22	2,9
Não respondeu	18	2,4
Tempo	8	1,1
Total	756	100,0

Fonte: Pesquisa de dados

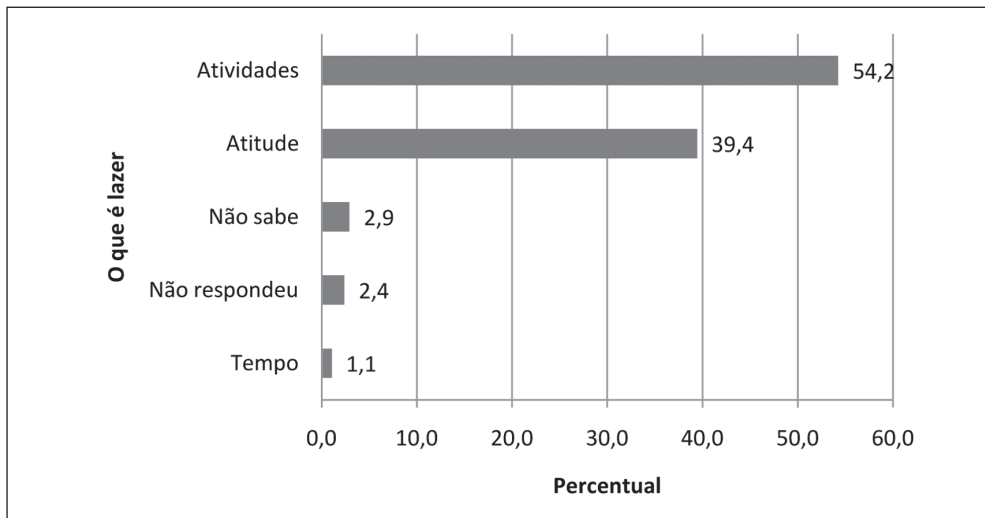


GRÁFICO 9 – O que é lazer para o beneficiado
Fonte: TAB. 9 – Pesquisa de dados

A maioria dos participantes afirmou que tinham momentos de lazer também fora das atividades do PELC. Os que só os tinham no Programa se concentram na faixa etária de 24 a 56 anos, e para essas pessoas este é considerado um momento de descontração em meio à rotina e aos compromissos de trabalho e familiares. Os principais motivos para não ter outros momentos de lazer são a falta de dinheiro, 19,6%, falta de tempo, 18,2% e falta de espaço, 11,5%. 15,4% afirmaram que não tinham mais atividades de lazer por opção, conforme Tabela 10.

TABELA 10
Fatores que dificultam a realização de atividades de lazer – Somatório das respostas

Fatores identificados	Frequência		Somatório das opções	Percentual
	1a opção	2a opção		
Não se aplica – Respondeu SIM na questão “vive ou tem lazer em outros momentos fora do PELC”	513	513		
Respondeu apenas 1 opção		129		
Falta de dinheiro	48	22	70	19,6
Falta de tempo	57	8	65	18,2
Não tem dificuldade	51	4	55	15,4
Falta de lugar/espaço	26	15	41	11,5
Falta de evento/Programação na cidade	13	16	29	8,1
Falta de divulgação / informação	14	8	22	6,2
Falta de companhia	13	9	22	6,2
Outras obrigações: familiares, políticos, religiosos e outro	5	12	17	4,8
Falta de conhecimento sobre as possibilidades do lazer	4	11	15	4,2
Não gostar de sair de casa	6	1	7	2,0
Não gosta de lugar com muitas pessoas		5	5	1,4
Falta de vontade	2	3	5	1,4
Não sabe	3		3	0,8
Violência	1		1	0,3
Total	756	756	357	100,0

Fonte: Pesquisa de dados

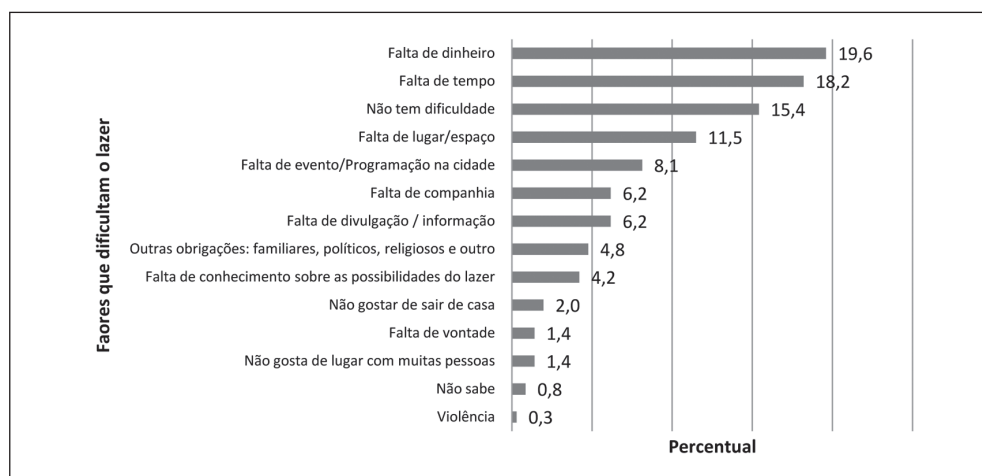


GRÁFICO 10 – Fatores que dificultam a realização de atividades de lazer – Somatório das 1ª e 2ª opções

Fonte: TAB.10 – Pesquisa de dados

Benefícios percebidos com a participação no PELC

Os benefícios mais citados foram categorizados na perspectiva individual, com destaque para o desenvolvimento pessoal (autoestima, bem-estar, melhoria no convívio social, comportamento, aprendizado, disciplina, dentre outros), com 23,7%; a melhoria da saúde e da qualidade de vida (condicionamento físico, disposição, emagrecer) com 23,1%; melhoria nas vivências do lazer com 13,1% e melhoria nas práticas dos esportes com 10,6%. Observa-se que 13,1% disseram que não percebiam nenhum benefício, conforme Tabela e Gráfico 11.

TABELA 11
Principal benefício percebido pelo beneficiado

Principal benefício percebido	Frequência	Percentual
Desenvolvimento pessoal	179	23,7
Melhoria na saúde e na qualidade de vida	175	23,1
Melhoria nas vivências do lazer	99	13,1
Não há benefícios – resposta Não para a identificação de benefícios	99	13,1
Melhoria nas práticas dos esportes	80	10,6
Não sabe	67	8,9
Melhoria na comunidade	46	6,1
Respondeu sim, mas não soube identificar os benefícios	11	1,5
Total	756	100,0

Fonte: Pesquisa de dados



GRÁFICO 11 – Principal benefício percebido pelo beneficiado
Fonte: TAB. 11 – Pesquisa de dados

Quando questionados sobre as mudanças em aspectos do dia a dia após o início das atividades no PELC, houve melhoria em todos os quesitos entre mais de 75% dos beneficiados, nesta ordem: convívio social, capacidade de escolher as atividades de lazer, condição da saúde, capacidade de comunicar e defender suas ideias, cuidado com a alimentação, qualidade do sono e convívio familiar.

Também aumentou o interesse pelas vivências de lazer, a disposição para se exercitar fisicamente e para as atividades diárias, a autoestima, o tempo dedicado e o envolvimento em movimentos sociais e comunitários.

TABELA 12
Percepção do beneficiado às mudanças do dia a dia atribuídas ao PELC

Percepção de mudanças	Melhorou		Não alterou		Piorou		NS/NR		Total
Envolvimento nas atividades dos movimentos sociais e comunitários depois que começou a participar das atividades do PELC?	549	73,6	192	25,7	3	0,4	12	0,3	756
Convívio familiar depois que começou a participar das atividades do PELC	570	75,4	176	23,3	7	0,9	3	0,4	756
Qualidade do sono depois que começou a participar das atividades do PELC	588	77,8	159	21,0	7	0,9	2	0,3	756
Cuidado com a alimentação depois de participar das atividades do PELC	603	79,8	147	19,4	5	0,7	1	0,1	756
Capacidade de comunicação e defesa de ideias depois de participar das atividades do PELC	605	80,0	142	18,8	4	0,5	5	0,7	756
Capacidade para escolher as atividades de lazer depois que começou a participar das atividades do PELC	631	83,5	119	15,7	4	0,5	2	0,3	756
Tempo dedicado ao lazer depois que começou a participar das atividades do PELC	636	84,1	103	13,6	11	1,5	6	0,8	756
Condição de saúde depois que começou a participar das atividades do PELC	648	85,7	101	13,4	4	0,5	3	0,4	756
Auto estima – gostar de si mesmo (a) – depois que começou a participar das atividades do PELC	650	86,0	94	12,4	9	1,2	3	0,4	756
Convívio social – relação com os amigos – depois que começou a participar das atividades do PELC	651	86,1	99	13,1	5	0,7	1	0,1	756
Disposição para as atividades diárias depois que começou a participar das atividades do PELC	667	88,2	75	9,9	12	1,6	2	0,3	756
Disposição para se exercitar fisicamente depois que começou a participar das atividades do PELC	669	88,5	78	10,3	6	0,8	3	0,4	756
Interesse pelas vivências de lazer depois que começou a participar das atividades do PELC	679	89,8	70	9,3	4	0,5	3	0,4	756

Fonte: Pesquisa de dados

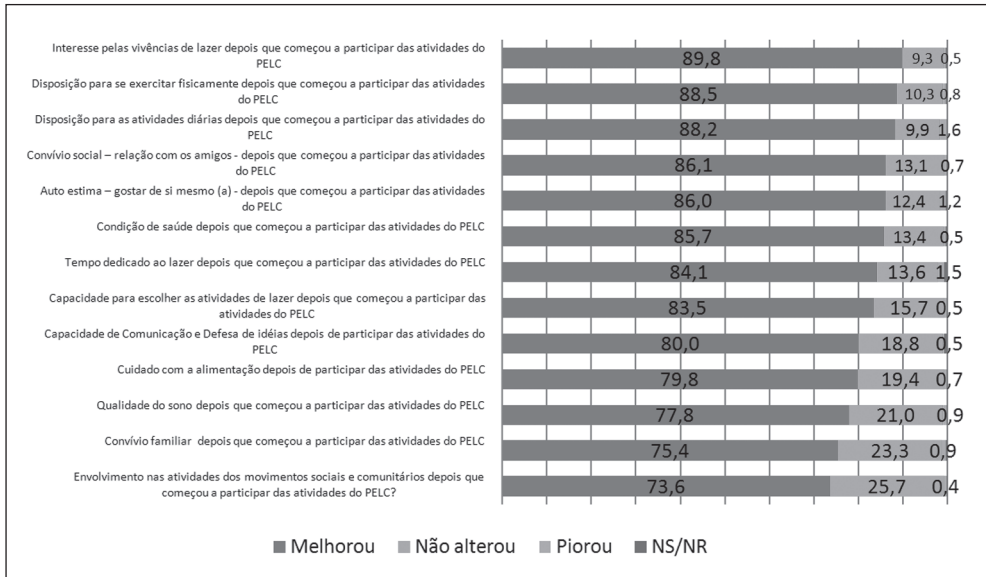


GRÁFICO 12 – Percepção do beneficiado às mudanças do dia adia atribuídas ao PELC
 Fonte: TAB. 12 – Pesquisa de dados

Dos beneficiados, 58,7% afirmaram que começaram a praticar atividades de lazer que não faziam antes de entrar no PELC, mostrando que, além de melhorar diversos aspectos na vida dos participantes, o Programa também estimula novas práticas culturais.

TABELA 13
O beneficiado pratica, hoje, alguma atividade de lazer que não praticava antes de participar das atividades do PELC?

Resposta	Frequência	Percentual
Não	310	41,0
Sim	444	58,7
Não sabe	2	0,3
Total	756	100,0

Fonte: Pesquisa de dados

Metade também afirmou que passou a frequentar espaços de esporte e lazer diferentes dos que frequentava antes do PELC, outro indício dessa mudança de hábitos introduzida pelo Programa.

Estrutura e funcionamento do PELC

Foram feitas perguntas sobre a estrutura e o funcionamento do programa para avaliar o grau de informação dos beneficiados sobre ele. Vários aspectos eram do

conhecimento de mais da metade dos participantes e confirmadas que ocorrem, como: acesso gratuito, 94,4%; atividades realizadas por agente social, professor ou estagiário, 91,5%; realização de eventos, para 81,1%; reconhecimento e valorização da cultura da comunidade para 77,5%; atendimento a todas as idades, 74,2% e atendimento de pessoa com deficiência, 60,8%, conforme Tabela 14 e Gráfico 13.

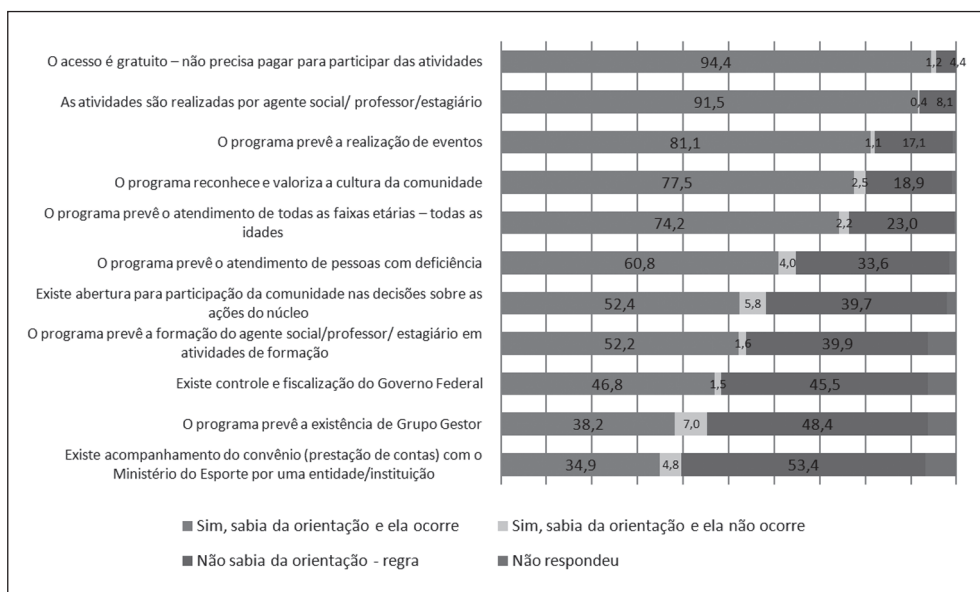


GRAFICO 13 – Conhecimento das regras de funcionamento e organização dos núcleos

Fonte: TAB. 14 – Pesquisa de dados

Observa-se na Tabela 14 e no Gráfico 13 que os aspectos relativos ao compartilhamento da gestão do núcleo são menos reconhecidos pelos beneficiados, tais como: participação nas decisões, 52,4%; formação dos agentes, 52,2%; existência do controle do governo federal, 46,8%, existência do grupo gestor, 38,2% e existência de uma entidade de controle, 34,9%.

Sobre a participação em atividades consideradas como regras do Programa, na maioria delas a maior parte dos entrevistados disse que nunca havia participado. Em proporção menor, os entrevistados afirmam ter ficado sabendo das regras ou atividades: decisão sobre atividades e eventos do PELC, 41,3%; escolha dos representantes dos beneficiados do PELC no Grupo Gestor, apenas 21,6%; avaliação das atividades e/ou eventos realizados, 29,9%; atividade de prestação de contas, 19,5%; e reuniões com o governo municipal ou estadual sobre esporte e lazer no município, apenas 18,4%, conforme TAB. 15. Esses dados se tornam preocupantes quando se leva em conta o objetivo do Programa de se tornar um espaço que incentive a participação da comunidade em todas as decisões, de modo a construir sua autogestão.

TABELA 14
Conhecimento das regras de funcionamento e organização dos núcleos

Conhecimento e ocorrência da regra	Sim, sabia da orientação e ela ocorre		Sim, sabia da orientação e ela não ocorre		Não sabia da orientação / Não conhecia a regra		Não respondeu		Total
O acesso é gratuito – não precisa pagar para participar das atividades	714	94,4	9	1,2	33	4,4	0	0,0	756
As atividades são realizadas por agente social/ professor/ estagiário	692	91,5	3	0,4	61	8,1	0	0,0	756
O programa prevê a realização de eventos	613	81,1	8	1,1	129	17,1	6	0,8	756
O programa reconhece e valoriza a cultura da comunidade	586	77,5	19	2,5	143	18,9	8	1,1	756
O programa prevê o atendimento de todas as faixas etárias – todas as idades	561	74,2	17	2,2	174	23,0	4	0,5	756
O programa prevê o atendimento de pessoas com deficiência	460	60,8	30	4,0	254	33,6	12	1,6	756
Existe abertura para participação da comunidade nas decisões sobre as ações do núcleo	396	52,4	44	5,8	300	39,7	16	2,1	756
O programa prevê a formação do agente social/professor/ estagiário em atividades de formação	395	52,2	12	1,6	302	39,9	47	6,2	756
Existe controle e fiscalização do Governo Federal	354	46,8	11	1,5	344	45,5	47	6,2	756
O programa prevê a existência de Grupo Gestor	289	38,2	53	7,0	366	48,4	48	6,3	756
Existe acompanhamento do convênio (prestação de contas) com o Ministério do Esporte por uma entidade/ instituição	264	34,9	36	4,8	404	53,4	52	6,9	756

Fonte: Pesquisa de dados

TABELA 15
Participação na gestão e controle social

Situações de participação	Já fui convidado/ fiquei sabendo e participei		Já fui convidado/ fiquei sabendo, mas não participei		Nunca fui convidado ou não fiquei sabendo		Não respondeu		Total
Participou de alguma atividade realizada com outros núcleos do PELC?	404	53,4	345	45,6	4	0,5	3	0,4	756
Participou ou já foi convidado para alguma decisão sobre as atividades ou eventos do PELC?	267	35,3	45	6,0	437	57,8	7	0,9	756
Já foi convidado a participar ou ficou sabendo de alguma atividade (reunião, preenchimento de questionário ou entrevista) de avaliação das atividades ou eventos do PELC	182	24,1	44	5,8	504	66,7	26	3,4	756
Já foi convidado a participar da escolha do representante dos beneficiados do PELC no Grupo Gestor?	118	15,6	45	6,0	567	75,0	26	3,4	756
Já foi convidado a participar ou ficou sabendo de alguma reunião com o governo municipal (prefeitura) ou governo estadual sobre esporte e lazer na sua comunidade	99	13,1	40	5,3	589	77,9	28	3,7	756
Já foi convidado a participar ou ficou sabendo de alguma atividade de prestação de contas das atividades ou eventos do PELC	95	12,6	52	6,9	579	76,6	30	4,0	756

Fonte: Pesquisa de dados

Algo que também é estimulado pelo PELC é a integração entre diferentes núcleos. Mais da metade dos beneficiários entrevistados afirmou que já havia participado de atividades dessa natureza e praticamente todos disseram que era importante ou muito importante que isso ocorresse. Essa situação é mais bem observada com a orientação para a realização dos eventos. O Programa prevê a realização de quatro eventos por ano nos núcleos e destaca que não devem ter como característica principal a eventualidade ou a culminância de processos desenvolvidos nas oficinas. Ao contrário, deve ser entendido como uma ação estratégica de mobilização para que outras pessoas possam conhecer o Programa e dele participar. Pode significar, também, um momento para envolver aqueles que não participam por motivos diversos e que, pelo menos nos eventos, conseguem fazê-lo.

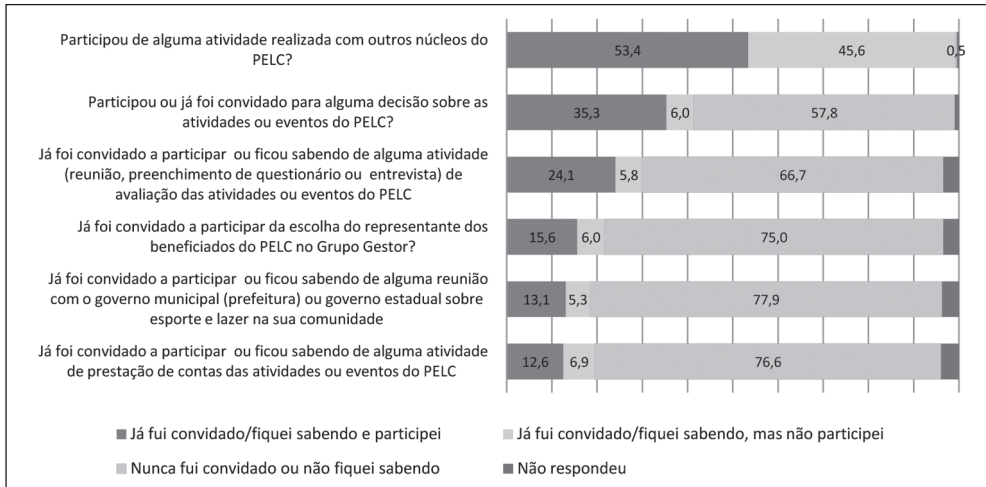


GRÁFICO 14 – Participação na gestão e controle social

Fonte: TAB. 15 – Pesquisa de dados

Para avaliar o impacto dos eventos na comunidade, bem como a satisfação dos beneficiados, faz-se necessário a construção de outros indicadores e instrumentos. É importante salientar que a organização e a participação da comunidade nesses momentos deve ser incentivada e poderá contribuir para a gestão compartilhada e para a constituição da noção do lazer como direito, previstas nos objetivos do Programa.

Um cenário investigado com os entrevistados é o que aconteceria caso as atividades do PELC fossem encerradas em seu núcleo, considerando uma possível mudança de convênios ou fim de recursos para o Programa. Mais da metade afirmou que as atividades de fato seriam encerradas, mas a comunidade reivindicaria sua continuidade. Esse dado é importante, pois revela que alguns beneficiados já percebem o lazer como direito. Outros disseram que as atividades realmente seriam terminadas e a comunidade não faria nada. Uma pequena parcela disse que a comunidade continuaria as atividades na mesma condição.

TABELA 16
Ação coletiva após o fim do convênio

O que aconteceria após o fim do convênio	Frequência	Percentual
As atividades seriam encerradas e a comunidade reivindicaria a continuidade das atividades na prefeitura	405	53,6
As atividades seriam encerradas e a comunidade não faria nada	232	30,7
A comunidade continuaria as atividades nas mesmas condições existentes	91	12,0
Não sabe	24	3,2
Não respondeu	4	0,5
Total	756	100,0

Fonte: Pesquisa de dados

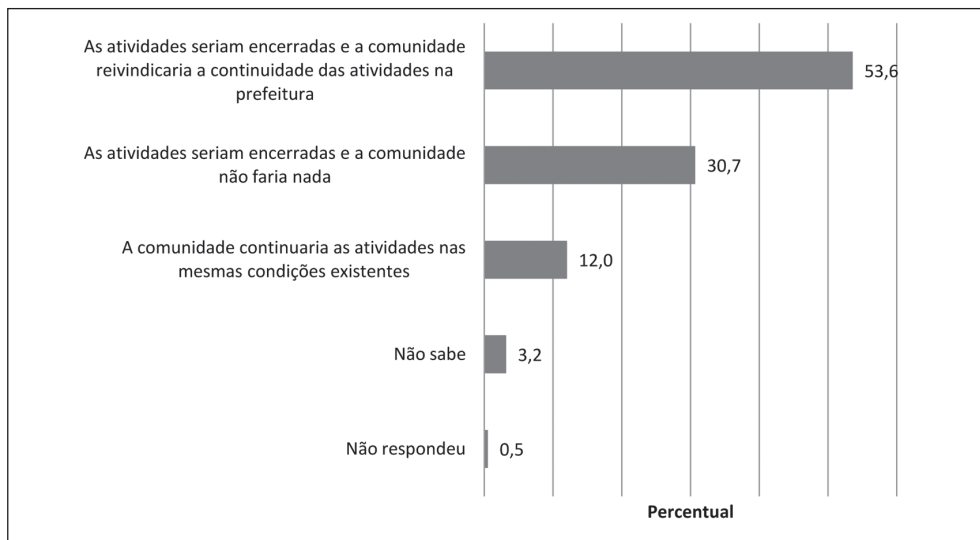


GRÁFICO 15 – Ação coletiva após o fim do convênio

Fonte: TAB. 16 – Pesquisa de dados

Outra leitura possível é a de que os recursos oferecidos pelo PELC são fundamentais na maioria das comunidades e viabilizam a prática de esportes e atividades de lazer de pessoas, já que são áreas de baixo ingresso e vulnerabilidade social.

Nessa situação, mais da metade dos entrevistados disse que tentaria mobilizar a comunidade para reivindicar à prefeitura a continuidade das atividades e outros afirmaram que continuariam as atividades sozinhos em casa.

TABELA 17
Atitude individual com o fim do convênio

Atitude em relação à atividade de lazer após o fim deste convênio com o PELC	Frequência	Percentual
Mobilizaria a comunidade para reivindicar na prefeitura a continuidade das atividades	415	54,9
Continuaria praticando as atividades na minha casa	119	15,7
Não faria nada e ficarei aguardando alguém fazer algo	110	14,6
Mobilizaria a comunidade para continuar as atividades sem a participação de órgãos públicos	85	11,2
Não sabe	24	3,2
Não respondeu	3	0,4
Total	756	100,0

Fonte: Pesquisa de dados

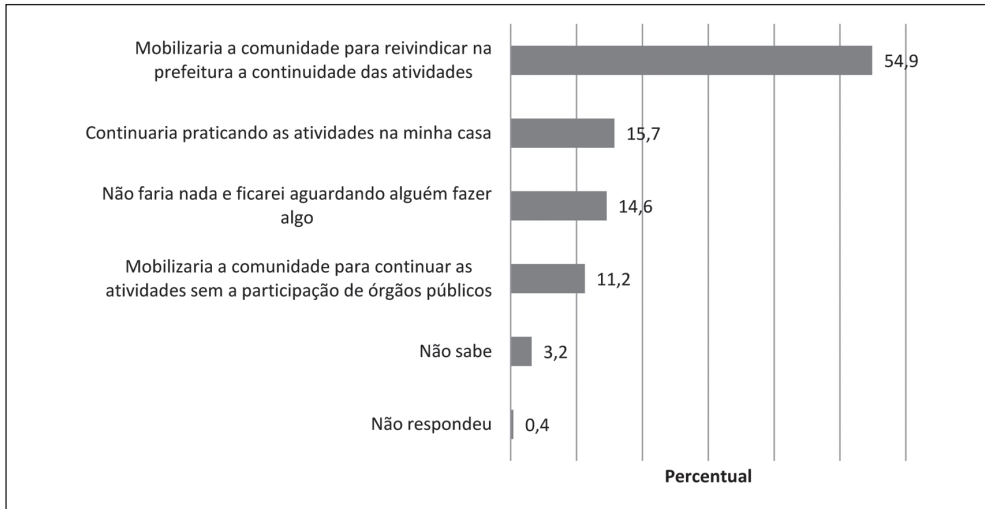


GRÁFICO 16 – Atitude individual com o fim do convênio
 Fonte: TAB. 17 – Pesquisa de dados

Novamente percebe-se a dependência dos recursos repassados pelo Governo Federal e a vontade dos beneficiados de continuar com o Programa, já que a maioria buscaria formas de reivindicar para que ele não fosse interrompido.

Sobre o PELC/Núcleo

A avaliação do espaço disponível nos núcleos do PELC, divididos entre oito cidades das cinco regiões brasileiras, conforme descrito no capítulo 3. [N-Belém (5,4%); NE-Olinda e Recife (9,4%); CO-Brasília (16%); SE-Osasco e Betim (41,9%); e S-Novo Hamburgo e Nova Prata (28,4%)], em geral, foi positiva, com grande maioria de respostas de que o local onde acontecem as atividades é bom, assim como o espaço interno e externo.

A infraestrutura foi avaliada pela maioria como boa: iluminação, ventilação, limpeza e segurança. No entanto, todos os itens apresentaram entre 19,1% e 29,9% de avaliação regular ou ruim, o que mostra que podem ser melhorados.

Esses dados são preocupantes. Por ocasião das visitas dos pesquisadores nas cidades da amostra e nos núcleos do Programa, foram identificados, em quase todos os locais, problemas sérios na infraestrutura: falta de bebedouros, banheiros, cobertura do sol, limpeza, segurança, dentre outros. As respostas nos fazem concluir que, sendo o público atendido, em sua maioria, de baixa renda e vivendo em situações precárias, o que está sendo oferecido ainda é melhor do que o vivido na realidade por ele.

A organização e funcionamento também tiveram avaliação positiva: quantidade e qualidade de material esportivo, horário e diversificação das atividades, atuação do

agente social responsável e do coordenador do núcleo e a comunicação e a divulgação das ações.

TABELA 18
Avaliação da organização, funcionamento e infraestrutura

Itens	Bom		Regular		Ruim		Não existe		NS/NR		Total
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	
Atuação do agente social – Atual responsável pelas atividades	699	92,5	43	5,7	9	1,2	2	0,3	3	0,4	756
Horário das atividades	667	88,2	69	9,1	18	2,4	0	0,0	2	0,3	756
Atuação do coordenador do núcleo	655	86,6	57	7,5	9	1,2	4	0,5	31	4,1	756
Diversificação das atividades	649	85,8	82	10,8	20	2,6	0	0,0	5	0,7	756
Comunicação e divulgação das ações	640	84,7	82	10,8	20	2,6	2	0,3	12	1,6	756
Avaliação do local das atividades	617	81,6	104	13,8	33	4,4	0	0,0	2	0,3	756
Avaliação do espaço físico interno disponível	600	79,4	108	14,3	41	5,4	5	0,7	2	0,3	756
Avaliação do espaço físico externo disponível	596	78,8	107	14,2	43	5,7	7	0,9	3	0,4	756
Qualidade do material esportivo	583	77,1	106	14,0	56	7,4	3	0,4	8	1,1	756
Iluminação	572	75,7	97	12,8	48	6,3	20	2,6	19	2,5	756
Ventilação	556	73,5	125	16,5	61	8,1	12	1,6	2	0,3	756
Quantidade do material esportivo	546	72,2	135	17,9	66	8,7	3	0,4	6	0,8	756
Limpeza	538	71,2	141	18,7	71	9,4	5	0,7	1	0,1	756
Segurança	509	67,3	121	16,0	105	13,9	16	2,1	5	0,7	756

Fonte: Pesquisa de dados

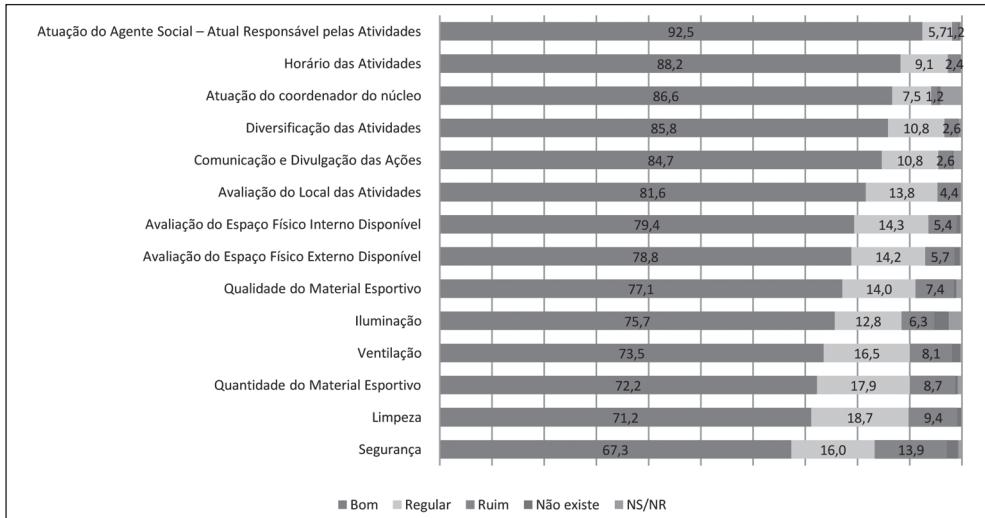


GRÁFICO 17 – Avaliação da organização, funcionamento e infraestrutura

Fonte: TAB. 18 – Pesquisa de dados

Em relação ao material esportivo oferecido, as considerações são as mesmas que as da infraestrutura dos locais, ou seja, o material não é de qualidade boa nem em número suficiente, mas, para quem nada tem, é considerado positivo.

Sobre demandas dos participantes não atendidas pelo PELC, quase metade disse que não lhes faltava nada, e os demais citam uma infinidade de atividades que gostariam que fossem oferecidas. A natação foi citada por 7,4%, sendo a atividade com maior expressividade da demanda.

Fizemos uma categorização dessas atividades com base em questão com resposta espontânea, sobre o que é importante para a prática do lazer e não existe no núcleo. As respostas foram categorizadas em demandas relacionadas às atividades, infraestrutura e organização.

A avaliação dos núcleos do PELC é muito boa para 72,5% (nota 9 ou 10) dos entrevistados e boa para 22% (nota 7 ou 8). Apenas 1,9% avaliou como ruim ou péssima.

TABELA 19
Nota atribuída ao PELC

Conceito	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Muito bom	548	72,5	72,5
Bom	166	22,0	94,4
Regular	24	3,2	97,6
Ruim	9	1,2	98,8
Muito ruim	5	0,7	99,5
NS/NR	4	0,5	100,0
Total	756	100	

Fonte: Pesquisa de dados

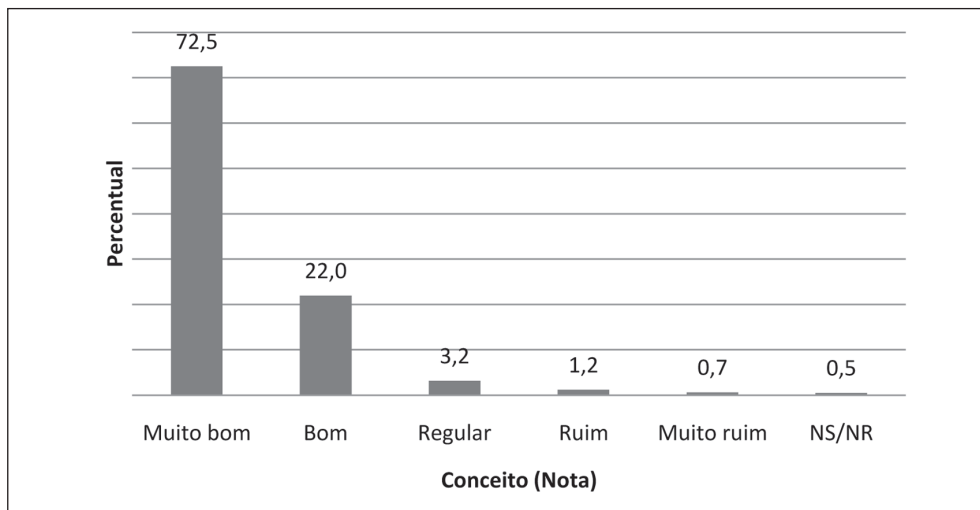


GRÁFICO 18 – Nota atribuída ao PELC

Fonte: TAB. 19 – Pesquisa de dados

Outra avaliação positiva do Programa pode ser percebida com a resposta à pergunta se os entrevistados já indicaram ou indicariam o PELC para alguém. Quase todos disseram que sim, demonstrando a satisfação com a oferta, a ponto de recomendá-la a outros.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA NACIONAL DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Antes de apresentar os resultados da pesquisa nacional do Programa *Segundo Tempo*, é importante esclarecer que se trata da aplicação de apenas um dos instrumentos do Sistema de Monitoramento e Avaliação. Por isso, apesar de trazer informações bastante interessantes sobre o Programa, tomar esses resultados de forma isolada significa desconsiderar as demais fontes de informação que contribuem para o seu conhecimento e o impacto de sua implantação.

A pesquisa ocorreu no período de 21 de agosto a 29 de setembro. Foram entrevistadas 1.961 pessoas, sendo 64,4% de beneficiadas e 35,6% seus responsáveis. O instrumento consistiu de um questionário com questões abertas e fechadas, com o objetivo de conhecer a percepção dos beneficiados sobre o Programa e o impacto de sua implantação. O detalhamento da amostra pode ser conhecido no item Plano Amostral, do Capítulo 3, Metodologia.

As respostas estão agrupadas nas seguintes categorias: caracterização dos beneficiados, inserção dos beneficiados, atividades realizadas, equipes, materiais e infraestrutura e benefícios percebidos.

Caracterização dos beneficiados

O público beneficiado é predominantemente masculino, com 66,5%, sendo apenas 33,5% do sexo feminino. Essa situação reproduz a trajetória histórica do esporte moderno que se constituiu ao longo do tempo como um fenômeno essencialmente masculino. Nesse sentido, ao se considerar a inclusão das meninas e o seu acesso ao esporte como direito social, é necessário refletir sobre as modalidades oferecidas, as metodologias de ensino adotadas de modo a atender, também, a esse público.

No que diz respeito à idade dos beneficiados, a média de idade é de 12 anos, com predomínio da faixa entre 12 e 17 anos (64,3%), conforme TAB. 20. Esses dados retratam a focalização estratégica do público alvo do Programa.

TABELA 20
Faixa etária

Faixa Etária	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
0 a 5 anos	18	0,9	0,9
6 a 11 anos	666	34,0	34,9
12 a 17 anos	1261	64,3	99,2
Mais de 17 anos	16	0,8	100,0
Total	1961	100,0	

Fonte: Pesquisa de dados

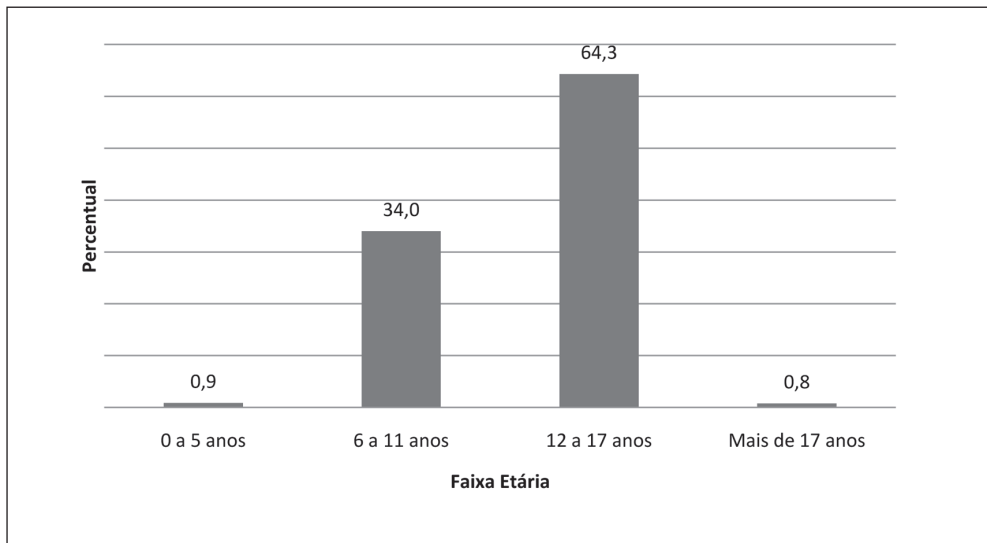


GRÁFICO 19 – Faixa etária

Fonte: TAB. 20 – Pesquisa de dados

Coerente com a faixa etária atendida, a escolaridade predominante é o Ensino Fundamental, mas é preocupante o fato de que apenas 12,6% dos beneficiados o concluíram, conforme TAB. 21. O número de beneficiados cursando a etapa de escolarização evidencia um dos maiores desafios do Programa, que é sua relação com o sistema escolar.

TABELA 21
Escolaridade dos beneficiados

Escolaridade	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Não frequentou escola	17	0,9	0,9
Ensino Fundamental I incompleto (1ª a 3ª série do Fundamental)	323	16,5	17,3
Ensino Fundamental I completo (4ª série do Fundamental)	236	12,0	29,4
Ensino Fundamental II incompleto (5ª a 7ª série do Fundamental)	998	50,9	80,3
Ensino Fundamental II (8ª série do Fundamental)	247	12,6	92,9
Ensino médio incompleto (1ª ou 2ª série do Ensino Médio)	119	6,1	98,9
Ensino médio completo (3ª série do Ensino Médio)	15	0,8	99,7
De Superior completo a pós-graduação	1	0,1	99,7
Não sabe/Não respondeu/Não informou	5	0,3	100,0
Total	1961	100,0	

Fonte: Pesquisa de dados

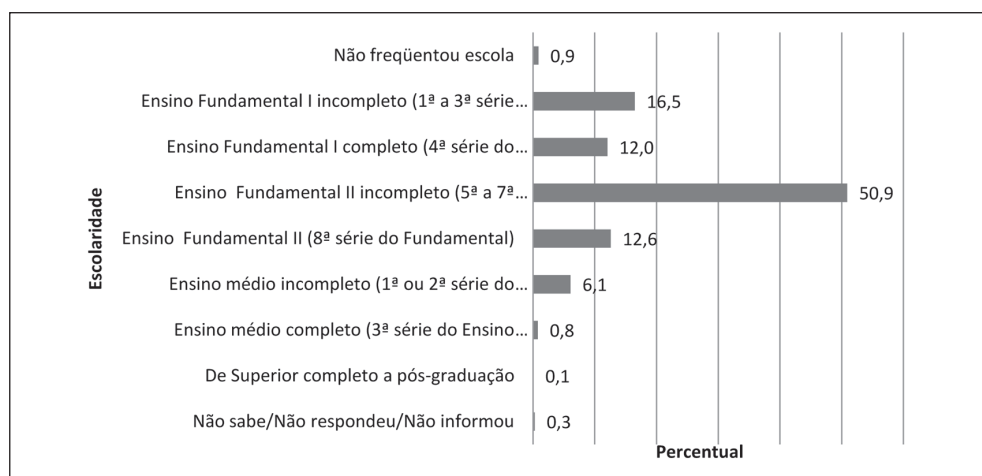


GRÁFICO 20 – Escolaridade dos beneficiados

Fonte: TAB. 21 – Pesquisa de dados

Observando os dados de escolaridade dos pais ou responsáveis, identifica-se a predominância do Ensino Fundamental II incompleto (21,6%), seguido pelo Ensino Médio incompleto (19,5%) e pelo Ensino Fundamental incompleto (14,6%).

Quanto à condição física e mental, apenas 2% dos beneficiados disseram que tinham alguma deficiência em uma delas. Entretanto, ao serem indagados sobre a participação de pessoas com alguma deficiência nas atividades do Programa, 24% afirmaram que há pessoas nessas condições no núcleo, sendo que 80% destes informaram que estas pessoas participavam das atividades junto com os demais. Apesar do pequeno número de beneficiados que se identificaram como pessoas com deficiência, foi possível perceber a visibilidade desse público no cotidiano dos núcleos. Entretanto, essa situação não exclui a necessidade de se aprofundar a discussão sobre a inclusão no Programa, especialmente no que diz respeito à acessibilidade aos equipamentos e às práticas de ensino adotadas, além importância da mobilização dessas pessoas para se inscreverem e participar das atividades.

A caracterização do público quando a cor/raça¹⁶ indica a predominância da cor parda com 60,2%, seguida da cor branca, com 25,5%, e preto (negro) com 8,3%. As demais opções somaram 6%.

Já a renda mensal média das famílias dos beneficiados é de R\$1.074,35. A maior concentração se dá entre aqueles cujas famílias recebem até R\$ 600,00 (40,1%); 30% das famílias recebem de R\$ 600,01 a R\$ 1.250,00, 12,8% recebem entre e R\$ 1.250,01 a R\$ 2.000,00 e 4,1% acima de R\$ 2.000,00, conforme TAB. 22. Essa distribuição permite afirmar que o Programa atinge a focalização pretendida, adotada como estratégia inicial de garantia de acesso a esse direito. Entretanto, é necessário refletir sobre a continuidade e o desenvolvimento do Programa em relação às crianças, adolescentes e jovens brasileiros, que também vivem na pobreza e não acessam o esporte e o lazer, e a outros que, por outras questões não relacionadas com a falta de recursos financeiros, também têm dificuldade em se apropriar desse direito.

TABELA 22
Renda familiar dos beneficiados

Faixas de renda	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Sem Renda	4	0,2	0,2
De R\$ 1,00 a 600,00	787	40,1	40,3
De R\$ 600,01 a R\$ 1.250,00	589	30,0	70,4
De R\$ 1.250,01 a R\$ 2.000,00	251	12,8	83,2
Mais que R\$2.000,00	81	4,1	87,3
Não sabe	242	12,3	99,6
Não respondeu	7	0,4	100,0
Total	1.961	100,0	

Fonte: Pesquisa de dados

¹⁶ Vale ressaltar que a pesquisa reproduziu as categorias utilizadas pelo IBGE.

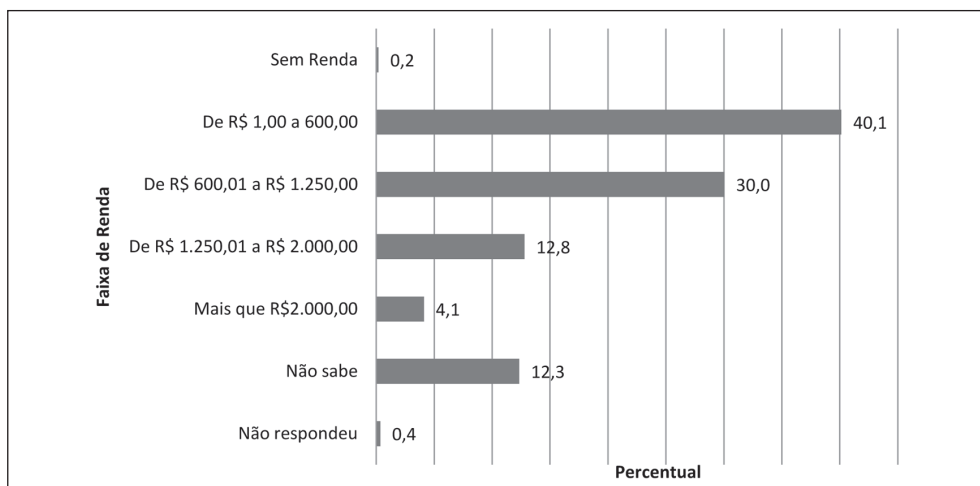


GRÁFICO 21 – Renda familiar dos beneficiados

Fonte: TAB. 22 – Pesquisa de dados

Das famílias, 42,9% são chefiadas pelos pais ou padrastos e 28,6%, pelas mães ou madrastas; 6% dos beneficiados afirmaram que trabalhavam, enquanto 2,7% disseram que chefiavam a família. Por se tratar de um Programa que pretende atender crianças, adolescentes e jovens, esses dados merecem aprofundamento, por meio de outros instrumentos que permitam compreender seu papel em relação ao trabalho infantil/juvenil.

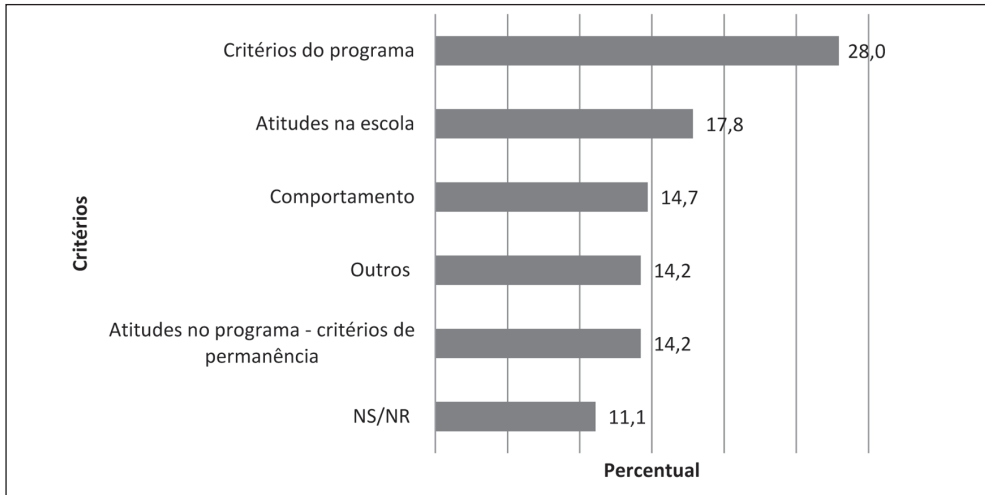
Inserção do beneficiado

Quando questionados sobre a existência de critérios para seleção dos participantes, 69% afirmaram que não havia critérios. Esse não reconhecimento permite inferir que o acesso ao Programa é ampliado. Entre os 17% que reconheceram sua existência, 28% identificaram critérios de elegibilidade, relacionados com sua natureza focalizada, como idade, processo de inscrição, dentre outros, não sendo considerados fatores restritivos do acesso, conforme a TAB. 23.

TABELA 23
Critérios identificados para acesso

Critério	Frequência	Percentual
Comportamento	61	14,7
Atitudes na escola	74	17,8
Critérios do programa	116	28,0
Atitudes no programa – critérios de permanência	59	14,2
Outros	59	14,2
NS/NR	46	11,1
Total	415	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

**GRÁFICO 22 – Critérios para acesso**

Fonte: TAB. 23 – Pesquisa de dados

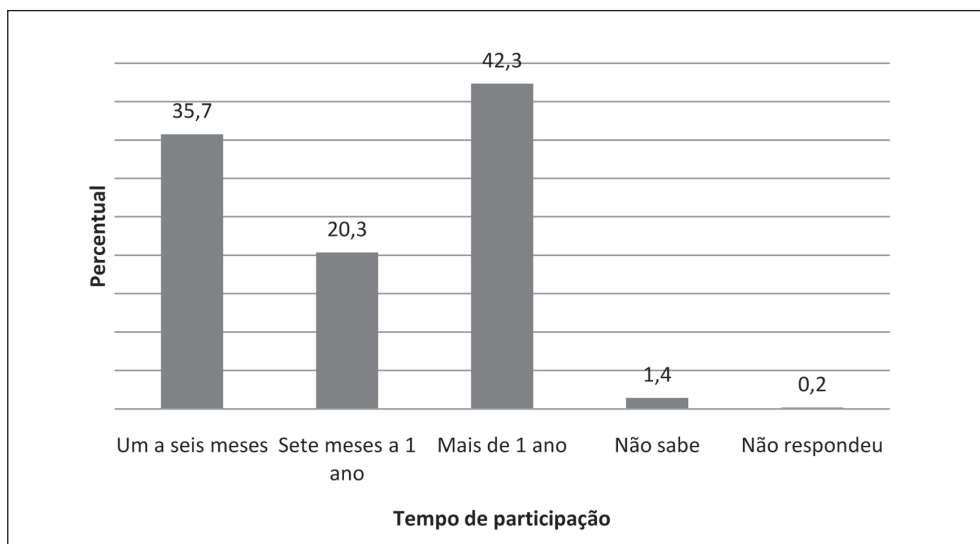
Quando investigados como se deu o primeiro contato com o Programa, 40,7% dos beneficiados afirmaram que haviam sido informados, na escola, por professores de diferentes áreas ou pelos de Educação Física; 27,5% disseram que souberam por meio de amigos. Essas duas questões evidenciam o papel da escola no processo de adesão do beneficiado ao Programa e sua relevância na facilitação do acesso.

Dos beneficiados, 42,3 % estão no programa há mais de um ano, enquanto 35,7% está a seis meses ou menos e 20,3% de sete meses e um ano, conforme TAB. 24. O fato de haver um percentual elevado de beneficiados sendo atendidos há menos de um ano pode estar relacionado com as dificuldades representadas pela utilização de convênios como forma de viabilização financeira do Programa, que pode não favorecer a continuidade dos núcleos, causando o encerramento das atividades e interrompendo os serviços prestados à população.

TABELA 24
Tempo de participação

Tempo	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Um a seis meses	701	35,7	35,7
Sete meses a 1 ano	399	20,3	56,0
Mais de 1 ano	830	42,3	98,3
Não sabe	28	1,4	99,7
Não respondeu	3	0,2	100,0
Total	1.961	100,0	

Fonte: Pesquisa de dados

**GRÁFICO 23** – Tempo de participação

Fonte: TAB. 24 – Pesquisa de dados

A frequência mínima dos beneficiados esperada pelas diretrizes do Programa é de três vezes por semana, alcançada por 70,6% do público-alvo (sendo 44,7% três vezes; 6,9%, quatro; 18,5%, cinco; 0,4%, seis; e 0,1%, sete vezes), conforme TAB. 25. 28,9%, entretanto comparecem aos núcleos para as atividades apenas uma ou duas vezes por semana.

TABELA 25
Frequência em dias na semana

Número de dias	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
1	67	3,4	3,4
2	499	25,4	28,9
3	877	44,7	73,6
4	135	6,9	80,5
5	362	18,5	98,9
6	7	0,4	99,3
7	2	0,1	99,4
Não sabe	12	0,6	100,0
Total	1961	100	

Fonte: Pesquisa de dados

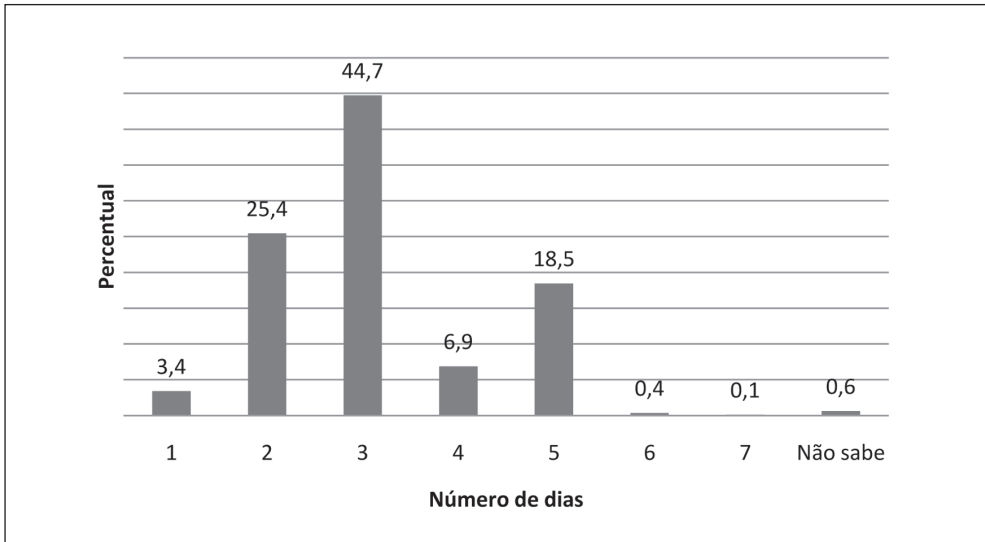


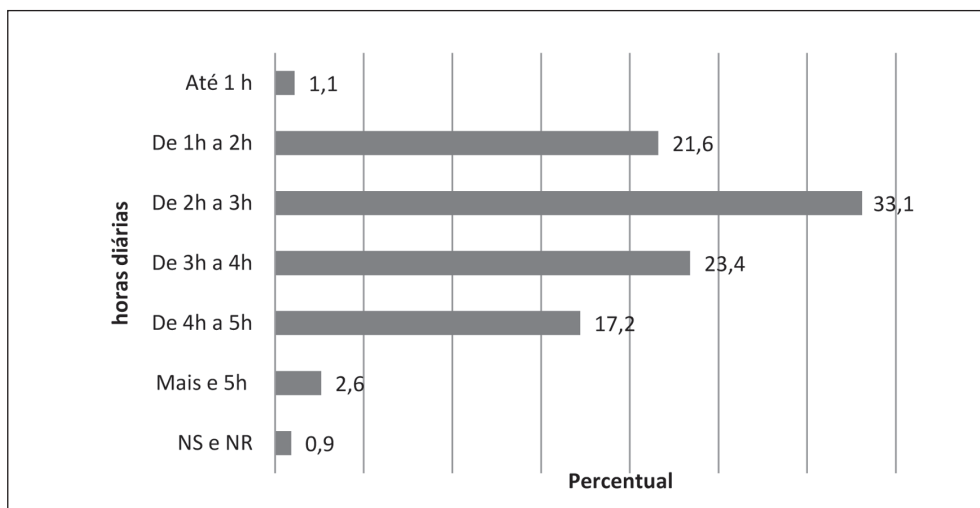
GRÁFICO 24 – Frequência em dias na semana
 Fonte: TAB. 25 – Pesquisa de dados

Ainda sobre a frequência, as mesmas diretrizes consideram que o tempo de permanência diária dos beneficiados nos núcleos deve ser entre duas e quatro horas, alcançado por 76,3% do público (33,1% entre 2 e 3 horas diárias e 43,2% acima de 3 horas) e não alcançado por 22,7% (1,1% até uma hora e 21,6% entre uma e duas horas).

TABELA 26
Horas diárias de atividades

Qte horas diárias	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Até 59 min	22	1,1	1,1
De 1h a 1h59	424	21,6	22,7
De 2h a 2h59	650	33,1	55,9
De 3h a 3h59	459	23,4	79,3
4h	335	17,1	96,5
Mais e 5h	54	2,8	99,1
NS e NR	17	0,9	100,0
Total	1.961	100,0	

Fonte: Pesquisa de dados

**GRAFICO 25** – Horas diárias de atividades

Fonte: TAB. 26 – Pesquisa de dados

Os três principais motivos alegados pelos beneficiados para a participação no Programa foram a oportunidade da prática de atividades esportivas (44%), o interesse na vivência do lazer (35%) e a possibilidade de contribuir com a educação (8,3%). Além desses, outros motivos menos citados estavam relacionados com a saúde ou qualidade de vida e com a socialização, conforme TAB. 27.

TABELA 27
Principal motivo para participação

Principal Motivo	Frequência*	Percentual
Esporte	1.079	44,0
Lazer	858	35,0
Educação	203	8,3
Saúde e qualidade de vida	90	3,7
Socialização	68	2,8
Outros	46	1,9
Não sabe e não respondeu	110	4,5
Total	2.454	100,0

* Somatório das respostas, considerando os questionários com mais de uma resposta

Fonte: Pesquisa de dados

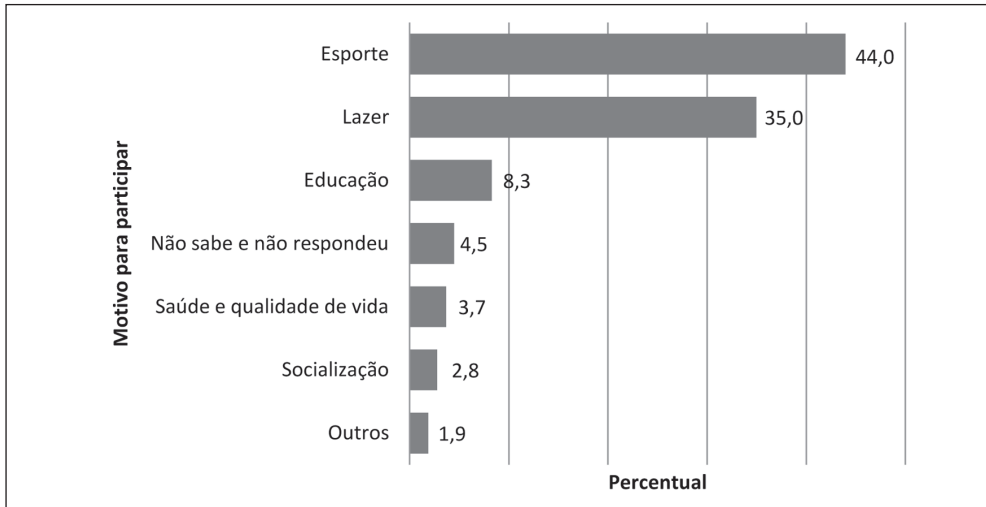


GRÁFICO 26 – Motivo dos beneficiados para participação
 Fonte: TAB. 27 – Pesquisa de dados

Atividades realizadas

Em relação às modalidades esportivas mais presentes nos núcleos do Programa, as que apareceram com maior frequência foram futebol (35,4%) e futsal (22,3%). Para efeito de análise, é importante considerar que, de certa forma, as duas modalidades podem ser tratadas como uma só, pois nenhuma delas é ensinada estritamente com os equipamentos e regras oficiais nos núcleos do Programa. Essa situação, portanto, confirma a hegemonia do futebol/futsal no contexto educacional brasileiro. Em seguida, aparecem o voleibol (17,0%) e o handebol (9,2%). As demais modalidades ficaram abaixo dos 5% e 72,7% dos entrevistados avaliaram positivamente as atividades esportivas realizadas.

TABELA 28
Modalidades esportivas identificadas – somatório das 1ª e 2ª opções

Modalidade	1ª opção	2ª opção	Somatório	Percentual
Futebol	939	104	1.043	35,4
Futsal	538	121	659	22,3
Volei	164	337	501	17,0
Handebol	66	206	272	9,2
Basquete	33	98	131	4,4
Natação	51	44	95	3,2
Xadrez	22	56	78	2,6

Continua...

Continuação...

Capoeira	51	21	72	2,4
Karate	10	21	31	1,1
Judô	5	14	19	0,6
Ginástica	8	7	15	0,5
Atletismo/corrída	5	7	12	0,4
Futevolei	1	5	6	0,2
Lutas	1	5	6	0,2
Tae-kwon-do	4	1	5	0,2
Tênis de mesa		4	4	0,1
Rugby	1		1	0,0
Sub – total – so- matório Modalidades	1.899	1.051	2.950	100,0
Não participa de atividade esportiva	20			
Não identificou a modalidade	25			
Apenas 1	8	892		
Apenas 2		5		
Apenas 3		4		
NS	2	2		
NR	7	7		
Total	1.961	1.961		

Fonte: Pesquisa de dados

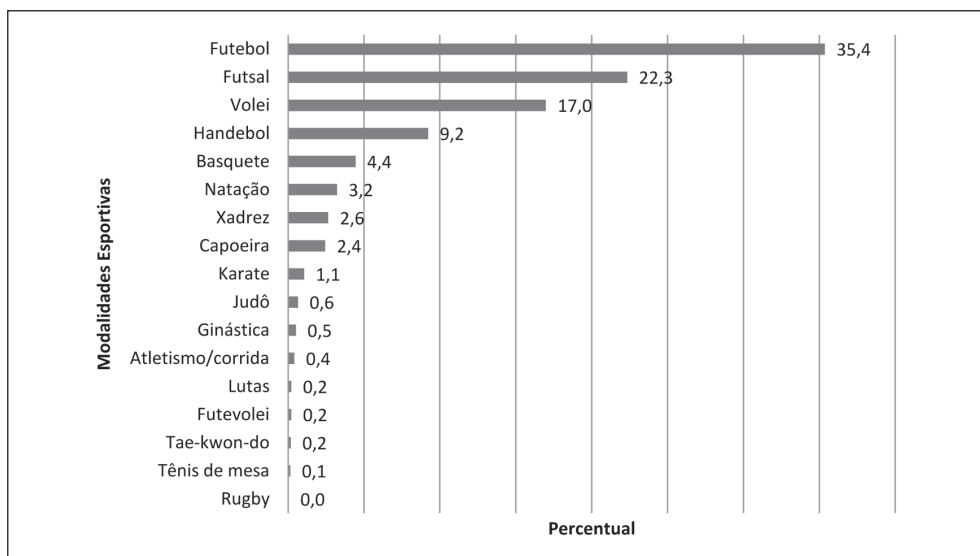


GRÁFICO 27 – Modalidades esportivas identificadas (somatório das 1ª e 2ª opções)

Fonte: TAB. 28 – Pesquisa de dados

A supremacia das modalidades coletivas (88,3%) em relação às individuais (15,4%) indica a necessidade de verificação de duas ações: se o padrão de oferta das atividades esportivas está sendo mesmo cumprido (mínimo de duas modalidades coletivas e de uma modalidade individual) e se a adesão às modalidades individuais não ocorre na proporção esperada.

A realização de eventos esportivos é uma das linhas estratégicas do Programa, entretanto 58% dos beneficiados afirmaram que nunca participaram deles. Além disso, dos 41% que disseram já ter participado, 51% afirmaram que esta se deu para todos do núcleo, enquanto para 47% houve uma seleção para definir quem participaria. Ao analisar a participação em eventos, é possível perceber que o índice cresce à medida que aumenta o tempo de permanência do beneficiado no Programa.

Sobre os eventos é necessário refletir como eles têm sido organizados e quais valores e práticas têm sido adotados como referência para a sua realização. A simples reprodução da lógica do esporte de rendimento, sem um tratamento pedagógico que aproxime a atividade proposta aos princípios do Programa, pode favorecer a seletividade, tendo como critério a aptidão física e esportiva do público alvo, dificultando a inclusão e o acesso ao direito.

Outro aspecto relevante diz respeito às atividades não esportivas que são realizadas por 51% dos beneficiados, sendo as mais presentes são relativas aos jogos e brincadeiras com 53,6%. O forte conteúdo lúdico dessas atividades não esportivas pode ser considerado um aspecto bastante positivo do Programa, uma vez que 79,4% dos beneficiados afirmaram gostar muito delas.

TABELA 29
Atividades complementares – Modalidades não esportivas

Tipo de atividades complementares	1ª opção	2ª opção	Somatório	Percentual
Jogos e brincadeiras	534	282	816	53,6
Reforço escolar	190	119	309	20,3
Arte/Cultura	215	91	306	20,1
Qualificação profissional	38	19	57	3,7
Outros	20	13	33	2,2
<i>Sub-total – atividades complementares</i>	<i>997</i>	<i>524</i>	<i>1521</i>	<i>100,0</i>
Apenas 1a opção	6	468		
Apenas 2a opção		6		
Apenas 3a opção		5		
Não sabe	1	1		
Não de aplica – não identificou atividades complementares	957	957		
Total	1961	1961		

Fonte: Pesquisa de dados

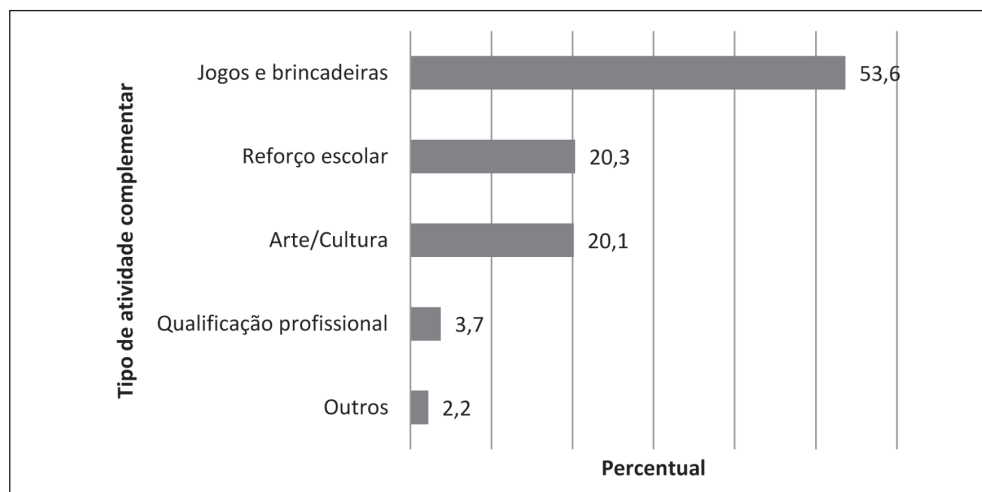


GRÁFICO 28 – Atividades complementares – Modalidades não esportivas

Fonte: TAB. 29 – Pesquisa de dados

Em relação ao local onde as atividades são realizadas, 57% afirmaram que são realizadas em espaços fora da escola, sendo 48,7% desses, pertencentes ao poder público e 8,3% à comunidade. 41,9% assinalaram que realizam as atividades no espaço da escola.

TABELA 30
Local de realização das atividades

Local de realização das atividades	Frequência	Percentual
Espaço público fora da escola (praças, quadras, campo de futebol, ginásio e outros prédio públicos)	955	48,7
Escola	822	41,9
Espaço da comunidade (associação comunitária, igreja e anexos)	162	8,3
Chácara	17	0,9
NS e NR	5	0,3
Total	1961	100,0

Fonte: Pesquisa de dados

A análise dos resultados da pesquisa nacional sobre as questões relativas às atividades realizadas no Programa *Segundo Tempo*, tendo em vista a própria literatura produzida sobre o Programa e publicada pelo Ministério do Esporte, evidencia que uma das questões mais críticas para o alcance dos objetivos e impactos desejados diz respeito ao ensino do esporte educacional no contexto de um programa socioesportivo. Os fundamentos pedagógicos do Programa explicitam essa questão:

Em linhas gerais, a Educação Física e o esporte aparecem alicerçados na seletividade e na eficiência esportiva, nas quais os mais aptos, os mais habilidosos e os mais performáticos são suas expressões. No entanto, ao falarmos em inclusão no Programa *Segundo Tempo*, devemos ter a ideia de que todos têm direito à prática esportiva (MELO; DIAS, 2009, p. 23).

Os referidos autores destacam a necessidade de se “refletir sobre o modelo olímpico nas atividades esportivas como prática educativa” (MELO; DIAS, 2009, p. 30), destacando que o aprendizado da técnica esportiva não deve ocorrer mecanicamente, apenas com base na imitação de modelos previamente determinados, descontextualizados da realidade de quem a está aprendendo, além da ênfase a ser dada “à expressão lúdica do esporte, principalmente quando se refere à democratização de sua prática” (MELO; DIAS, 2009, p. 32).

O Programa *Segundo Tempo*, como uma tentativa de compatibilizar as diferentes concepções de esporte, representa um esforço na direção de construir novas abordagens metodológicas para o ensino das modalidades:

Dai a necessidade de buscarem novas formas de trabalhar esse conteúdo nas aulas, evidenciando seu aspecto educacional, a participação coletiva e a cooperação entre os alunos como forma de criar possibilidades para um entendimento crítico da realidade esportiva, do corpo e do movimento (MELO; DIAS, 2009, p. 36).

A mesma produção considera que os professores devem ensinar esportes no Programa tendo em vista as suas finalidades e destaca que

há também uma necessidade premente da área em apontar caminhos mais adequados sobre como fazer para formar cidadãos críticos e emancipados em programas de esporte educacional e, no caso específico deste texto, como ensinar no Programa *Segundo Tempo* (DARIDO; OLIVEIRA, 2009, p. 207).

Ao se aprofundarem sobre essa questão, os referidos autores destacam que o ensino do esporte no *Segundo Tempo* deve ultrapassar a ideia da atenção apenas à técnica, à tática e às regras das modalidades. Mais do que isso, os professores e monitores do programa devem ajudar os alunos a problematizar, interpretar, relacionar e compreender as práticas corporais e a cultura em que essas estão inseridas (DARIDO; OLIVEIRA, 2009, p. 209).

Objetivamente, os autores sugerem a utilização de painéis com informações sobre os aspectos relacionados aos conteúdos, rodas de conversa, debates e observação de filmes e de programas que tratem de esporte na televisão. Além disso, são apresentadas alternativas relacionadas à inclusão e ao acolhimento, na tentativa de superar a história

de exclusão dos menos aptos no ensino do esporte e de criar uma atitude positiva dos professores em relação ao apoio e acolhimento dos alunos nas atividades. Outras propostas dizem respeito à contextualização do ensino, no sentido de retirar o aluno da condição de espectador passivo do processo de conhecimento, levando-o à condição de sujeito.

Outra sugestão para o ensino do esporte diz respeito ao desenvolvimento da autonomia dos alunos. Propõem, também, a participação ativa dos alunos nos processos de escolha dos times, do uso do espaço e dos materiais, da elaboração e modificação das regras dos jogos, da discussão sobre as técnicas, táticas e estratégias a serem utilizadas, ou seja, para os autores, ensinar esporte na busca da autonomia passa pelo compartilhamento das decisões com os alunos sobre o processo de ensino e aprendizagem em que estão envolvidos.

Os autores estimulam uma prática de ensino que considera as diferenças entre as pessoas e desafiam a tradição do esporte olímpico de desconsiderar as questões relacionadas ao gênero. Para os autores

Estar atento às questões de gênero durante as aulas de esporte é uma forma de ajudar os jovens a construir relações com equidade, respeito pelas diferenças, somando e complementando o que os homens e mulheres têm de melhor... (DARIDO; OLIVEIRA, 2009, p. 221).

Outras questões metodológicas destacadas pelos referidos autores e que devem ser observadas pelos professores e monitores no ensino do esporte educacional, no contexto do *Segundo Tempo*, são:

- a construção conjunta com os alunos dos combinados e regras de convivência a serem cumpridas e as sanções a serem vivenciadas a partir do seu descumprimento;
- a adoção de atividades organizadas no sentido de diminuir o tempo de espera dos alunos e aumentar o tempo em que estão envolvidos com a atividade, especialmente, evitando-se as filas no ensino do esporte;
- a não adoção do domínio das técnicas como critério para participação nas aulas, fazendo com que as técnicas deixem de ser fator de exclusão e de evasão no programa. Para os autores, o *Segundo Tempo* deve ultrapassar a ideia de que o ensino do esporte deve estar voltado apenas para o gesto motor considerado correto ou ideal;
- a ressignificação das competições esportivas, de acordo com os objetivos do Programa, tratadas pedagogicamente, como parte do processo de ensino e não como um fim em si mesmas. Consideramos essa reflexão como bastante relevante, uma vez que a seleção dos mais aptos para a participação nas competições exclui os demais alunos, podendo causar evasão.

Além dessas, outras questões relacionadas com a prática de ensino do esporte no contexto educacional relacionam-se com a compreensão da Educação Física como área de conhecimento e não somente como atividade (e do esporte, como um dos temas a serem ensinados por ela) e da relação entre teoria e prática no contexto deste ensino (TEIXEIRA, 2008).

Tendo em vista essas reflexões, o *Segundo Tempo* se apresenta como uma tentativa de construção de uma abordagem metodológica que permita que o esporte seja ensinado, efetivamente, a partir do seu entendimento como um direito de todos, na direção da inclusão, da cidadania e da cultura, mas que se configura como um grande desafio no sentido de mobilizar professores e monitores para que consigam superar as metodologias tradicionalmente utilizadas e que se remetem a uma concepção mais restrita de esporte, que não se alinha com o conceito de esporte educacional que fundamenta o Programa.

Sobre o objetivo do Programa *Segundo Tempo*, que trata da diminuição da exposição aos riscos sociais, como as drogas, a prostituição, a gravidez precoce, a criminalidade e o trabalho infantil, que estão presentes, também, como impacto indireto esperado, foi questionado o que os beneficiados estariam fazendo se não estivessem participando das atividades do Programa. Em resposta a essa questão, 45,1% afirmaram que estariam brincando, 32,3% disseram que estariam sem fazer nada naquele momento, 10,4% utilizariam esse tempo para estudar e 7,3% afirmaram que estariam trabalhando. Com base nesses dados, é possível verificar que a maioria dos beneficiados estaria ocupada em outras atividades (inclusive trabalhando) e que 32,3% estariam ociosos e, por consequência, mais expostos aos riscos acima citados.

Equipe, materiais e infraestrutura

A coordenação dos núcleos foi outro aspecto pesquisado, e 69% dos beneficiados afirmaram que sabiam quem realizava essa função, mostrando que o coordenador do seu núcleo é uma figura presente e conhecida pela maioria. Entretanto, as atividades realizadas pelo coordenador são, para 58,9% dos entrevistados, mais relacionadas aos aspectos pedagógicos, como a participação direta e frequente nas atividades, do que com os gerenciais atribuídos à sua função.

Apesar de ser indicado no manual-padrão do Programa *Segundo Tempo* como integrante do *kit* de materiais que é doado pelo Ministério do Esporte a cada núcleo, 52,8% dos beneficiados afirmaram que não haviam recebido o uniforme. Uma hipótese para esse não recebimento relaciona-se com a rotatividade dos beneficiados nos núcleos, problema gerencial que necessita acompanhamento. O uniforme facilita a identificação do beneficiado pelos gestores e pela comunidade. Sua entrega de forma descontrolada favorece-lhe o esgotamento em pouco tempo, tornando o número repassado insuficiente para aqueles com entrada em momentos posteriores.

Quanto ao lanche, 84,1% afirmaram que sempre era servido no núcleo, mas para 8,4% isso nunca acontecia; para 2,6 era servido às vezes; e para 2,3%, quase sempre. Essa situação não é compatível com as diretrizes para o estabelecimento de convênios do Programa *Segundo Tempo*, que prevê que o lanche seja sempre servido.

TABELA 31
Frequência com que o lanche é servido

Frequência do lanche	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Sempre	1649	84,1	84,1
Quase sempre	45	2,3	86,4
Às vezes	51	2,6	89,0
Raramente	8	0,4	89,4
Nunca	164	8,4	97,8
Não sabe	44	2,2	100,0
Total	1961	100,0	

Fonte: Pesquisa de dados

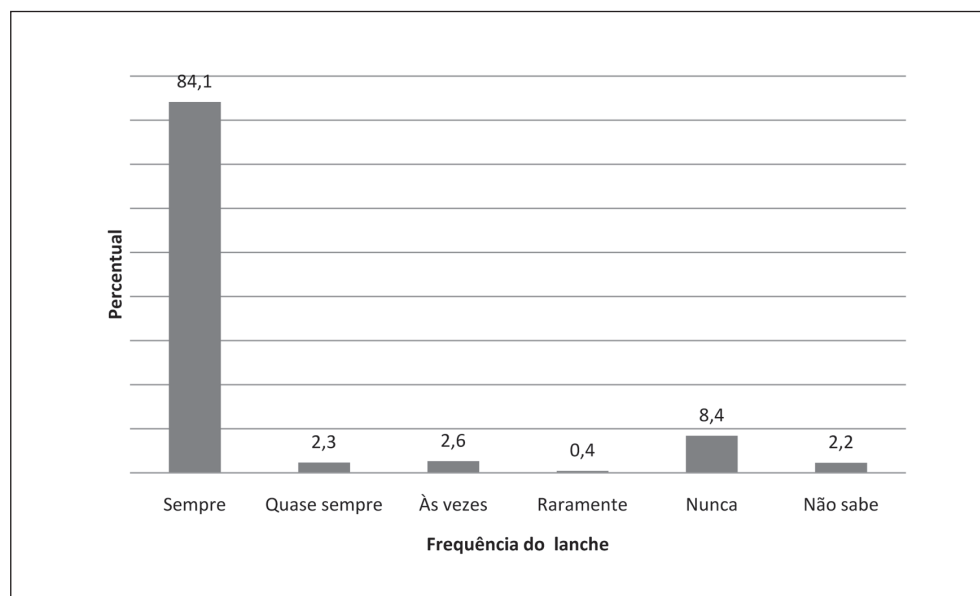


GRÁFICO 29 – Frequência com que o lanche é servido

Fonte: TAB. 31 – Pesquisa de dados

Dos beneficiados, 74,6% avaliaram o lanche positivamente, enquanto para 12,3% ele era regular e apenas 2,1% o consideraram ruim ou muito ruim.

TABELA 32
Avaliação da qualidade do lanche

Qualidade do lanche	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Muito boa	302	15,4	15,4
Boa	1160	59,2	74,6
Regular	242	12,3	86,9
Ruim	23	1,2	88,1
Muito ruim	17	0,9	88,9
NS/NR	217	11,1	100,0
Total	1961	100,0	

Fonte: Pesquisa de dados

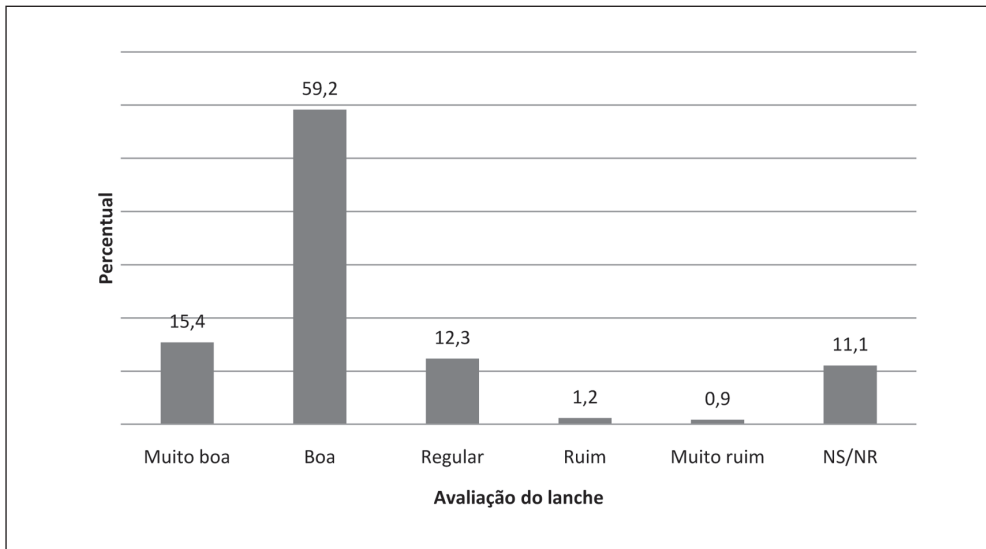


GRÁFICO 30 – Avaliação da qualidade do lanche
Fonte: TAB. 32 – Pesquisa de dados

Ao investigar a composição dos itens do lanche, observa-se que 79,5% dos beneficiados recebem como lanche algo para comer e beber e menos de 10% apenas algo para beber ou apenas algo para comer. Mesmo sendo um percentual pequeno, os referido 10% estão em desacordo com a orientação do Programa, conforme TAB. 33.

TABELA 33
Composição do lanche

Composição	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Algo para comer (salgado), para beber e fruta	259	13,2	13,2
Algo para comer (salgado), para beber e sobremesa – doce	301	15,3	28,6
Algo para comer (salgado) e para beber	901	45,9	74,5
Algo para comer (doce) e beber	98	5,0	79,5
Apenas algo para comer	140	7,1	86,6
Apenas algo para beber	31	1,6	88,2
Apenas fruta	1	0,1	88,3
NS e NR	230	11,7	100,0
Total	1961	100,0	

Fonte: Pesquisa de dados

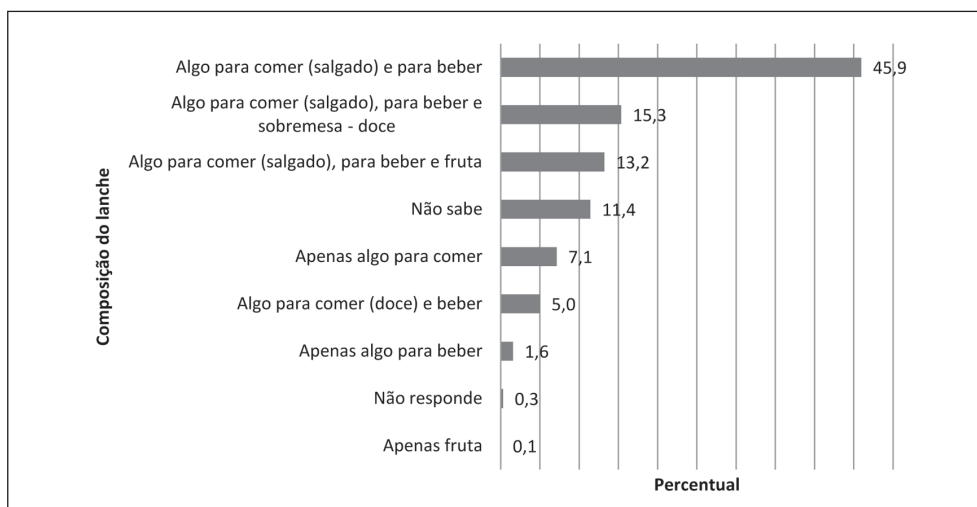


GRÁFICO 31 – Composição do lanche
Fonte: TAB. 33 – Pesquisa de dados

Entretanto, apesar de ser tão bem avaliado, o lanche não foi considerado um fator importante de aderência ou continuidade no Programa, uma vez que 95% afirmaram que participariam se o lanche deixasse de ser servido.

Sobre o local onde o lanche é servido, 69,2% o consideram bom, 16,9% regular ou ruim e para 13,2% dos beneficiados não existia espaço para essa ação.

Os locais em que os núcleos funcionam foram considerados bons por 85,7% dos beneficiados, que avaliaram positivamente o ambiente interno (81,3%) e o externo

(75%). Em relação aos outros aspectos que compõem a infraestrutura dos núcleos, também predominou a avaliação positiva, sendo necessário, no entanto, atenção para algumas questões, conforme os dados da TAB. 34.

A iluminação foi considerada boa por 79%, sendo necessário levar em conta a quantidade de atividades que acontece durante o dia, com iluminação natural. Quanto às condições de limpeza do núcleo, 74,8% a consideraram boa. Para 69,3% o núcleo tinha boas condições de segurança. Para 66,5% dos beneficiados, o acesso a água no núcleo foi considerado bom, enquanto para 27,1%, não são satisfatórias. O banheiro e o vestiário foram os itens de infraestrutura que apresentaram menor índice de satisfação, sendo considerados bons por 57,1% dos beneficiados, regulares ou ruins por 34,4% e inexistentes por 7,6%, conforme TAB. 34.

TABELA 34
Avaliação do espaço, infraestrutura, material e funcionamento

Itens avaliados	Avaliação – %				
	Bom	Regular	Ruim	Não existe no núcleo	NS/NR
Horário das atividades	89,3	7,3	2,3	0,1	1,0
Local das atividades	85,7	10,9	2,7	0,1	0,6
Atuação do monitor	85,3	7,1	2,1	2,1	3,4
Diversificação das atividades	85,1	10,9	1,9	0,2	1,9
Atuação do coordenador do núcleo	82,3	7,7	1,8	0,4	7,8
Espaço físico interno disponível	81,3	14,0	2,8	1,2	0,7
Comunicação e divulgação das ações	81,2	11,4	2,5	0,5	4,4
Qualidade do material esportivo	79,8	13,6	3,6	0,2	2,8
Iluminação	79,0	10,7	6,1	1,9	2,3
Ventilação	78,9	12,2	6,7	1,2	1,0
Quantidade do material esportivo	76,8	14,8	5,1	0,2	3,1
Espaço físico externo disponível	75,0	14,9	4,8	4,4	0,9
Limpeza	74,8	17,5	6,7	0,1	0,9
Segurança	69,3	18,0	7,9	3,5	1,3
Local para lanche	69,2	12,6	4,3	13,2	0,7
Bebedouro ou acesso a água para beber	66,5	15,5	11,7	5,4	0,9
Banheiro e vestiário	57,1	18,8	15,6	7,6	0,9

Fonte: Pesquisa de dados

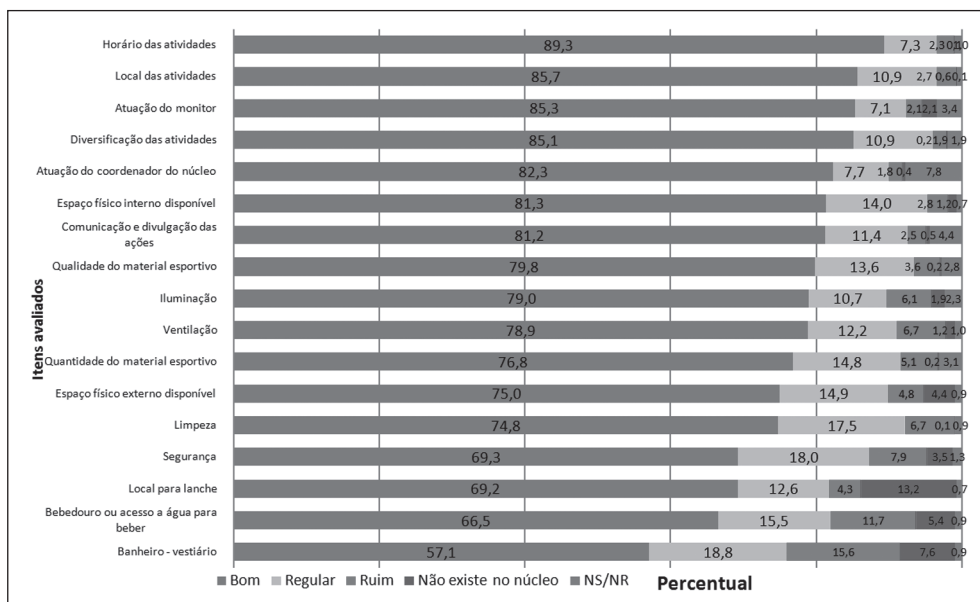


GRÁFICO 32– Avaliação do espaço, infraestrutura, material e funcionamento

Fonte: TAB. 34 – Pesquisa de dados

Quanto à organização e ao funcionamento dos núcleos, todos os itens alcançaram mais de 75% de avaliações positivas. Os horários em que são oferecidas as atividades foram considerados bons por 89,3%, a atuação do monitor responsável pelas atividades foi avaliada positivamente por 85,3% e a diversificação das atividades foi bem avaliada por 85,1%. A atuação do coordenador do núcleo foi considerada boa por 82,3% e a comunicação/divulgação das ações do núcleo foi considerada boa por 81,2%. Em relação ao material esportivo utilizado nos núcleos, 79,8% consideraram boa a qualidade do material e 76,8% disseram que a quantidade de material disponível era boa.

No que diz respeito à identificação do Programa com as instâncias de governo, 42,7% acreditavam que é uma iniciativa das esferas municipais, 25,8% o relacionam ao Governo Estadual e 17,7% ao Federal. Essa maior identificação com os governos estaduais e municipais pode ser compreendida por serem as esferas executoras mais próximas às comunidades e às famílias do que quem as financia (Governo Federal).

Influência do Programa

Para captar a influência do Programa *Segundo Tempo* na vida dos beneficiados, foi pesquisada a percepção deles sobre a relação entre o Programa e diversos

aspectos de sua vida, ou seja, se após o ingresso nas atividades a vida deles melhorou. Nessa direção, 82,2% identificaram que o convívio social e a relação com os amigos melhoraram e 73% afirmaram que a convivência familiar melhorou. Quanto à capacidade de se comunicar e de defender suas ideias, 77% consideraram que melhorou; 74,9% afirmaram que perceberam melhorias na saúde; 71,4% consideraram que têm maior cuidado com a alimentação; e para 67,8% o sono melhorou após iniciarem sua participação no Programa, conforme TAB. 35.

TABELA 35
Percepção de mudanças ocorridas e atribuídas ao Programa

Itens avaliados	Avaliação %			
	Melhorou/ aumentou	Não alterou	Piorou/ diminuiu	NS/NR
Disposição para se exercitar fisicamente	84,2	13,4	2,1	0,3
Autoestima – gostar de si mesmo(a)	83,4	14,7	1,4	0,5
Convívio social – relação com os amigos	82,2	16,3	1,1	0,5
Interesse pelas atividades escolares	77,7	19,0	3,0	0,4
Capacidade de comunicação e defesa de ideias	77,0	20,9	1,6	0,6
Condição de saúde	74,9	24,1	0,6	0,4
Rendimento escolar	74,4	21,6	3,3	0,7
Convívio familiar	73,0	24,3	2,3	0,4
Cuidado com alimentação	71,4	27,0	1,1	0,5
Qualidade do sono	67,8	28,1	3,6	0,5

Fonte: Pesquisa de dados

Ainda sobre a influência do Programa, 84,2% dos beneficiados consideraram que tinham mais disposição para exercitar-se fisicamente; 83,4% disseram que passaram a gostar mais de si mesmos; 77,7% consideraram que passaram a ter mais interesse pelas atividades escolares, e 74,4% consideraram que o rendimento escolar melhorou após iniciar sua participação no *Segundo Tempo*.

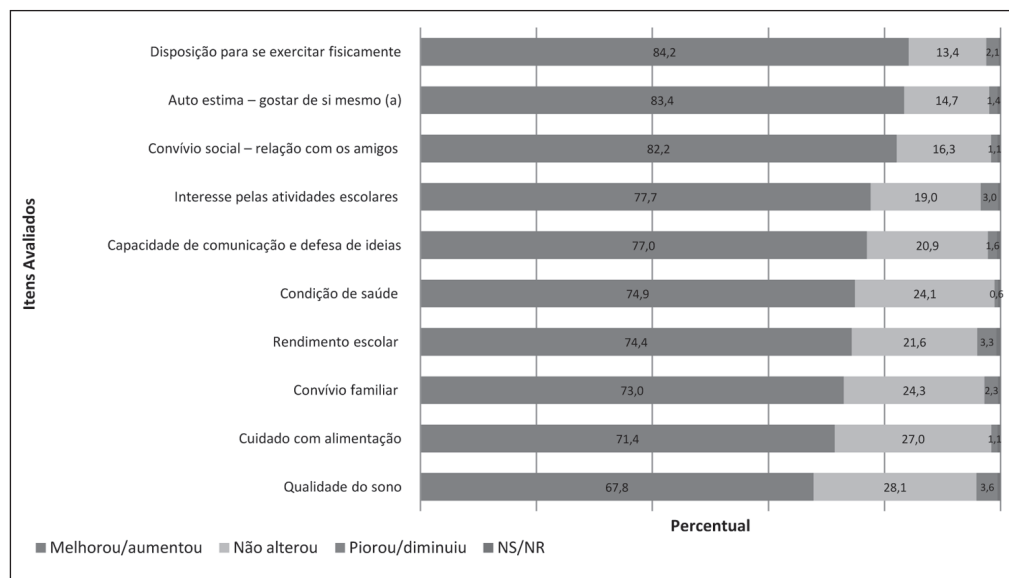


Gráfico 33 – Percepção de mudanças ocorridas e atribuídas ao Programa

Fonte: TAB. 35 – Pesquisa de dados

À pergunta sobre o principal benefício percebido que pode ser atribuído aos resultados do Programa, 86,9% identificaram algum benefício e apenas 13,1% não o identificaram. Dos benefícios identificados, 29,4% são relativos ao “desenvolvimento pessoal”, tais como: formação de valores, comportamento socialmente aceito, “civildade”, reflexões sobre os projetos de vida e outros elementos que descrevem aspectos objetivos e subjetivos do sujeito em relação a si mesmo e na relação com os outros. 22,6% identificaram benefícios relativos ao desenvolvimento da comunidade, principalmente, diminuição à exposição ao risco e bom convívio social e familiar. A melhoria na saúde e na qualidade vida é percebida por 16%; já a melhoria na prática de esportes, por apenas 10,4% dos beneficiados, conforme TAB. 36.

TABELA 36
Principal benefício atribuído ao *Segundo Tempo*

Benefício	Frequência	Percentual
Desenvolvimento pessoal	576	29,4
Desenvolvimento da comunidade e convívio social	443	22,6
Melhoria da saúde e qualidade de vida	313	16,0
Melhoria na prática esportiva	203	10,4
NS/NR	139	7,1
Não percebe nenhum benefício	117	6,0
Percebe benefício, mas não o descreve	86	4,4
Outros	84	4,3
Total	1961	100,0

Fonte: Pesquisa de dados

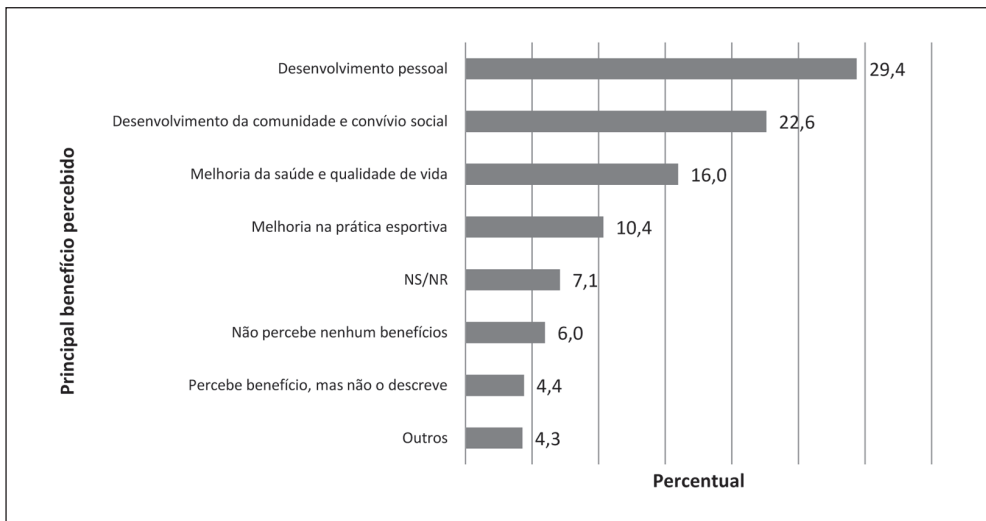


GRÁFICO 34 – Principal benefício atribuído ao *Segundo Tempo*
Fonte: TAB. 36 – Pesquisa de dados

Percepção geral

Na síntese da avaliação Programa, questionou-se se existia algo que fosse muito importante que não era feito pelo Programa *Segundo Tempo*. Observou-se que 52,6% não identificaram a falta de algo e 6% deles não souberam responder a essa questão ou optaram por não respondê-la. 41,4% sugeriram algo para ser contemplado na oferta do Programa; 17,6% indicaram modalidades e atividades esportivas; 11,7% sugeriram a melhoria e o incremento na infraestrutura, materiais e espaço, conforme TAB. 37.

TABELA 37
Existência e a indicação de algo não contemplado no Programa

Algo não realizado no programa	Frequência	Percentual
Nada	1032	52,6
Atividade e modalidades esportivas	346	17,6
Infraestrutura e equipamentos	230	11,7
Outros	138	7,0
NS/NR	118	6,0
Qualificação e preparo para o trabalho	68	3,5
Reforço escolar	29	1,5
Total	1961	100,0

Fonte: Pesquisa de dados

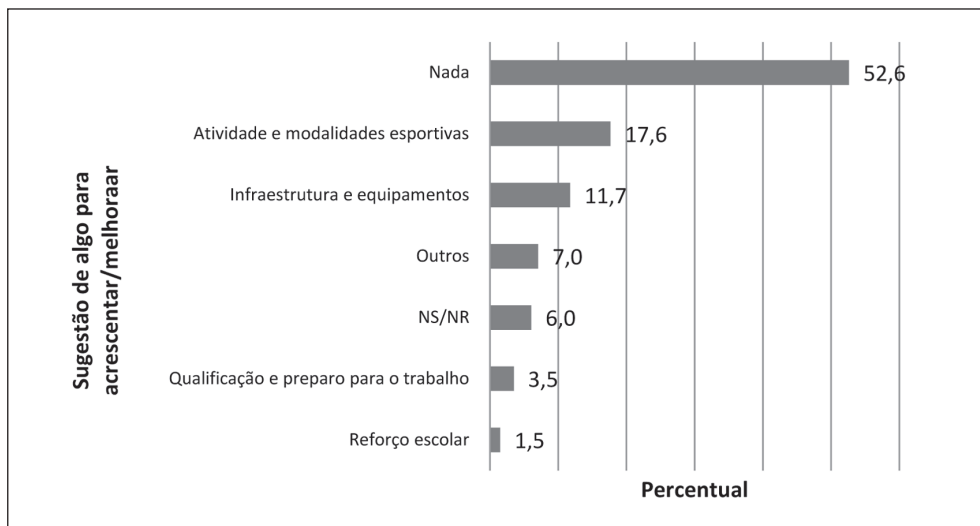


GRÁFICO 35 – Existência e a indicação de algo não contemplado no Programa

Fonte: TAB. 37 – Pesquisa de dados

Quando os beneficiados foram questionados sobre qual nota dariam ao Programa *Segundo Tempo*, entre 0 e 10, apenas 3,1% atribuíram notas entre 0 e 4 (ruim ou muito ruim), 0,8% avaliaram o programa com notas 5 ou 6 (regular), enquanto 95,5% atribuíram notas entre 7 e 10 (muito bom ou bom). Em confirmação a essa boa avaliação geral, 86% dos participantes afirmaram que já tinham indicado ou que poderiam indicar o Programa *Segundo Tempo* a outra pessoa.

TABELA 38
Nota de avaliação do Programa Segundo Tempo

Nota	Conceito	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
10	Muito bom	1067	54,4	54,4
9	Muito bom	395	20,1	74,6
8	Bom	319	16,3	90,8
7	Bom	90	4,6	95,4
6	Regular	16	0,8	96,2
4	Ruim	5	0,3	96,5
2	Muito ruim	44	2,2	98,7
0	Muito ruim	10	0,5	99,2
Não sabe		12	0,6	99,8
Não respondeu		3	0,2	100,0
Total		1961	100,0	

Fonte: Pesquisa de dados

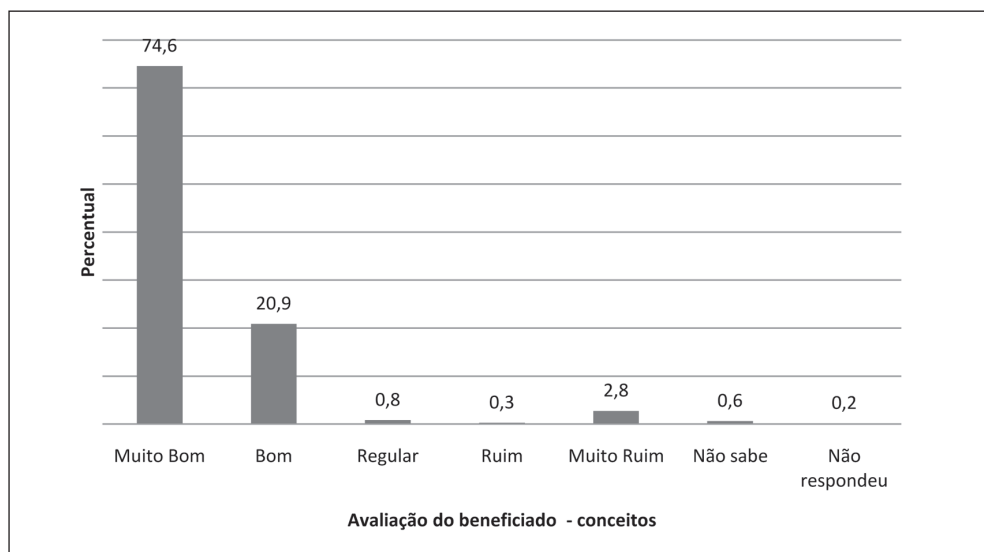


GRÁFICO 36 – Avaliação do beneficiado

Fonte: TAB. 38 – Pesquisa de dados

Capítulo 5

GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO DE PESQUISA DOS PROGRAMAS *ESPORTE E LAZER DA CIDADE E SEGUNDO TEMPO: APRENDIZADOS E DESAFIOS*

Destacamos, a seguir, aspectos importantes do gerenciamento do convênio de pesquisa, relatando a experiência da PUC Minas, por meio do Centro de Estudos em Educação Física, Esporte e Lazer (CEEFEL), na liderança e na realização dos processos de gestão administrativa, financeira e executiva do Convênio 700735-2008.

Destacamos o processo de execução do referido convênio, bem como as interfaces e desafios enfrentados durante sua realização. Entretanto, observamos que as ações de gerenciamento foram realizadas desde a aprovação do projeto (Avaliação dos *Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo: elaboração de método avaliativo*, pelo Edital de Chamada Pública), com as demandas que envolveram a submissão do projeto à concedente (no caso o ME), o preenchimento de formulários e cadastros conforme *Manual de Convênios*, o protocolo e o envio da documentação solicitada. Todas essas ações foram necessárias para viabilizar a elaboração da minuta do convênio com fins de que fosse assinado.

De acordo com Zingoni (2007) o gerenciamento do projeto acontece, sobretudo, nas fases de execução, a qual, por sua vez, somente se inicia com a disponibilização dos recursos necessários e previstos no projeto. Essa orientação da autora é prática também da PUC Minas. A assinatura do convênio é marco que autoriza e assegura os recursos e meios necessários para a execução do convênio. Mas essa ação não basta. Para que se concretizem as ações executivas, como as contratações de serviços, aquisições de materiais e insumos, viagens, dentre outras, é necessário que os recursos estejam disponíveis em conta.

Da assinatura do convênio

Convênio aqui entendido como contrato, do latim *contractu*, significa “trato com”. É a combinação de interesses de pessoas sobre determinada coisa. É “o acordo de vontades que tem por fim criar, modificar ou extinguir um Direito”. Segundo Monteiro (1988, p. 52), vale dizer, contrato é o *duorum pluriumve in idem placitum consensus*,

que significa mútuo consenso de duas ou mais pessoas sobre o mesmo objeto. A lei (Código Civil brasileiro, art. 82) apenas estabelece que, ao se contratar (trata-se de um ato jurídico), é necessário que as partes tenham capacidade de exercício, que o objeto seja lícito e que tenha forma prescrita ou não proibida pela lei.

Juridicamente, além das condições para sua validade o contrato possui três princípios básicos: que a vontade seja autônoma, significando a liberdade das partes na estipulação do que melhor lhes convenha; o princípio da supremacia da ordem pública, em outras palavras, a vontade das partes tem como limite os termos da legislação pertinente à matéria, aos princípios da moral e da ordem pública e, o da obrigatoriedade, fazer lei entre as partes (*pacta sunt servanda*).

Conforme o Manual de Convênios (2010) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) contrato e convênio se distinguem com base no objetivo de cada um dos pactuantes. No contrato, cada parte possui interesse específico e distinto da outra; cada qual busca, na relação jurídica, a realização de uma satisfação individual. Diante do objeto do acordo, as vontades se opõem de acordo com uma lógica em que o proveito gerado exclusivamente para um só é possível pelo cumprimento da obrigação imposta ao outro. O resultado final é apropriado de formas distintas por cada lado. No convênio, conforme compreendido no Direito Público, o objetivo é realizar determinado interesse comum. Para tanto, os partícipes se reúnem de forma articulada para a construção de um resultado final perseguido por todos, que se traduz em benefício para a coletividade. O espírito aqui é o da mútua colaboração ou da cooperação, voltado para atender ao dever institucional compartilhado pelos envolvidos sem que cada participante retire proveito individual posto de forma antagônica para o outro.

Nesse sentido, a assinatura de um convênio na PUC Minas é um processo que envolve várias áreas e pró-reitorias, com o desvelado intuito de garantir que a instituição assuma compromissos que institucionalmente sejam de seu interesse, e ao mesmo tempo com clara e declarada capacidade de cumprimento do pacto firmado. No caso do convênio, os compromissos e o cumprimento do pacto se materializam nas entregas e produtos definidos no objeto do projeto, base da contratação.

A formalização do convênio em questão foi concretizada com a assinatura do representante legal da instituição, após o aval da assessoria jurídica, financeira, de planejamento, infraestrutura e recursos humanos. As exigências quanto aos prazos de assinatura do convênio se configuraram como um divisor de águas nesse processo, dada a dificuldade de conciliação das demandas internas com os exigidos pelas instituições parceiras e/ou concedentes. Essa exigência se tornou um aprendizado para todas as áreas da PUC Minas, uma vez que esse convênio demandou a criação de uma comissão que passou a se responsabilizar pelo processo de análise e trâmite interno da documentação de novos e a execução dos já existentes. Em seguida, foi instituída formalmente, com essa atribuição, a Portaria Conjunta SMC/PUC Minas nº 002/2009, em dezembro de 2009.

Além da responsabilidade de análise dos documentos, essa portaria define os procedimentos e os prazos de submissão dos convênios, as atribuições dos responsáveis de cada órgão envolvido, disponibiliza os meios como os sistemas informatizados (a exemplo do SGD – Sistema de Gestão de Documentos) para auxiliar no controle de fluxo dos documentos, profissionalizando e organizando o processo de assinatura.

Após passar por todas essas etapas, o convênio desta pesquisa foi publicado no *Diário Oficial da União*, permitindo o início de sua execução.

Cadastro do convênio nos sistemas operacionais

Todo convênio aprovado e assinado precisa ser cadastrado nos sistemas operacionais do Sistema Nacional de Convênios (SICONV) e da PUC Minas (Sistema de Gestão Integrada e Financeira). A inscrição no sistema da PUC Minas torna-se necessária para que as áreas, meio e executivas (planejamento, financeiro, infraestrutura, recursos humanos, tesouraria, compras, comissão de licitação, dentre outras), tomem ciência do convênio a ser executado e exerçam suas atribuições. Evidencia-se, aqui, uma execução processualmente integrada e articulada com várias áreas executivas da instituição.

Por sua vez, o SICONV é um sistema de gestão nacional de convênios do Governo Federal – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) –, que trata da relação jurídica estabelecida com entidades administrativas objetivando a promoção de ação conjunta, quando há neles um objeto claro e definido (art. 2º da Portaria Interministerial nº 127/2008).

A inscrição nesse sistema configurou-se como um grande desafio para condução dada pela instituição. A PUC Minas processou o cadastro em nome da Sociedade Mineira de Cultura – Gerência Corporativa de Contratos (entidade executiva) –, que passa a gerenciar e monitorar esse convênio.

O acesso ao Sistema é realizado por meio de senha, emitida em nome do representante legal da instituição, que se compromete com as bases do convênio, solicita recursos, remete projetos para análise e realiza qualquer alteração nos planos de trabalho. Aqui encontramos uma enorme dificuldade, uma vez que nosso representante legal é o atual Arcebispo de Belo Horizonte e Grão-Chanceler da PUC Minas, Dom Walmor Oliveira de Azevedo, homem público e com muitas atribuições, dentre elas, as ações da natureza deste convênio. Qualquer lançamento e/ou alteração no SICONV somente é realizado por esse representante legal que possui uma agenda predeterminada para sua realização, depois de feito todo o processo de análise da demanda e trâmite da documentação. Esse procedimento, muitas vezes exigiu tempo para a realização demandando uma compreensão das necessidades e dos caminhos a serem percorridos por todas as áreas da instituição e do Ministério do Esporte.

O plano de trabalho

O planejamento, em toda a sua riqueza, transcende a perspectiva de tarefa burocrática e pode ser considerado uma condição de engrandecimento para quem o executa dadas as oportunidades de tomada de decisão, revisão permanente e aprendizado com base nos acertos e erros. Segundo Turra *et al.* (1991), é um conjunto de ações coordenadas entre si, que concorrem para a obtenção de certo resultado desejado. O ato de planejar é considerado elemento de enorme importância, chegando a ser essencial em inúmeras situações da vida pessoal e profissional em que o sucesso é um sinônimo de realização e satisfação. Em projetos de pesquisa, não é diferente, assim como em qualquer circunstância, o ato de planejar diminui as chances de insucesso, principalmente quando realizado de forma adequada. Nesse caso, três níveis tornam-se comuns: o projeto de pesquisa, o planejamento amostral e o planejamento administrativo. Na execução do convênio desta pesquisa elaboramos um plano de trabalho (planejamento administrativo), que teve como referência o modelo-padrão do Ministério do Esporte, contido no Manual de Convênios (2010).

O plano de trabalho precisa apresentar certos aspectos capazes de caracterizá-lo, isto é, torná-lo um documento vivo, de modo que todos os envolvidos os entendam e o reconheçam. Nesse sentido, deve ser flexível e oferecer alternativa quando as ações em andamento indicarem que os objetivos não estão sendo atingidos. A flexibilidade, no entanto, não deve ser entendida como simples abandono das ideias iniciais, ou mudanças de rotas, mas, sim, como questionamento honesto sobre as escolhas feitas quando se mostrarem inadequadas, e consequente revisão dos pontos necessários, com respeito aos prazos e normas internas das áreas envolvidas no processo de execução. Essa foi a primeira característica do plano de trabalho desse convênio. Ao definir metas e caminhos executivos e metodológicos a cumprir, cremos que expressou também, segundo Albuquerque (2002), determinada visão de homem/mulher e sociedade, incluindo os princípios, valores, sonhos e intenções da equipe que o planejou.

Uma segunda característica foi sua condição de orientador da execução do projeto de pesquisa, que orientou o cumprimento dos prazos de cada etapa, bem como os meios e recursos a serem disponibilizados e a prestação de contas.

Todo plano de trabalho tem ainda uma terceira característica, que é sua objetividade quando se torna necessária a devida consideração da realidade na qual a pesquisa estará acontecendo, e como se dará sua execução administrativa. Essa característica exige o conhecimento dos caminhos internos, os sujeitos envolvidos e suas condições de trabalho, regras, normas, enfim, a obtenção do máximo de dados concretos que não somente facilitará sua adequação, mas estabelecerá um diálogo entre a realidade institucional, política, administrativa, legislativa, que envolvem sua execução. Em nossa pesquisa algumas adequações no percurso foram necessárias para atender a essa característica, uma vez que a realidade, a todo o momento, exigia novas respostas.

Na execução deste projeto, para garantir-lhe a coerência, muitas vezes foram necessárias a revisão do plano de trabalho e a solicitação de sua alteração à concedente. Esse foi um trabalho dinâmico e realizado em conjunto com os analistas do Ministério do Esporte e dos professores da PUC Minas durante toda a execução do convênio. O que muitas vezes parecia ser um retrabalho e/ou uma burocratização do processo, na verdade, foi a busca desta coerência.

Do processo de execução burocrática e a equipe de trabalho

Por processo consideramos uma sequência de ações necessárias para atingirmos um ou mais objetivos. Num projeto de pesquisa como cujo objetivo desafiador foi criar o sistema de monitoramento e a avaliação de dois programas nacionais, o processo mostrou-se bastante complexo e burocrático. Atribuímos esse fato à sobreposição de ações de diferentes naturezas e abrangências, como a pesquisa, a produção do conhecimento, a administração, as relações interinstitucionais, políticas e entre áreas, que exigiram da equipe envolvida uma série de competências procedimentais, atitudinais e conceituais (ZABALA, 1998).

A burocracia é uma forma de organização humana pautada na racionalidade, isto é, na adequação dos meios aos objetivos (fins) pretendidos, a fim de garantir a máxima eficiência possível no alcance desses objetivos (CHIAVENATO, 2004, p. 275). Com base nessas ideias, consideramos que o contexto desse convênio, suas normatizações, regras e a burocratização dos processos, permitiram a leitura da execução integrada e articulada institucionalmente por todos os envolvidos. Entretanto, apesar de necessários, esses processos burocratizados muitas vezes se tornaram motivos de tensão, retrabalhos e lentidão no cumprimento de prazos definidos pela conveniente e pelo plano de trabalho. Nesse sentido, e considerando o contexto institucional deste projeto de pesquisa, a burocracia se faz necessária para o aprimoramento dos processos de gerenciamento e a execução de projetos dessa natureza.

Muitas vezes deparamos com questões que Weber (1947, *apud* CHIAVENATO, 2004) nos ajuda a compreender e problematizar, em relação à ocorrência de uma forma distinta de burocracia, evidenciada claramente em situações cotidianas da pesquisa. Estamos dizendo daquela burocracia entendida no sentido de apego dos funcionários aos seus regulamentos e rotinas, que, segundo ao autor, é também causa da ineficiência na organização e nos processos:

O conceito de burocracia para Max Weber é exatamente o contrário. A burocracia é a organização eficiente por excelência. E, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas (CHIAVENATO, 2004, p. 383).

A gestão burocrática e executiva do projeto é o que viabiliza a realização das ações de pesquisa e extensão previstas no plano de trabalho. A execução deve andar junto com as ações da pesquisa e no mesmo ritmo. Como nos mostra Zingoni (2007, p. 63),

executar um projeto abrange o gerenciamento de todos os elementos dele: produtos, prazos, a coordenação e a integração das atividades e o tratamento e a comunicação das informações produzidas.

Durante a execução do convênio, todos esses elementos foram evidenciados: realizamos por duas vezes o aditamento do convênio para ajustes de prazos; dois processos licitatórios para contratação de pessoas jurídicas na prestação de serviços especializados; adquirimos materiais e insumos necessários; e contratamos, orientamos e administramos três bolsistas de graduação.

A contratação dos estagiários e de uma assistente de pesquisa, prevista no plano de trabalho, levou em consideração a carga administrativa para gerenciar o convênio, uma vez que esta prevê a realização de atividades como: contatos telefônicos, negociações, apresentações, agendamentos, realização de reuniões, elaboração de convites, ofícios, solicitações, processos de protocolos, recebimento e encaminhamento de documentos e dados, arquivamentos, organização de material e pastas, dentre outros. Ressaltamos ainda as atividades da pesquisa propriamente dita: coleta e organização de dados, observação e organização do trabalho de campo e do plano amostral, aplicação dos instrumentos da pesquisa durante a execução do projeto piloto, transcrição de grupos focais e entrevistas. Consideramos que a participação dos bolsistas de graduação foi fundamental no cumprimento das etapas e demandas operativas do projeto e também por se configurar um espaço rico de aprendizado e formação dos acadêmicos envolvidos, como explicitado nos relatos a seguir:

O Curso de Educação Física nos proporciona, enquanto estudantes, a atuação em diferentes campos de estágio ao longo da graduação, e este, no CEEFEL, foi um dos mais enriquecedores que já vivenciei, pois me apresentou um novo campo de saber. Atuar com pesquisa qualitativa e quantitativa traz novos desafios dia a dia. Enfim, posso dizer, seguramente, que aprendi e cresci muito como pessoa e, mais ainda, como profissional. Digo isso, tanto pela experiência profissional quanto pelo convívio com as pessoas com quem trabalhei. Obrigado! (Gabriel Pereira Gonçalves – 7º período de Educação Física).

Como graduanda em Educação Física, o estágio no projeto de pesquisa possibilitou-me aprendizados administrativos, teóricos e práticos sobre a área de esporte e lazer. Foi possível entender e presenciar como funcionam o PELC e o Segundo Tempo em diversas regiões do País e perceber a importância que tais projetos representam para as comunidades assistidas, que em sua maioria estão

localizadas em áreas de vulnerabilidade social. Considero também significativa a oportunidade de conviver com pessoas referência na área de esporte e lazer (Rebeka de Aguiar Venâncio – 8º período de Educação Física).

A experiência de contribuir na gestão e na efetiva aplicação de campo do projeto ‘Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da cidade e Segundo Tempo: elaboração de método avaliativo’ foram essenciais para minha formação profissional e pessoal. Nos quase dois anos de estágio, convivi com grandes profissionais e mestres, que me fizeram descobrir uma Educação Física diferente, mais especial e cheia de oportunidades. Sinto que os grandes desafios e vitórias que conquistei com a pesquisa foram os primeiros de muitos que virão, pois acredito que quando se gosta e se dedica àquilo que se faz, o sucesso é uma consequência. O resultado final dessa grande pesquisa foi uma consequência do empenho e envolvimento de todos. Muito obrigada a todos (Vanessa Aparecida dos Santos – 7º período de Educação Física).

A prestação de contas

A prestação de contas é o conjunto de demonstração e comprovação da utilização devida dos recursos destinados ao convênio. Por meio do Manual de Convênios (2010) o Ministério do Esporte define também a forma e o prazo de entrega da prestação de contas.

Esse procedimento foi realizado durante a execução do convênio, evidenciado nas ações de formalização dos contratos de fornecimento de serviços e produtos necessários, previstos no plano de trabalho. A organização e o armazenamento dos documentos e comprovantes de transações financeiras, como notas fiscais, recibos, comprovantes de depósito, extratos bancários, cartas de correção, dentre outros, respeitou a regulamentação que define as formas de aplicação e utilização dos recursos da União e a observância do plano de trabalho e das cláusulas contratuais do convênio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, cumpriram-se os objetivos e, no seu processo, foi possível elaborar várias questões que apontam desafios para a consolidação dos programas na política pública de esporte e lazer, assim como para a implantação dos seus Sistemas de Monitoramento e Avaliação.

Ao longo da pesquisa foi possível analisar e elaborar questões, que serão apresentadas, como desafios, considerando dois eixos:

- 1) desenho e gestão dos programas no contexto da política pública;
- 2) implantação de sistemas de Informação de Monitoramento e Avaliação.

Desafios do desenho e gestão dos programas – PELC e Segundo Tempo

Observa-se que a política pública de esporte e lazer no rol das políticas públicas sociais é a mais recente a ocupar a agenda do Estado brasileiro. Essa incipiência permite a escolha de dispositivos de gestão experimentados em outras políticas públicas, o que gera uma vantagem e a aceleração da sua implantação. Destacam-se dois elementos desse processo de “transferência” de conhecimento:

- a) elaboração do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e sua criação por meio de lei;
- b) realização de conferências em âmbitos municipal, estadual e nacional, em períodos de dois anos.

O Sistema Nacional de Esporte e Lazer é um arranjo político-institucional que organiza a oferta de bens e serviços, gestão e financiamento da política pública de esporte e lazer. Seu propósito é a garantia do direito. Outras políticas públicas também se organizam nesse formato, como a política pública de saúde – Sistema Único de Saúde – e a política de assistência social – Sistema Único De Assistência Social. Um dos princípios balizadores dessa política pública é o pacto federativo. A União, os Estados e os municípios têm obrigações na perspectiva da garantia do direito. Esse arcabouço que se estrutura no processo de implantação da política pública requer a adoção de mecanismos inovadores de gestão e legitimização. A realização de conferências em períodos de dois anos reitera o princípio da participação popular e social e difunde a compreensão desse direito social na sociedade. A mobilização de setores organizados e não organizados da sociedade em torno da agenda de esporte e lazer amplia as perspectivas da implantação e da cobertura da referida política pública.

Esse processo de legitimação da política pública efetiva o controle social e impinge a adoção de dispositivos de gestão voltados para a transparência, em destaque as informações produzidas pelos Sistemas de Monitoramento e Avaliação.

Considerando a ambiência satisfatória de produção das ações para a garantia do direito ao esporte e ao lazer no contexto brasileiro, observa-se que os programas PELC e *Segundo Tempo* têm desafios similares, dada a proximidade do tipo de ação, conforme Nogueira (1998).

Os dois programas podem ser compreendidos como ações com baixa programabilidade e alta interação com o usuário. Observa-se uma diferença no grau da baixa programabilidade: no PELC, ela é menor que no *Segundo Tempo*, considerando a natureza das ações: lazer e esporte educacional. Para ações enquadradas nessa tipificação, os desafios apresentados por Nogueira (1998) são vários e em dimensões distintas. No caso dos programas, observa-se:

- Qualificação dos agentes sociais e monitores. A alta discricionariedade do agente operador das ações pressupõe que ele tenha aporte teórico-metodológico suficiente para “navegar” na diversidade das demandas/necessidades, nos contextos sociais e culturais, nos aspectos subjetivos que mobilizam os interesses individuais e do grupo para a prática do lazer e do esporte. A atuação profissional qualificada condizente com os princípios e as diretrizes dos programas garante sua identidade como política pública nacional no contexto local da operação. Nesse sentido, a necessidade da atuação profissional suscita uma discussão sobre a relação entre a qualificação dos agentes sociais ou monitores e a efetividade destas, entendida como contribuição positiva na situação problema.

No processo de qualificação para atuação no PELC e no Programa *Segundo Tempo*, a ação de agentes sociais e monitores está relacionada com sua capacidade de leitura da realidade onde o projeto se insere, exigindo deste a tomada de decisões no transcorrer do caminho de realização das ações (NOGUEIRA, 1998). Nesse sentido, a abordagem prescritiva e técnica precisa ser articulada com a fundamentação teórico-metodológica no campo do lazer e do esporte educacional, o que permitirá a esses sujeitos uma atuação mais qualificada.

Outra questão que se coloca diz respeito ao conhecimento produzido ao longo do trabalho, no sentido de registrar, analisar e avaliar as ações com vista ao aperfeiçoamento do Programa. Sugere-se, ainda, a formação *on line* desses atores com a implementação das escolas-satélite ou outros recursos que ampliam a transferência de conhecimento, como a elaboração de material didático, que poderá dialogar com os registros das experiências dos próprios autores no processo.

Observa-se, também, nesse contexto que os dois programas têm nos principais operadores, atributos para a alta rotatividade. O PELC opera com o agente social, que

pode ser um estagiário ou outro profissional. O fato de não ser necessariamente um estagiário, diminui, em tese, a rotatividade prevista na condição do estágio, que é o principal meio de contratação do Programa *Segundo Tempo*. Mesmo com a diferença mínima entre os dois programas, ressalta-se que esse elemento – alta rotatividade – agrega mais argumentos para a necessidade de investimento estratégico nos processos de capacitação como processo continuado e ininterrupto.

• O financiamento do Programa – tempo e construção da autogestão e autonomia. O desafio está em constituir uma dinâmica de financiamento que considere a organização de uma comunidade para assumir autonomamente a oferta das atividades de esporte e lazer. Esse desafio remete à não linearidade do tempo e do processo, no caso do PELC. Considerando o formato dos dois programas, observa-se que o financiamento não contempla, formalmente, o pacto federativo, com a participação dos Estados e dos municípios, assim como o uso do dispositivo do Convênio como forma de repasse dos recursos submete a proposta de ação dos programas à adequação administrativa como principal meio de regulação. Esse dispositivo é constrangedor das necessidades de adaptação e da dinâmica de decisão dos operadores.

Os desafios apontados, até então, para os dois programas são:

- 1) capacitação continuada dos operadores;
- 2) financiamento como elemento de “incerteza” e descontinuidade, inclusive desconsiderando a natureza do tempo e do processo de construção da autonomia; e
- 3) operação administrativa por meio de convênios.

Faz-se necessário avançar no formato dos programas considerando como referência uma política pública que organize a oferta das ações, considerando a natureza de seus objetos e de forma condizente, sua necessidade operacional como elemento principal para o arranjo institucional e administrativo, e não o contrário. Esse desafio para ser superado, certamente, imporá a revisão do marco legal constituído para o esporte e o lazer.

Observa-se que o avanço no marco legal, que tem como base os direitos garantidos na Constituição Federal, ocorre no processo de efetivação desses direitos por meio da regulamentação. A principal lei regulamentadora da política pública de esporte e lazer é a Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé), que institui normas gerais sobre o esporte brasileiro e estabelece, em seu art. 7º, inciso I, que os recursos do Ministério do Esporte deverão contemplar o esporte educacional (redação dada pela Lei nº 10.672, de 2003). Nesse caso, contempla a definição do financiamento do Programa *Segundo Tempo*. O PELC, por sua vez, não está regulamentado por meio de lei e não possui uma definição com essa característica para o seu financiamento.

Ainda considerando algumas reflexões importantes e relativas ao desenho dos programas, observa-se, em relação ao *Segundo Tempo*, o desafio para seu desenvolvimento e sua ampliação relativo à atuação dos monitores/estagiários na operacionalização dos núcleos, uma vez que as atividades são oferecidas por meio da sua atuação direta, que deve ser orientada e acompanhada pelo coordenador. Tendo em vista o papel do estágio na formação do estudante de Educação Física, a natureza dessa prática, a legislação que regula essa atividade no País e a localização dos núcleos em regiões de vulnerabilidade social, a alta rotatividade dos estagiários/monitores pode dificultar as atividades, comprometer o processo de qualificação do Programa e o alcance dos objetivos e resultados esperados.

Nessa direção, sugerimos o estreitamento de diálogo, permanentemente, com as instituições de Ensino Superior, a fim de promover um processo de acompanhamento que possibilite a discussão das dificuldades enfrentadas e a reflexão sobre as experiências vivenciadas em campo. Esse acompanhamento sistematizado, além de contribuir para a formação dos estudantes, poderá auxiliá-los na superação dos desafios enfrentados no cotidiano, tornando-os mais conscientes do papel desse estágio em sua formação e mais seguros em relação à sua participação nas atividades. Esta ação, consequentemente, poderá diminuir a rotatividade do monitor.

Além disso, tendo em vista que o objeto do Programa *Segundo Tempo* é o esporte educacional e que o seu público-alvo se encontra em idade escolar, torna-se fundamental que haja uma profunda reflexão sobre a relação entre este e o sistema educacional. Algumas reflexões precisam ser realizadas por todos os envolvidos: Qual é o papel do esporte na formação da criança, do adolescente e do jovem no País? Se o caminho da Educação Básica no Brasil parece levar, inexoravelmente, à sua universalização, não seria a aproximação com a escola uma possibilidade real de viabilizar o acesso de todas as crianças e adolescentes ao esporte?

Outro argumento que favorece a reflexão sobre a relação do Programa com o sistema escolar é a tendência observada nas escolas públicas brasileiras de aumentar o tempo que os alunos permanecem na escola diariamente. Com a implantação de propostas de escola em tempo integral, a disponibilidade do público-alvo do Programa para participar de suas atividades poderia diminuir, especialmente em núcleos que não funcionam em parcerias com as escolas públicas? Nos Estados ou municípios que também executam programas ou projetos de contraturno escolar, as ofertas de diferentes possibilidades poderia se configurar como uma concorrência, favorecendo a não aderência dos beneficiados e criando dificuldades para o alcance dos seus objetivos e resultados?

Por fim, é necessário reforçar a importância de se refletir sobre o ensino do esporte. Essa não é uma questão sobre a qual haja consenso no meio acadêmico brasileiro, sendo fonte de muita tensão na área. Por esse motivo, o Programa *Segundo Tempo* pode ser uma excelente oportunidade de construção de novas propostas de

ensino para as modalidades esportivas destinadas a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social no contexto educacional. A tentativa de superação dos antagonismos que permeiam o ensino do esporte pode favorecer o surgimento de práticas criativas que contribuam efetivamente para o acesso da população *ao esporte* como direito de todos.

Essas novas práticas, registradas e avaliadas, poderão contribuir, também, para a maior democratização do esporte no País, especialmente entre os mais pobres, as mulheres, as pessoas com deficiência e aquelas com menores chances de se tornarem atletas. Para isso, deverão buscar a superação da concepção do esporte como uma simples atividade, na direção de compreendê-lo como um conhecimento que deve ser ensinado em uma perspectiva de integração entre a dimensão teórica e a prática.

O que deve ser ensinado sobre o esporte e sobre cada modalidade esportiva em um programa de esporte educacional que pretende contribuir para a ampliação da apropriação da cidadania pelos mais pobres? Além de aprender o fazer esportivo, relacionado com as técnicas e táticas, que outros saberes deverão ser tratados e que poderiam contribuir para a ampliação da cultura esportiva da população? Como ensinar as competências objetivas relacionadas ao fazer esportivo sem perder a dimensão da ludicidade nas práticas propostas ou, em outras palavras, como romper com as práticas de ensino do esporte tradicionalmente identificadas com a monotonia das repetições de gestos, com a utilização de filas, com o pouco prazer por parte do praticante?

Enfim, um programa tão bem avaliado pelo público atendido, que tem trazido benefícios importantes à vida das pessoas e que contribui efetivamente para ampliar o acesso da população a esse direito ao esporte e ao lazer precisa ser compreendido no contexto e nas condições em que ocorre. As questões apontadas na pesquisa apresentada neste livro, longe de serem vistas como problemáticas, pontos fracos ou intransponíveis, devem consideradas como desafios, como resultado de um processo que é novo, de uma política recente, que já contribui com avanços importantes, quando comparada com o longo período da história do País em que o esporte e o lazer eram ignorados como direito ou utilizados de forma oportunista pelos governantes.

Observa-se, também, a existência de desafios relativos características inerentes aos objetos e públicos dos programas. Trata-se da natureza social dessas ações e sua pretensão de focalização do público e territórios marcados pela privação de acessos, vulnerabilidades sociais e pessoais e exposição às riscos. Ou seja, públicos e territórios com trajetórias históricas de ausência do Estado e com demandas de proteção social bem evidenciadas. Essa característica configura um cenário de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações com elementos importantes de serem observados:

- a) Intersetorialidade. Os programas devem se articular intersetorialmente no seu processo de produção das ações. O princípio da intersetorialidade, bem

definido na proposta do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e orientador dos dois programas, deve ser compreendido e operado baseando-se, principalmente, nas características do público-alvo e dos territórios. Essa observação contrapõe o cotidiano que favorece as instituições em detrimento do público e da necessidade. Além dessa importante observação, é necessário que os acertos institucionais sejam conduzidos por atores empoderados para essa função. Observa-se, em muitos casos, que os operadores dos programas tentam atuar intersetorialmente, mas enfrentam dificuldades por inexistir fluxos, acordos de parceria, disposição dos demais setores das políticas públicas e incompreensões das funções, competências e responsabilidades institucionais. A construção da intersetorialidade dos programas deve ultrapassar a formulação no nível estratégico da gestão (Ministério do Esporte) e adquirir robustez institucional localmente, garantindo a “retarguarda” para as ações dos coordenadores de núcleos e operadores das atividades, como encaminhamento, otimização de espaços, articulação de conteúdos e abordagens integradas em problemas específicos. Enfim, se tornar factível considerando os arranjos institucionais possíveis e disponíveis.

Esse princípio é estratégico, conforme mencionado, e deve ser conduzido adequadamente para evitar a adoção “utilitarista” das ações da política de esporte e lazer como meio para atingir os objetivos de outras políticas públicas. No cotidiano é muito comum essa prática, que compromete o reconhecimento do acesso aos bens e serviços de esporte e lazer como direito e com fim em si.

- b) Família dos beneficiados. Os programas evidenciam a importância da participação das famílias no acompanhamento do público criança e adolescente. Essa relação das famílias com os programas deve ser investigada e acompanhada, considerando a possibilidade da expectativa destas em transferir a função de controle do tempo livre das crianças e dos adolescentes. Esses valores reforçam a visão utilitarista do esporte e do lazer, agora por parte da sociedade, em específico a família, e precisam ser superados.

*Recomendações e desafios dos processos informacionais,
de monitoramento e avaliação*

O levantamento dos componentes avaliativos realizado na primeira etapa desta pesquisa evidenciou a necessidade e o “desejo” de que o Sistema de M&A dos programas contemple todos os enfoques avaliativos previstos na literatura, como a eficácia, a eficiência e a efetividade. Observou-se que no processo de produção dos indicadores a viabilidade de investigação de todos os componentes é relativa. Para alguns componentes, torna-se necessário amadurecer sua concepção e seu processo

de produção de resultados nos programas, uma vez que somente só assim ganhariam viabilidade de elaboração e verificação.

Os indicadores possíveis conceitualmente foram elaborados, mas não necessariamente viáveis nos processos informacionais existentes nos dois programas. Essa constatação gerou outro produto, que não compõe esta publicação, mas a documentação da pesquisa foi entregue aos gestores dos programas. Trata-se da análise das fontes de informação existentes, com indicação de aperfeiçoamento/incremento e sua aplicação e uso na construção dos indicadores. Nesse documento, foi orientada a constituição de novas fontes de informação e os elementos importantes para sua qualificação.

É importante salientar as seguintes recomendações:

- a) O Ministério de Esporte poderia constituir uma área de Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação com o propósito de assumir a implantação dos sistemas para os dois programas pesquisados e para as demais ações de relevância no Ministério.

Na pesquisa foi possível identificar que as diferenças dos sistemas de informação e M&A dos programas não são relevantes a ponto de se optar por constituir estruturas informacionais completamente distintas. É necessário reconhecer que as diferenças devem ser tratadas e consideradas, mas não impedem a convergência de estruturas tecnológicas e gerenciais.

- b) A implantação desses sistemas requer a instituição de uma Política de Informação que estabeleça diretrizes para processos de coleta, registro, processamento, armazenamento e arquivamento de dados e informação, assim como para o processo de extração e disseminação de informação.
- c) Elaboração de um Plano Diretor para a Tecnologia de Informação. Esse instrumento visa ao planejamento e à orientação para o investimento necessário no aporte tecnológico da informação e da comunicação. O plano permitiria a constituição das fontes de informação de forma incremental e evolutiva, considerando a gradualidade dos processos informacionais.
- d) Estabelecimento de parceria com instituições acadêmicas para a realização de pesquisas longitudinais e de efetividade das ações dos programas. Por se tratar de pesquisas de longa duração e com o emprego de metodologias quase-experimentais, cabe avaliar a relevância e o uso de seus resultados.

Por fim, esperamos que os programas aqui discutidos possam efetivar o Sistema de Monitoramento e Avaliação proposto periodicamente. Nesse processo, os próprios instrumentos poderão ser avaliados e reconstruídos. A esperança é de que o lazer e o esporte entrem definitivamente na agenda das políticas públicas brasileiras de forma qualificada e coerente com os princípios democráticos.

Desejamos, ainda, que esta pesquisa possa mobilizar outros programas e sensibilizar outros pesquisadores de modo a contribuir com o conhecimento acadêmico nessa área.

REFERÊNCIAS

AGUILLAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão de. A gestão estratégica de pessoas. In: FLEURY, Maria Tereza Leme (Org.). *As pessoas na organização*. São Paulo: Editora Gente, 2002.

ALVES JÚNIOR, Edmundo de D. Educação intergeracional: privilegiar o lazer para possibilitar o diálogo cultural entre as gerações. In: MARCELLINO, N. C.; FERREIRA, Marcelo P. A. (Org.). *Brincar, jogar, viver*, 2007. v. 1: Programa *Esporte e Lazer da Cidade*. Ministério do Esporte.

ALVES JÚNIOR, Edmundo de D. Envelhecendo sem tropeços. In: MARCELLINO, N. C.; FERREIRA, Marcelo P. A. (Org.). *Brincar, jogar, viver*. 2007.v. 2: Programa *Esporte e Lazer da Cidade*. Ministério do Esporte.

ALVES, Vânia F. Noronha. *Os festejos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário em Belo Horizonte/MG: práticas simbólicas e educativas*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. *Avaliação participativa de programas sociais*. São Paulo: Veras Editora. 2000.

BENEVIDES, M. V. M. A cidadania ativa. São Paulo: Ática, 1996 *apud* PINTO, Leila M. S. M. *Políticas participativas de lazer*. Brasília: SESI/DN, 2006. v. 7: Dimensões políticas de lazer.

BOLFARINE, H., BUSSAB, W. O. *Elementos de amostragem*. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.

BONALUME, Cláudia R.; EWERTON, Andréa N.; PINTO, Leila M. S. M.; SILVA, Débora A. M. O Programa *Esporte e Lazer da Cidade* (PELC). In: PINTO, Leila M. S. M.; SILVA, Débora A. M.; BONALUME, Cláudia R.; RODRIGUES, Rejane P.; ARÁUJO, Luiz Roberto M. (Org.). *Brincar, jogar, viver*. 2008. v. 1: Lazer e intersetorialidade com o PELC. Ministério do Esporte.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas de educação física. *Caderno Cedes*, Campinas, n. 8, p.69-88, 1999.

BRASIL. *Constituição Federal brasileira*. São Paulo: Tecnoprint, 1988.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Manual de Convênios 2010*. Disponível em www.ibtim.org.br/orient/esportes/es3.pdf – último acesso em 10/11/2010.

BRASIL é 8º em número de shoppings. *Diário do Grande ABC*, sábado, 9 jan. 2010. Disponível em <http://www.dgabc.com.br/News/5787345/brasil-e-8-em-numero-de-shoppings.aspx>. Acesso em: 7 nov. 2010.

CAMARGO, Luís Otávio L. *O que é lazer?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, M. C. B. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. (Org.). *A família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, INICEF, 2000 *apud* ZINGONI, Patrícia. O lugar das famílias nas políticas de lazer. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Alínea, 2008.

CASTELLANI FILHO, Lino. Gestão municipal e política de lazer. In: ISAYAMA, Helder F. e LINHALES, Meily A. (Org.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set. 2005 (Colección Sur Sur, CLACSO)

CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria geral da administração*. 7. ed. São Paulo: Campus, 2004.

COSTA, Luciana Cirino Lages Rodrigues. *Participação popular e transformação do espaço: a área de lazer Jardim Leblon*. 2010. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

CULTURA em números: Anuário de Estatísticas Culturais. 2009. Brasília: MinC, 2009. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br>, acessado em 15 de outubro de 2010.

DARIDO, Suraya Cristina; OLIVEIRA, Amauri A. B. de. Procedimentos metodológicos para o Programa *Segundo Tempo*. In: OLIVEIRA, Amauri A. B.; PERIM, G. L. (Org.). *Fundamentos pedagógicos do programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá: Eduem, 2009.

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

DYE, Thomas R. *Understanding public policy*. New Jersey: Prentice-Hall, 1987.

ELIZALDE, Rodrigo; GOMES, Christianne. Ocio y recreación em América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación. *Revista Polis: revista académica Universidad Bolivariana, Bolívia*, n. 26, 2009. Disponível em www.revistapolis.cl, acessado em 20 de outubro de 2010.

EWERTON, Andréa N. e ARÁUJO, Luiz Roberto M. O fundionamento de núcleos do PELC. In: PINTO, Leila M. S. M.; SILVA, Débora A. M. da.; BONALUME, Cláudia R.; RODRIGUES, Rejane P.; ARÁUJO, Luiz Roberto M. (Org.). *Brincar, jogar, viver*. 2008. v. 1: Lazer e intersetorialidade com o PELC. Ministério do Esporte.

EWERTON, Andréa Nascimento. Acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação no Programa *Esporte e Lazer da Cidade*. In: MARCELLINO, N. C. e FERREIRA, Marcelo P. A. (Org.). 2007. *Brincar, jogar, viver*. V. 1: Programa *Esporte e Lazer da Cidade*. Ministério do Esporte.

FILGUEIRA, Júlio C. M., PERIM, Giana L., OLIVEIRA, Amauri A. Bássoli de. Apresentação. In: OLIVEIRA, Amauri A. Bássoli de; OLIVEIRA, Giana L. (Org.). *Fundamentos pedagógicos para o programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. 2. ed. Maringá: Eduem, 2009.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREITAS, Ricardo F. Shopping Center. In: GOMES, Christianne L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GALUCH, Maria Terezinha B.; SFORNI, Marta Sueli F. Aprendizagem conceitual nas séries iniciais do ensino fundamental”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL, 2 e SEMANA DE PSICOLOGIA – PSICOLOGIA: sociedade e saberes em transformação, 7, 2005, Maringá. In: *Anais...*, Maringá. v.1, p.1-12 *apud* ELIZALDE, Rodrigo; GOMES, Christianne. Ocio y recreación em América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación. *Revista Polis: revista académica Universidad Bolivariana, Bolívia*, n. 26, 2009. Disponível em www.revistapolis.cl. Acesso em: 20 out. 2010.

GEBARA, A. História do esporte: novas abordagens. In: PRONI, M.W.; LUCENA, R. de F. (Org.) *Esporte: história e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2002 (Coleção Educação Física e Esportes).

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do futebol*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GLEISER, Marcelo. Sobre a importância da ciência. *Folha de S. Paulo*. Caderno Ciência, domingo, 17 out. 2010. p. 11.

GOMES, Christianne L. Lazer: ocorrência histórica. In: _____ (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KUNZ, Elenor. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí: Unijuí, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LEHTONEN, R. PHKINEN, E. *Practical methods dor design an analysis of complex surveys*. 2th ed. Inglaterra: John Wiley & Sons, 2004.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea Editora, 2008.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. A teoria sociológica da decisão e a ação comunitária como estratégias de planejamento em ação. In: PINTO, Leila M. S. M. (Org.) *Como fazer projetos de lazer: elaboração, execução e avaliação*. Campinas: Papyrus, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Papyrus: São Paulo, 1987.

MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

MATUS, Carlos. *Política, planejamento e governo*. Brasília: IPEA, 1997. t. 1 e 2.

MELO, José Pereira de; DIAS, João Carlos N. de Souza e Nunes. Fundamentos do programa *Segundo Tempo*: entrelaçamento do esporte, do desenvolvimento humano, da cultura e da educação. In: OLIVEIRA, Amauri A. B.; PERIM, G. L. (Org.). *Fundamentos pedagógicos do programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá: Eduem, 2009.

MELO, Marcelo Paula de. *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

MELO, Vitor Andrade de. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas: Papyrus, 2006.

MELO, Vitor Andrade de. *Lazer, cidade e comunidade*. Brasília: SESI/DN, 2005 (Lazer e Cultura, v. 5).

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Helder F.; LINHALES, Meily A. (Org.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Cultura em números: Anuário de Estatísticas Culturais 2009. Brasília: MinC, 2009. Disponível em http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/10/cultura_em_numeros_2009_final.pdf. Acesso em: 7 nov. 2010.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Programa Segundo Tempo: diretrizes e orientações para o estabelecimento de parcerias*. Secretaria Nacional de Esporte Educacional, 2009. Disponível em www.esporte.gov.br/segundotempo.

MOKATE, Karen Marie. *Gerencia social: un enfoque integral para la gestión de políticas y programas*. Banco Interamericano de Desarrollo. Marzo, 2006. Nova York. Serie de Documentos de Trabajo I-56.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: direito das obrigações*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

MORENO, M. B.; LOPEZ, M. D. F.; LOPEZ, J. M. *Gerontogagia, educación en personas mayores*. Granada: Universidade de Granada, 2004 *apud* ALVES JÚNIOR, Edmundo de D. Envelhecendo sem tropeços. In: MARCELLINO, N. C.; FERREIRA, Marcelo P. A. (Org.). *Brincar, jogar, viver*. 2007. v. 2: Programa *Esporte e Lazer da Cidade*. Ministério do Esporte.

NOGUEIRA, Roberto Martinez. *Los proyectos sociales: de la certeza ominipotente al comportamiento estratégico*. Serie Políticas Sociales. Santiago de Chile: Naciones Unidas. 1998.

NORONHA, Vânia (Org.). *Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/ Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2009.

PADILHA, Valquiria. A indústria cultural e a indústria do lazer: uma abordagem crítica da cultura e do lazer nas sociedades capitalistas globalizadas. In: MULLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine P. (Org.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

PAZ, Celso T. Estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais: perspectivas de parceria com o Lazer II. In: PINTO, Leila M. S. M.; SILVA, Débora A. M. da.; BONALUME, Cláudia R.; RODRIGUES, Rejane P. e ARÁUJO, Luiz Roberto M. (Org.). *Brincar, jogar, viver*. 2008. v. 1: Lazer e intersetorialidade com o PELC (Mesa-redonda 3). Ministério do Esporte.

PELLEGRIN, Ana de. Espaço de lazer. In: GOMES, Christianne L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PELLEGRIN, Ana de. O espaço de lazer na cidade a a administração municipal. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Políticas públicas de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

PINTO, Leila M. S. M. Vivência lúdica no lazer: análise de jogos, brinquedos e brincadeiras. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Papyrus, 2008.

PINTO, Leila M. S. M. (Org.) *Como fazer projetos de lazer: elaboração, execução e avaliação*. Campinas: Papyrus, 2007.

PINTO, Leila M. S. M. *Políticas participativas de lazer*. Brasília: SESI/DN, 2006. v. 7: Dimensões políticas de lazer.

PINTO, Leila M. S. M.; EWERTON, Andréa N.; SILVA, Débora A. M. da.; FERREIRA, Marcelo P. A.; ARÁUJO, Luiz Roberto M.; DALMAS, Leandro C.; PLAUTZ, Muriel C.; LOPES, Andreia M. S. O lazer e a intersetorialidade no funcionamento dos núcleos do PELC: fala dos gestores e agentes participantes da 2ª Reunião Nacional do PELC. In: PINTO, Leila M. S. M.; SILVA, Débora A. M.; BONALUME, Cláudia R.; RODRIGUES, Rejane P.; ARÁUJO, Luiz Roberto M. (Org.). *Brincar, jogar, viver*. 2008. v. 1: Lazer e intersetorialidade com o PELC. Ministério do Esporte.

PINTO, Leila M. S. M.; RODRIGUES, Rejane P.; BONALUME, Cláudia R.; RAMOS, Maria Leonor B. C. O lazer. In: PINTO, Leila M. S. M.; SILVA, Débora A. M.; BONALUME, Cláudia R.; RODRIGUES, Rejane P.; ARÁUJO, Luiz Roberto M. (Org.). *Brincar, jogar, viver*. 2008. v. 1: Lazer e intersetorialidade com o PELC. Ministério do Esporte.

PUBLICAÇÕES da Rede CEDES. Brasília, 2010.

RECHIA, Simone. Como são pensados os espaços e equipamentos de esporte e lazer nas cidades? “Pistas” para as possíveis respostas. In: MARCELLINO, N. C.; FERREIRA, Marcelo P. A. (Org.). *Brincar, jogar, viver*. 2007. v. 2: Programa *Esporte e Lazer da Cidade*. Ministério do Esporte.

RIBEIRO, Carla Andréa; QUEIROZ, Maria Cristina Nunes de; RIBEIRO, Maria Fátima Queiroz; DANIEL, Renata Silva. Introdução ao debate sobre o monitoramento e avaliação da assistência social. *Política Social*, Belo Horizonte, n. 6, p. 32-34, 2003.

RODRIGUES, Rejane P. Programa *Esporte e Lazer da Cidade*. In: MARCELLINO, N. C. e FERREIRA, Marcelo P. A. (Org.). *Brincar, jogar, viver*. 2007. v. 2: Programa *Esporte e Lazer da Cidade*. Ministério do Esporte.

- RODRIGUES, Rejane Penna. Secretária Nacional de Esporte e Lazer. *Notas de reuniões*, 2010.
- SCHWARTZ, Gisele M. Internet. In: GOMES, Christianne L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- STIGGER, Marco Paulo. *Educação física, esporte e diversidade*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- STIGGER, Marcos Paulo. Relações entre o esporte de rendimento e o esporte da escola. *Revista Movimento*, Porto Alegre, n. 14, p. 67-86, dez. 2001.
- TEIXEIRA, Daniel Marangon Duffles. *Práticas docentes produzidas no cotidiano escolar, no processo de implantação de uma nova proposta de Educação Física, no Estado de Minas Gerais*. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- THOMPSON, Arthur A.; STRICKLAND III, A. J. *Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.
- TUBINO, Manoel Jose Gomes. *Dimensões sociais do esporte*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.
- TURRA, F. M. S; ENRICONE, D; SANT'ANNA, F; ANDRÉ, L. C. *Planejamento de ensino e avaliação*. 11. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1991.
- WOLFF, Suzana Hubner (Org.). *Vivendo e envelhecendo: recortes de práticas sociais nos núcleos de vida saudável*. São Leopoldo: Unisinos, 2009.
- WOLFF, Suzana Hubner. Direito dos idosos: um espaço de construções coletivas e educação permanente. In: PINTO, Leila M. S. M.; SILVA, Débora A. M.; BONALUME, Cláudia R.; RODRIGUES, Rejane P.; ARÁUJO, Luiz Roberto M. (Org.). *Brincar, jogar, viver*. 2008. v. 1: Lazer e intersectorialidade com o PELC. Ministério do Esporte.
- ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- ZINGONI, Patrícia e RIBEIRO, Carla Andréa. *Elaboração, monitoramento e avaliação de projeto social de lazer*. Brasília: SESI/DN, 2006. (Dimensões Políticas de Lazer, v. 8).
- ZINGONI, Patrícia. Marco Lógico: uma metodologia de elaboração, gestão e avaliação de projeto social de lazer. In: PINTO, Leila M. S. M. (Org.) *Como fazer projetos de lazer: elaboração, execução e avaliação*. Campinas: Papirus, 2007.

ZINGONI, Patrícia. O lugar das famílias nas políticas de lazer. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Alínea, 2008.

WEBER, Max *apud* CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria geral da administração*. 7. ed. São Paulo: Campus, 2004.

WERNECK, Christiane Luce Gomes. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

APÊNDICE

1 SURVEY COM O BENEFICIÁRIO/RESPONSÁVEL DO PELC

CP2 – CONSULTORIA, PESQUISA E PLANEJAMENTO LTDA.

BOM DIA/ BOA TARDE/ BOA NOITE, MEU NOME É..... SOU PESQUISADOR DA CP2 (INSTITUTO DE PESQUISA) SEDIADO EM BELO HORIZONTE (APRESENTAR CRACHÁ). FOMOS CONTRATADOS PELA PUC MINAS PARA REALIZAR UMA PESQUISA SOBRE O PELC – PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE. VOCÊ PODE COLABORAR RESPONDENDO ALGUMAS PERGUNTAS?

PUC MINAS **PELC – Programa de Esporte e Lazer da Cidade** **BENEFICIÁRIO ATUAL/RESPONSÁVEL**

Atenção entrevistador: Caso o entrevistado seja o próprio beneficiário (nome presente na listagem) realize o questionário normalmente, lendo “**Você**” antes de cada pergunta. Caso você esteja aplicando o questionário com o responsável pelo beneficiário menor de 12 anos leia o “**nome da criança**” antes de cada pergunta. Exemplo: “Joãozinho participa de alguma atividade..?”.

Nº Questionário: _____ Horário de Início: _____ : _____ Data: ____/____/____

0. **Você/nome da criança** participa de alguma atividade do PELC – Programa de Esporte e Lazer da Cidade?

01. Sim <i>[ir para 5]</i>	00. Não	88. NS	99. NR	[] []
----------------------------	---------	--------	--------	---------
1. **Você/nome da criança** participa de atividade/programa de Esporte e Lazer realizado por uma entidade ou instituição?

01. Sim	00. Não	88. NS	99. NR	90. NSA	[] []
---------	---------	--------	--------	---------	---------
2. **Você/nome da criança** já participou de atividade/programa de Esporte e Lazer realizado por entidade ou instituição?

01. Sim	00. Não	88. NS	99. NR	90. NSA	[] []
---------	---------	--------	--------	---------	---------
3. Qual o nome do projeto/programa?

	88. NS	99. NR	90. NSA	[] []
--	--------	--------	---------	---------
4. Você já ouviu falar do PELC – Programa de Esporte e Lazer da Cidade?

01. Sim	00. Não	88. NS	99. NR	90. NSA	[] []
---------	---------	--------	--------	---------	---------
5. **(EXPLIQUE QUE VOCÊ ESTÁ COM UMA LISTA DE ATIVIDADES REALIZADAS NO MUNICÍPIO POR ALGUNS NÚCLEOS E QUE, CASO O ENTREVISTADO (OU O MENOR DE 12 ANOS SOB SUA RESPONSABILIDADE) PARTICIPE OU TENHA PARTICIPADO DE ALGUMA DELAS, ELE DEVE CITAR QUAL)**
Você/nome da criança participa de alguma das atividades listadas que são realizadas nos núcleos descritos?
 Sim, Qual (código): _____ (explicar que a atividade tem um convênio com o PELC e conceitar o programa)
 00. Não (ENCERRAR ENTREVISTA) 88. NS (ENCERRAR ENTREVISTA) [] []
6. Há quanto tempo **você/nome da criança** participa das atividades do núcleo?

01. Um a seis meses	03. Mais de 1 ano	99. NR	[] []
02. Sete meses a um ano	88. NS		
7. Na sua opinião, o PELC é um programa do governo **(LER OPÇÕES)**:

01. Federal	02. Estadual	03. Municipal	88. NS	99. NR	[] []
-------------	--------------	---------------	--------	--------	---------
8. Você sabe qual área do governo é responsável pelo PELC? **(LER OPÇÕES)**:

01. Esporte	02. Lazer	03. Esporte e Lazer	04. Saúde	05. Educação	06. Segurança Pública	[] []
Outro [ANOTAR] _____						
			88. NS			99. NR
9. **[anotar sem perguntar] Sexo (da criança, caso seja o responsável):** 01. Masculino 02. Feminino [] []
10. Qual a sua idade/idade da criança?
 _____ ANOS [] []
11. **A.** Eu gostaria de saber até que série da escola você teve a oportunidade de estudar (ou estuda):
B. E a criança? **(perguntar apenas no caso do responsável estar respondendo)**
 ANOTAR APENAS DADO _____

01. Não frequentou escola	06. Ensino médio incompleto (1ª ou 2ª série do Ensino Médio)
02. Primário incompleto (1ª a 3ª série do Fundamental)	07. Ensino médio completo (3ª série do Ensino Médio)
03. Primário completo (4ª série do Fundamental)	08. Superior incompleto
04. Ginásial incompleto (5ª a 7ª série do Fundamental)	09. De Superior completo a pós-graduação
05. Ginásial completo (8ª série do Fundamental)	

A. [] []
 B. [] []

12. Qual é o principal motivo que levou **você/nome da criança** a freqüentar o PELC? **[ESPONTÂNEA - Marcar sem ler]**
[RUJ]

- | | | |
|---|--|-------------|
| 01. Indicação médica | 06. Disponibilidade de tempo | |
| 02. Gostar de praticar atividades lúdicas | 07. Facilidade do horário das atividades | |
| 03. Fazer amigos | 08. Localização adequada | |
| 04. Busca de qualidade de vida | 09. Não paga – atividades gratuitas | |
| 05. Atividades atrativas | 10. Para acompanhar alguém | |
| Outro [ANOTAR] _____ | | [] [] [] |

88. NS

99. NR

13. Como foi o primeiro contato (ouviu falar ou ficou sabendo) com o PELC/Núcleo? **[ESPONTÂNEA] [RUJ]**

- | | | |
|--------------------------------------|---|--|
| 00. Não ficou sabendo (primeira vez) | 04. Cartaz e panfleto | 08. Centro de Saúde – Médico ou outro profis.l |
| 01. Alguém da comunidade | 05. Carro de som | 09. Escola |
| 02. Parente, amigo ou conhecido | 06. Rádio, jornal, TVI | 10. Igreja |
| 03. Propaganda da Prefeitura | 07. CRAS ou outro serviço da assist. social | 11. Eventos realizados pelo PELC |
| Outro [ANOTAR] _____ | | [] [] [] |

88. NS

99. NR

14. Você saberia informar se existem critérios para selecionar quem participa do PELC?

- | | | | | |
|-----------------------------|---------|--------|--------|-------------|
| 00. Não [ir para 17] | 01. Sim | 88. NS | 99. NR | [] [] [] |
|-----------------------------|---------|--------|--------|-------------|

(15) Quais são os critérios de seleção dos participantes do PELC? **(espontânea)**

15. _____ [] [] []

16. _____ [] [] []

88. NS

99. NR

90. NSA

17. Em sua opinião, qual é o principal objetivo do PELC/Núcleo? **(espontânea)**

_____ [] [] []

88. NS

99. NR

18. O que é lazer para você?

_____ [] [] []

88. NS

99. NR

19. **Você/nome da criança** vive ou tem lazer em outros momentos fora do PELC?

- | | | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|--------|--------|-------------|
| 01. Sim (ir para 21) | 00. Não (ir para 20) | 88. NS | 99. NR | [] [] [] |
|-----------------------------|-----------------------------|--------|--------|-------------|

20. Dos fatores listados, quais mais dificultam a realização de atividades de lazer/as atividades de lazer da criança? **(CITAR 1ª E 2ª OPÇÕES - ESPONTÂNEAS)**

- | | | |
|---|---|-------------|
| 01. Não tem dificuldade | 07. Falta de lugar/espaco | |
| 02. Falta de tempo | 08. Falta de divulgação / informação | |
| 03. Falta de dinheiro | 09. Falta de conhecimento sobre as possibilidades do lazer | |
| 04. Falta de companhia | 10. Outras obrigações: familiares, políticos, religiosos e outros | |
| 05. Falta de vontade | 11. Não gostar de sair de casa | |
| 06. Falta de evento / Programação na cidade | 12. Não gostar de lugar com muita gente | |
| Outro [ANOTAR] _____ | | [] [] [] |

[] [] []

[] [] []

(38) Agora eu vou ler algumas orientações (regras) para o funcionamento do PELC/Núcleo e gostaria que você me dissesse se você sabia que ela existia ou não: (MOSTRAR ANEXO 03)

	Orientações	Sim, sabia da orientação e ela ocorre (acontece na prática)	Sim, sabia da orientação e ela não ocorre (não acontece na prática)	Não sabia da orientação / Não conhecia a regra	NR
38.	O acesso é gratuito – não precisa pagar para participar das atividades	1	2	3	99
39.	As atividades são realizadas por agente social/ professor/estagiário	1	2	3	99
40.	O programa prevê a realização de eventos	1	2	3	99
41.	O programa reconhece e valoriza a cultura da comunidade	1	2	3	99
42.	O programa prevê o atendimento de todas as faixas etárias – todas as idades	1	2	3	99
43.	O programa prevê o atendimento de pessoas com deficiência	1	2	3	99
44.	Existe abertura para participação da comunidade nas decisões sobre as ações do núcleo	1	2	3	99
45.	O programa prevê a existência de Grupo Gestor	1	2	3	99
46.	Existe acompanhamento do convênio (prestação de contas) com o Ministério do Esporte por uma entidade/instituição	1	2	3	99
47.	Existe controle e fiscalização do Governo Federal	1	2	3	99
48.	O programa prevê a formação do agente social/professor/ estagiário em atividades de formação	1	2	3	99

(49) Você _____ (MOSTRAR ANEXO 04):

	Situação	Já fui convidado/ fiquei sabendo e participei	Já fui convidado/ fiquei sabendo mas não participei	Nunca fui convidado ou não fiquei sabendo	NR
49.	Participa ou já foi convidado a participar de alguma decisão sobre as atividades ou eventos do PELC:	1	2	70	99
50.	Já foi convidado a participar da escolha do representante dos beneficiados do PELC no Grupo Gestor:	1	2	70	99
51.	Já foi convidado a participar ou ficou sabendo de alguma atividade (reunião, preenchimento de questionário ou entrevista) de avaliação das atividades ou eventos do PELC:	1	2	70	99
52.	Você já foi convidado a participar ou ficou sabendo de alguma atividade de prestação de contas das atividades ou eventos do PELC:	1	2	70	99
53.	Você já foi convidado a participar ou ficou sabendo de alguma reunião com o governo municipal (prefeitura) ou governo estadual sobre esporte e lazer na sua comunidade:	1	2	70	99

54. **Você/nome da criança** participou de alguma atividade realizada com outros núcleos do PELC?

01. Sim 00. Não 88. NS 99. NR [_ _]

55. Como você avalia a proposta de integrar os núcleos (realizar um trabalho coletivo entre um ou mais núcleos)?

01. Muito importante 03. Indiferente 05. Nada importante
02. Importante 04. Pouco importante 88. NS 99. NR [_ _]

56. O que você acha que aconteceria com a atividade de lazer que **você/nome da criança** realiza após o fim do convênio do o PELC – (Ministério do Esporte) com o Núcleo onde você realiza esta atividade?: **(LER AS OPÇÕES)**
 01. A comunidade continuaria as atividades nas mesmas condições existentes– mesmo espaço físico e arcando com o pagamento do professor ou agente social ou estagiário e materiais
 02. As atividades seriam encerradas e a comunidade reivindicaria a continuidade das atividades na prefeitura
 03. As atividades seriam encerradas e a comunidade não faria nada

Outra opção, qual? _____ [_] [_]
 88. NS 99. NR

57. Qual seria sua atitude em relação à atividade de lazer após o fim deste convênio com o PELC - Ministério do Esporte: **(LER AS OPÇÕES)**
 01. Mobilizaria a comunidade para continuar as atividades sem a participação de órgãos públicos
 02. Mobilizaria a comunidade para reivindicar na prefeitura a continuidade das atividades
 03. **Você/nome da criança** continuaria praticando as atividades na minha casa
 04. Não faria nada e ficarei aguardando alguém fazer algo

Outra opção, qual? _____ [_] [_]
 88. NS 99. NR

(58). Agora vou citar outros itens e gostaria que você avaliasse cada um em uma escala de Bom, Regular e Ruim, considerando o núcleo do PELC que **você/nome da criança** participa. **[LER ITEM POR ITEM]**

	CATEGORIA	Bom	Regular	Ruim	Não existe no núcleo	NS	NR
58.	Local onde acontecem as atividades	3	2	1	77	88	99
59.	Espaço físico interno disponível	3	2	1	77	88	99
60.	Espaço físico externo disponível	3	2	1	77	88	99
	Infra-estrutura:						
61.	Iluminação	3	2	1	77	88	99
62.	Ventilação	3	2	1	77	88	99
63.	Limpeza	3	2	1	77	88	99
64.	Segurança	3	2	1	77	88	99
	Organização e funcionamento						
65.	A quantidade do material esportivo	3	2	1	77	88	99
66.	A qualidade do material esportivo	3	2	1	77	88	99
67.	Horário das atividades	3	2	1	77	88	99
68.	Diversificação das atividades	3	2	1	77	88	99
69.	A atuação do agente social – atual responsável pelas atividades	3	2	1	77	88	99
70.	Atuação do coordenador do núcleo	3	2	1	77	88	99
71.	Comunicação e divulgação das ações	3	2	1	77	88	99

72. Em geral, você acha que o PELC traz algum benefício? Se sim, qual é o mais importante?
 00. Não
 01. Sim. Qual? _____ [_] [_]

88. NS 99. NR

73. De 0 a 10 que nota você daria para o Núcleo do PELC?
 Nota: _____ 88. NS 99. NR [_] [_]

74. Você poderia me dizer qual é a **sua/da criança** cor/raça?
[LER TODAS AS OPÇÕES INDEPENDENTEMENTE DA COR DO ENTREVISTADO]
 01. Branco 02. Pardo 03. Preto 04. Amarelo 05. Índio 88. NS 99. NR [_] [_]

(93). Entre os serviços/programas abaixo, quais deles existem na sua região (bairro ou comunidade ou município) e que você e sua família utilizam? [Ler todas as linhas – opções]

	Serviço/ programa/equipamento	A. Existe? 00. Não / 01. Sim 88. NS / 99. NR (Se SIM , ir para B)	B. Utiliza ou já utilizou? 00. Não / 01. Sim 88. NS / 99. NR / 90 NSA
84.	Escola Educação Infantil (Creche)		
85.	Escola Fundamental - Pública		
86.	Escola Fundamental – Particular		
87.	Escola Ensino Médio – Pública		
88.	Escola Ensino Médio – Particular		
89.	Ensino Superior - Público		
90.	Ensino Superior – Privado		
91.	Ensino Especial – APAE e outros		
92.	Centro (Posto) de Saúde (Unidade Básica de Saúde)		
93.	Unidade de Saúde Mental (CAPSI, Centro de Referência de Saúde Mental – CERSAM)		
94.	Centro de Referência da Assistência Social - CRAS		
95.	Água tratada		
96.	Esgoto sanitário		
97.	Recolhimento de lixo		
98.	Transporte coletivo		
99.	Policimento		
100.	Outros programas de esporte e lazer		
Agora vou ler alguns lugares/espacos de esporte e lazer e gostaria que você me falasse quais deles existem na sua região (bairro ou comunidade ou município) e que você e sua família utilizam?			
101.	Praças de lazer		
102.	Parques de lazer		
103.	Ginásio Poliesportivo		
104.	Quadras esportivas – pública		
105.	Quadras esportivas – privada		
106.	Academia de ginástica – pública		
107.	Academia de ginástica – privada		
108.	Escola de natação		
109.	Campo de Futebol		
110.	Clubes recreativos		
111.	Centro cultural		
112.	Museu		
113.	Cinema		
114.	Teatro		
115.	Shopping		
116.	Biblioteca		
117.	Brinquedoteca		

APÊNDICE

2 SURVEY COM O BENEFICIÁRIO/RESPONSÁVEL DO PROGRAMA *SEGUNDO TEMPO*

CP2 – CONSULTORIA, PESQUISA E PLANEJAMENTO LTDA.

BOM DIA/ BOA TARDE/ BOA NOITE, MEU NOME É..... SOU PESQUISADOR DA CP2 (INSTITUTO DE PESQUISA) SEDIADO EM BELO HORIZONTE (APRESENTAR CRACHÁ). FOMOS CONTRATADOS PELA PUC MINAS PARA REALIZAR UMA PESQUISA SOBRE O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO. VOCÊ PODE COLABORAR RESPONDENDO ALGUMAS PERGUNTAS?

PUC MINAS

PST – Programa Segundo Tempo

BENEFICIÁRIO ATUAL/RESPONSÁVEL

Atenção entrevistador: Caso o entrevistado seja o próprio beneficiário (nome presente na listagem) realize o questionário normalmente, lendo “**Você**” antes de cada pergunta. Caso você esteja aplicando o questionário com o responsável pelo beneficiário menor de 12 anos leia o “**nome da criança**” antes de cada pergunta. Exemplo: “Joãozinho participa de alguma atividade..?”.

Nº Questionário: _____ Horário de Início: _____ : _____ : _____ Data: ____/____/____

0. **Você/nome da criança** participa de alguma atividade do Programa Segundo Tempo?
01. Sim 00. Não 88. NS 99. NR [] []
1. **(EXPLIQUE QUE VOCÊ ESTÁ COM UMA LISTA DE ATIVIDADES REALIZADAS NO MUNICÍPIO POR ALGUMAS ENTIDADES E QUE, CASO O ENTREVISTADO (OU O MENOR DE 12 ANOS SOB SUA RESPONSABILIDADE) PARTICIPE OU TENHA PARTICIPADO DE ALGUMA DELAS, ELE DEVE CITAR QUAL)**
Você/nome da criança participa de alguma das atividades listadas?
Sim, Qual (código): _____ (explicar que a atividade tem um convênio com o Segundo Tempo e conceituar o programa)
00. Não (ENCERRAR ENTREVISTA) 88. NS (ENCERRAR ENTREVISTA) [] []
2. Há quanto tempo **você/nome da criança** participa das atividades do Segundo Tempo?
01. Um a seis meses 03. Mais de 1 ano 99. NR
02. Sete meses a um ano 88. NS [] []
- (3) Qual é o principal motivo que levou **você/nome da criança** a freqüentar essa atividade? (*espontânea*)
3. _____ [] []
4. _____ [] []
88. NS 99. NR
- (5) Como foi o primeiro contato (ouviu falar ou ficou sabendo) com o Programa Segundo Tempo? (*espontânea*)
5. _____ [] []
6. _____ [] []
88. NS 99. NR
7. Você saberia informar se existem critérios para selecionar quem participa do Programa Segundo Tempo?
00. Não [*ir para 10*] 01. Sim 88. NS 99. NR [] []
- (15) Quais são os critérios de seleção dos participantes do Programa Segundo Tempo? (*espontânea*)
8. _____ [] []
9. _____ [] []
88. NS 99. NR 90. NSA
10. Na sua opinião, o Programa Segundo Tempo é um programa do governo (LER OPÇÕES):
01. Federal 02. Estadual 03. Municipal 88. NS 99. NR [] []
11. Você acha que o Programa Segundo Tempo é ligado a algum partido político?
00. Não Sim - Qual: _____ [] []
88. NS 99. NR
12. [anotar sem perguntar] Sexo (da criança, caso seja o responsável):
01. Masculino 02. Feminino [] []
13. Qual a sua idade/idade da criança?
_____ ANOS [] []

14. A. Eu gostaria de saber até que série da escola você teve a oportunidade de estudar (ou estuda):
B. E a criança? (perguntar apenas no caso do responsável estar respondendo)

ANOTAR APENAS DADO _____

01. Não frequentou escola
02. Primário incompleto (1ª a 3ª série do Fundamental)
03. Primário completo (4ª série do Fundamental)
04. Ginásial incompleto (5ª a 7ª série do Fundamental)
05. Ginásial completo (8ª série do Fundamental)
06. Ensino médio incompleto (1ª ou 2ª série do Ensino Médio)
07. Ensino médio completo (3ª série do Ensino Médio)
08. Superior incompleto
09. De Superior completo a pós-graduação

A. [] [] []

B. [] [] []

15. De quais modalidades esportivas **você/nome da criança** participa no Programa Segundo Tempo? Cite cada uma delas e defina se **você/nome da criança** Gosta muito, gosta pouco, é indiferente (não gosta muito nem pouco) ou não gosta.

	Modalidade	Gosta Muito	Gosta Pouco	Indiferente	Não Gosta	NS	NR
A.	_____	01	02	03	04	88	99
B.	_____	01	02	03	04	88	99
C.	_____	01	02	03	04	88	99
D.	_____	01	02	03	04	88	99

16. **Você/nome da criança** participa de outras atividades no Segundo Tempo que não são esportivas?

01. Sim 00. Não (ir para 18) 88. NS (ir para 18) 99. NR (ir para 18) [] [] []

17. De quais atividades complementares (não esportivas) **você/nome da criança** participa no Programa Segundo Tempo? Cite cada uma delas e defina se **você/nome da criança** Gosta muito, gosta pouco, é indiferente (não gosta muito nem pouco) ou não gosta.

	Modalidade	Gosta Muito	Gosta Pouco	Indiferente	Não Gosta	NS	NR	NSA
A.	_____	01	02	03	04	88	99	90
B.	_____	01	02	03	04	88	99	90
C.	_____	01	02	03	04	88	99	90
D.	_____	01	02	03	04	88	99	90

18. Onde acontecem as atividades do Segundo Tempo? (LER AS OPÇÕES)

01. Escola
02. Espaço público fora da escola (praças, quadras, campo de futebol, ginásio e outros prédio públicos)
03. Espaço da comunidade (associação comunitária, igreja e anexos)

Outra opção, qual? _____ [] [] []

88. NS 99. NR

19. Quantas vezes na semana **você/nome da criança** participa do Programa Segundo Tempo? (*espontânea*)

_____ [] [] []
88. NS 99. NR 90. NSA

20. Quantas horas por dia? (*espontânea*)

_____ [] [] []
88. NS 99. NR 90. NSA

21. **Você/nome da criança** recebeu uniforme para participar do Programa? Quais? (LER AS OPÇÕES)

00. Não Sim - Qual: _____ [] [] []

_____ [] [] []

_____ [] [] []

_____ [] [] []

88. NS 99. NR

(33). Agora vou citar alguns itens e gostaria que você avaliasse cada um em uma escala de Bom, Regular e Ruim, considerando a atividade do Programa Segundo Tempo que **você/nome da criança** participa. **[LER ITEM POR ITEM]**

	CATEGORIA	Bom	Regular	Ruim	Não existe no núcleo	NS	NR
33.	Local onde acontecem as atividades	3	2	1	77	88	99
34.	Espaço físico interno disponível	3	2	1	77	88	99
35.	Espaço físico externo disponível	3	2	1	77	88	99
	Infra-estrutura:						
36.	Iluminação	3	2	1	77	88	99
37.	Ventilação	3	2	1	77	88	99
38.	Limpeza	3	2	1	77	88	99
39.	Segurança	3	2	1	77	88	99
40.	Banheiro - Vestiário	3	2	1	77		
41.	Local para lanche	3	2	1	77		
42.	Bebedouro ou acesso a água para beber	3	2	1	77		
	Organização e funcionamento						
43.	A quantidade do material esportivo	3	2	1	77	88	99
44.	A qualidade do material esportivo	3	2	1	77	88	99
45.	Horário das atividades	3	2	1	77	88	99
46.	Diversificação das atividades	3	2	1	77	88	99
47.	A atuação do agente social – atual responsável pelas atividades	3	2	1	77	88	99
48.	Atuação do coordenador do núcleo	3	2	1	77	88	99
49.	Comunicação e divulgação das ações	3	2	1	77	88	99

50. **Você/nome da criança** já foi convidado (ou seus pais/responsáveis) a participar ou ficou sabendo de alguma atividade de prestação de contas do Programa Segundo Tempo: **(LER AS OPÇÕES)**

01. Já fui convidado/ fiquei sabendo e participei

88. NS

02. Já fui convidado/ fiquei sabendo mas não participei

99. NR

03. Nunca fui convidado ou não fiquei sabendo

[] [] []

51. Se **você/nome da criança** não freqüentasse o Programa Segundo Tempo, o que estaria fazendo em seu tempo livre? **(espontânea)**

[] [] []

88. NS

99. NR

21) Agora eu vou citar alguns aspectos do **seu dia-a-dia/da criança** e gostaria de saber como você os avalia depois que **começou/a criança começou** a participar das atividades do Programa Segundo Tempo. Como você avalia _____ (MOSTRAR ANEXO 01)

	Situações	Melhorou	Não alterou	Piorou	NS	NR
52.	O cuidado com a alimentação depois que começou a participar das atividades do Programa Segundo Tempo?	01	02	03	88	99
53.	A qualidade do sono depois que começou a participar das atividades do Programa Segundo Tempo?	01	02	03	88	99
54.	O convívio familiar depois que começou a participar das atividades do Programa Segundo Tempo?	01	02	03	88	99
55.	A capacidade de se comunicar e defender suas ideias depois que começou a participar das atividades do Programa Segundo Tempo?	01	02	03	88	99
56.	A condição de saúde depois que começou a participar das atividades do Programa Segundo Tempo?	01	02	03	88	99
57.	O convívio social – relação com os amigos - depois que começou a participar das atividades do Programa Segundo Tempo?	01	02	03	88	99

(60) Agora eu vou falar outros aspectos do **seu dia-a-dia/da criança** e gostaria de saber como você os avalia depois que **começou/a criança começou** a participar das atividades do Programa Segundo Tempo. Como você avalia _____ (MOSTRAR ANEXO 02)

	Situações	Aumentou	Não alterou	Diminuiu	NS	NR
58.	A disposição para se exercitar fisicamente depois que começou a participar das atividades do Programa Segundo Tempo?	01	02	03	88	99
59.	A auto estima – gostar de si mesmo (a) - depois que começou a participar das atividades do Programa Segundo Tempo?	01	02	03	88	99
60.	O interesse pelas atividades escolares depois que começou a participar do Programa Segundo Tempo?	01	02	03	88	99
61.	O rendimento escolar depois que começou a participar do Programa Segundo Tempo?	01	02	03	88	99

62. Na sua opinião, existe algo que seja muito importante que não é feito pelo Programa Segundo Tempo? **[SE SIM PERGUNTE]** O que?

0. Não Sim - O que? _____ [] []
88. NS 99. NR

63. Você indicaria ou já indicou o Programa Segundo Tempo para alguém?

01. Sim 00. Não 88. NS 99. NR [] []

64. Em geral, você acha que Programa Segundo Tempo traz algum benefício? Se sim, qual é o mais importante?

00. Não
01. Sim. Qual? _____ [] []
88. NS 99. NR

65. De 0 a 10 que nota você daria para o Programa Segundo Tempo?

Nota: _____ 88. NS 99. NR [] []

66. O que você acha da seguinte frase: "O Programa Segundo Tempo existe para fazer campanha política.?"

01. Concordo 00. Discordo 88. NS 99. NR [] []

67. Você já ouviu falar ou ficou sabendo de algum ato de corrupção no Programa Segundo Tempo (roubos, desvios de dinheiro, material, contratação de parentes e outros similares)?
00. Não
01. Sim. Qual? _____ [] []
88. NS 99. NR
68. Você poderia me dizer qual é a **sua/da criança cor/raça**?
[LER TODAS AS OPÇÕES INDEPENDENTEMENTE DA COR DO ENTREVISTADO]
01. Branco 02. Pardo 03. Preto 04. Amarelo 05. Índio 88. NS 99. NR [] []
69. **Você/nome da criança** tem alguma deficiência física ou mental?
00. Não Sim - Qual: _____ [] []
88. NS 99. NR
70. **Você/nome da criança** trabalha fora?
01. Sim 00. Não 88. NS 99. NR [] []
71. Quem é o chefe da família?
01. A própria pessoa **[ir para 73]** 03. Pai/padastro 88. NS
02. Marido 04. Outra pessoa como avós, tios 99. NR
03. Esposa 05. Mãe/madastra [] []
72. Eu gostaria de saber até que série da escola o chefe da família teve a oportunidade de estudar (ou estuda):
ANOTAR APENAS DADO _____
- | | |
|--|--|
| 01. Não frequentou escola | 02. Primário incompleto (1ª a 3ª série do Fundamental) |
| 03. Primário completo (4ª série do Fundamental) | 04. Ginásial incompleto (5ª a 7ª série do Fundamental) |
| 05. Ginásial completo (8ª série do Fundamental) | 06. Ensino médio incompleto (1ª ou 2ª série do Ensino Médio) |
| 07. Ensino médio completo (3ª série do Ensino Médio) | 08. Superior incompleto |
| 09. De Superior completo a pós-graduação | 88. NS |
| 99. NR | 90. NSA |
- [] []
73. Contando com você, quantas pessoas moram na casa?
_____ 88. NS 99. NR [] []
74. Quantas são as crianças e adolescentes (0 a 17 anos) sob a responsabilidade do chefe, contando com filhos, sobrinhos e outros?
_____ 00. Nenhuma 88. NS 99. NR [] []
75. E quantas pessoas idosas – com 60 anos ou mais?
_____ 00. Nenhuma 88. NS 99. NR [] []
76. Tem pessoa com deficiência física ou mental morando com você e com a sua família?
Sim Quantas? _____ 00. Não 88. NS 99. NR
[] []
77. Somando sua renda com as das outras pessoas que moram na sua casa, considerando salários, horas extras, renda de aluguéis ou qualquer outra, aproximadamente de quanto foi a renda familiar no seu domicílio no mês passado?
(MOSTRAR ANEXO 05)
- | | | |
|------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| 00- Sem Renda | 06- De R\$500,01 a R\$600,00 | 12- De R\$1.750,01 a R\$2.000,00 |
| 01- Até R\$50,00 | 07- De R\$600,01 a R\$750,00 | 13- Mais que R\$2.000,00 |
| 02- De R\$50,01 a R\$100,00 | 08- De R\$750,01 a R\$1.000,00 | 88. NS |
| 03- De R\$200,01 a R\$300,00 | 09- De R\$1.000,01 a R\$1.250,00 | 99. NR |
| 04- De R\$300,01 a R\$400,00 | 10- De R\$1.250,01 a R\$1.500,00 | |
| 05- De R\$400,01 a R\$500,00 | 11- De R\$1.500,01 a R\$1.750,00 | [] [] |

Horário de Término: _____ : _____

Agradecemos muito por sua atenção!!

Atenção entrevistador. Não se esqueça de colocar seu nome e número de inscrição. O seu pagamento depende destes dados.

O PREENCHIMENTO DOS DADOS DO ENTREVISTADO É OBRIGATÓRIO

Beneficiário:																				
Entrevistado:																				
Endereço:																				
Bairro:																				
Telefone Residencial:																				
Telefone Celular:																				

Preenchi este questionário em consonância com as normas estabelecidas pelo código internacional de práticas de pesquisa de mercado e sociais e pelo código de ética da associação brasileira de empresas de pesquisa (ABEP)

ENTREVISTADOR (A): _____ [] [] []

CRÍTICO (A): [] [] [] CHECADOR(A): _____ [] [] []

Checagem: 1. Checagem Pessoal 2. Checagem por telefone 3. Não checado [] []

RELATÓRIO DE CHECAGEM

SOBRE OS AUTORES

EUSTÁQUIA SALVADORA DE SOUSA

Coordenadora do Curso de Graduação em Educação Física e do Centro de Estudos em Educação Física Esporte de Lazer da PUC Minas (CEEFEL). Licenciada em Educação Física, (UFMG); Mestre em Educação Física, (UFSM); Doutora em Educação (Unicamp). Foi professora da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, do CEFET-MG . Foi professora e Vice Diretora da Faculdade de Educação da UFMG. Orientou dissertações e teses na área da Educação Física e Educação. Publicou capítulos de livro, artigos em periódicos e anais de eventos científicos. Foi Diretora Científica do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Consultora em Políticas Educacionais do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e de escolas da rede particular de ensino de Belo Horizonte. Membro da Comissão Editorial de revistas científicas da área de Educação Física. Exerceu a presidência da Comissão de Especialistas em Educação Física da SESU/MEC.

<http://lattes.cnpq.br/8103018424992407>

VÂNIA NORONHA (Vânia de Fátima Noronha Alves)

Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (1984). Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2008). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999). Especialista em Lazer e em Educação Física Escolar. Professora no curso de graduação em Educação Física da PUC Minas. Professora em cursos de especialização em Lazer e Educação Física Escolar. Pesquisadora da Rede CEDES e coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer do Curso de Graduação em Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (CEEFEL). Consultora em Educação Física e Lazer. Pareceristas em revistas científicas da Educação Física. Publicações sobre temas da educação física, lazer, cultura negra e indígena, políticas educacionais e públicas, dentre outros.

<http://lattes.cnpq.br/8204363161954095>

CARLA ANDRÉA RIBEIRO

Graduada em Psicologia e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é analista de políticas públicas – psicóloga – da Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte. Tem experiência em: M&A, políticas públicas, com ênfase na assistência social, esporte e lazer, projetos de informatização e gestão pública e da informação. Estuda e ministra aulas: uso social da informação, cidadania e informação, M&A, planejamento, políticas públicas: para segmentos/setores; saúde; assistência social; informação, sistema de informação e desenvolvimento gerencial.

<http://lattes.cnpq.br/4131986677138116>

DANIEL MARANGON DUFFLES TEIXEIRA _____

Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais, Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas e em Administração e Marketing do Esporte e Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professor dos cursos de licenciatura e de bacharelado em Educação Física, disciplinas “Voleibol”, “Gestão do Esporte e do Lazer” e “Gestão da Educação Física Escolar”. Coordenou o Complexo Esportivo da PUC Minas entre 2003 e 2010. Atualmente, é membro do Colegiado de Coordenação Didática dos cursos e da Câmara do Departamento de Educação Física, além de coordenar o curso de pós-graduação *Latu Sensu* “Especialização em Gestão de Organizações de Esporte e de Lazer”, o Sistema de Qualificação de Treinadores do Futebol Brasileiro PUC Minas/CBF e o Núcleo de Esportes do Projeto Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte.

<http://lattes.cnpq.br/5597842915559183>

DUVAL MAGALHÃES FERNANDES _____

Graduação em Ciências econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1975). Especialização em Demographie pela Universite Catholique de Louvain (1982). Especialização em Stage de Formation em Demographie Histor pela Ècole dès Hautes Études em Sciences Sociales (1981). Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1977). Doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1987) e Pós-Doutorado pelo Instituto Universitário de Investigación Ortega Y Gasset (2007). Atualmente é professor adjunto III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e professor visitante da Universidade Peruana Cayetano Heredia.

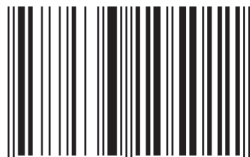
<http://lattes.cnpq.br/5695745490223689>

MARIA APARECIDA DIAS VENÂNCIO _____

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, linha de pesquisa Políticas Educacionais. Especialista em Lazer e Promoção da Saúde nas Empresas. Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais desde 1992. Atualmente compõe a equipe de gestão do Complexo Esportivo e é assistente do Centro de Estudos em Educação Física Esporte de Lazer da PUC Minas (CEEFE). Atua como consultora técnica do Programa Lazer Ativo – SESI, Departamento Nacional, e no Programa Minas Olímpica – Saúde na Praça da Secretaria Estadual do Esporte e da Juventude de Minas Gerais. Tem experiência na Gestão de Projetos e Pesquisa na área de Lazer, Esportes e Promoção da Saúde nas empresas. Atua também na formação continuada de professores e bacharéis em Educação Física, Lazer e Esportes.

<http://lattes.cnpq.br/6396099033748658>

ISBN: 978-85-63105-01-1



9 788563 105011



Ministério
do Esporte

